

# REVISTA DO GEL

Grupo de Estudos Linguísticos  
do Estado de São Paulo

Grupo de Estudos Linguísticos  
do Estado de São Paulo

# REVISTA DO GEL

ISSN 1984-591X

Revista do GEL	São Paulo	v. 11	n. 1	p. 211	2014
----------------	-----------	-------	------	--------	------

**Diretoria do GEL / 2013-2015 (IEL/UNICAMP)**

Presidente: Rosana do Carmo Novaes Pinto  
Vice-Presidente: Terezinha Machado Maher  
Secretário: Angel Humberto Corbera Mori  
Tesoureiro: Petrilson Alan Pinheiro da Silva

**Revista do GEL**  
revistadogel@gel.org.br  
<http://www.gel.org.br/revistadogel>

**Comissão Editorial Executiva**

Alessandra Del Ré  
Fabiana Komesu  
Flávia B. M. Hirata-Vale  
Gisele Cássia de Sousa  
Luciana Gimenes  
Olga Ferreira Coelho  
Ruth Lopes

**Editora Responsável**

Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale

**Revisão e Normatização**

Adélia Maria Mariano da S. Ferreira  
Camila Maria Camargo de Oliveira  
Fátima Almeida  
Lucas Torrisi  
Sérgio Augusto Santaella da Fonseca

**Diagramação**

William de Paula Amado

**Conselho Editorial**

Antônio Alcir Bernárdez Pécora (Unicamp), Carlos Subirats Rüggeberg (Universidade de Barcelona), Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran (Unesp-Assis), Danilo Marcondes Souza Filho (PUC-RJ), Evani de Carvalho Viotti (USP), Helena Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Jacques Fontanille (Universidade de Limoges), José Borges Neto (UFRJ), Kanavilil Rajagopalan (Unicamp), Lourenço Chacon (Unesp-Marília), Marco Antônio de Oliveira (PUC/MG), Maria Célia de Moraes Leonel (Unesp-Araraquara), Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora), Maria Irma Hadler Coudry (Unicamp), Marta Luján (Universidade do Texas-Austin), Mirta Groppi A. de Varella (USP), Otto Zwartjes (Universidade de Amsterdã), Pierre Swiggers (Universidade Católica Louvain), Raquel Santana dos Santos (USP), Renata Maria Faccuri Coelho Markezan (Unesp-Araraquara), Roberto Gomes Camacho (Unesp-SJRP), Wilmar da Rocha D'Angelis (Unicamp).

Publicação semestral  
Solicita-se permuta/Exchange desired

Revista do GEL / Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. Vol. 1 (2004).  
São Paulo: Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, 2004-

Semestral  
ISSN 1984-591X

# SUMÁRIO / CONTENTS

**EDITORIAL** ..... 6

## **ARTIGOS / ARTICLES**

### **O LEITORADO BRASILEIRO NA TAILÂNDIA: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE A RESPEITO DO PAPEL DO PROFESSOR-LEITOR**

*BRAZILIAN LECTURESHIP IN THAILAND: A CONTRIBUTION TO THE DEBATE RELATED TO THE ROLE OF THE BRAZILIAN LECTURER*

Laura Márcia Luiza FERREIRA ..... 10

### **(INTER)SUBJETIVIDADE NOS ESTUDOS DE REDES SOCIAIS: DISSOLVENDO FRONTEIRAS**

*(INTER)SUBJECTIVITY IN STUDIES OF SOCIAL NETWORKS: DISSOLVING BORDERS*

Sayonara Melo COSTA e Júlio ARAÚJO ..... 30

### **POÉTICA, RETÓRICA, POLÍTICA E MEMÓRIA NOS EPITÁFIOS DO POETA PORTUGUÊS PÊRO DE ANDRADE CAMINHA**

*POETIC, RHETORIC, POLITICS AND MEMORY IN THE EPITAPHS OF THE PORTUGUESE POET PÊRO DE ANDRADE CAMINHA*

Eronildes Teixeira AMARAL e Marcello MOREIRA ..... 51

### **THE EFFECT OF GENRE EXPECTATION ON EFL BRAZILIAN STUDENTS' INFERENCE GENERATION AND READING COMPREHENSION**

*A INFLUÊNCIA DA EXPECTATIVA DO GÊNERO TEXTUAL NA GERAÇÃO DE INFERÊNCIAS E NA COMPREENSÃO LEITORA DE ESTUDANTES BRASILEIROS DE INGLÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA*

Deise Caldart ROSCIOLI e Lêda Maria Braga TOMITCH ..... 73

**PÓS-MODIFICADORES DE SUBSTANTIVOS: A DISTINÇÃO ENTRE  
COMPLEMENTO NOMINAL E ADJUNTO  
ADNOMINAL PREPOSICIONADO**

*POST-MODIFIERS OF NOUNS: THE DISTINCTION BETWEEN  
NOUN COMPLEMENT AND NOUN ADJUNCT*

Anya Karina CAMPOS e Adriana Maria TENUTA ..... 110

**AS BASES ACÚSTICA E ARTICULATÓRIA DAS  
TEORIAS DE PERCEPÇÃO DA FALA**

*ACOUSTIC AND ARTICULATORY BASIS OF SPEECH PERCEPTION THEORIES*

Gustavo NISHIDA ..... 142

**A TRADUÇÃO PARA O INGLÊS DO LÉXICO TABUIZADO  
NO UNIVERSO ERÓTICO MAIRUM: UM ESTUDO  
BASEADO NO CORPUS DA OBRA *MAÍRA*, DE DARCY RIBEIRO**

*TRANSLATION FROM PORTUGUESE TO ENGLISH OF THE EROTIC LEXICON  
MAIRUM: A STUDY BASED ON CORPUS FROM MAÍRA BY DARCY RIBEIRO*

Talita SERPA, Marilei Amadeu SABINO e Diva Cardoso de CAMARGO ..... 168

**ÍNDICE DE ASSUNTOS** ..... 209

**SUBJECT INDEX** ..... 210

**ÍNDICE DE AUTORES/AUTHORS INDEX** ..... 211

## EDITORIAL

Este volume da Revista do GEL compreende artigos de pesquisadores de distintas regiões do país, que versam sobre variados temas das Letras e Linguística.

O primeiro artigo, de autoria de Laura Ferreira, da UNILA, propõe uma análise das atividades desenvolvidas no âmbito do programa do Leitorado brasileiro na Universidade de Chulalongkorn. Nesse estudo, a autora faz uma análise reflexiva sobre o papel do professor-leitor e ressalta que, muito embora a análise tenha se limitado a um contexto específico, espera-se que tal estudo contribua para a discussão sobre o trabalho do professor-leitor brasileiro e, ainda, para a memória do programa de Leitorado na instituição tailandesa.

O segundo artigo, intitulado “(Inter)subjetividade nos estudos de redes sociais: dissolvendo fronteiras”, pretende responder a questão: como estudar o processo de (des)construção da subjetividade em redes sociais da internet (RSI)? Para tanto, Araújo e Costa relacionam as noções de *caosmose* (GUATTARI, 2012), *self* (GOFFMAN, 2011) e *enunciação linguística* (BENVENISTE, 2005, 2006) e concluem que o viés da enunciação linguística pode ser uma alternativa metodológica que auxilia na conexão entre uma concepção mais transversalista da subjetividade. Por fim, assumem a tese de que a interação social assemelha-se a uma encenação teatral e, por isso, pode tomar rumos diversos, de acordo com roteiros pré-estabelecidos e socialmente partilhados nos cenários digitais das RSI.

Amaral e Moreira, em seu artigo, tratam da relação entre epítáfio, monumento e memória nas sociedades romanas antigas e no século XVI, a partir

da obra de Pêro de Andrade Caminha. Segundo os autores, a poesia fúnebre produzida por Pêro de Andrade Caminha, no século XVI, vincula-se a uma tradição retórico-poética que especifica os gêneros, as espécies e os indivíduos a serem representados, a qual é reforçada pelas preceptivas, fomentando, desse modo, uma relação estreita entre poética, retórica, política e memória no Estado monárquico português. Como conclusão, os autores afirmam que a poesia de Andrade Caminha tem uma finalidade didática e moralizante, já que por meio do *memento mori* ensina que uma vida bem vivida, principalmente, conforme a vontade da doutrina cristã, culmina, por conseguinte, em uma boa morte, que, como um acontecimento social-político, publicitava a glória, a riqueza e o poder das famílias nobres portuguesas.

O artigo intitulado “The Effect of Genre Expectation on EFL Brazilian Students’ Inference Generation and Reading Comprehension” investiga como as expectativas a respeito de um determinado tipo de gênero textual pode influenciar a geração de inferências e a leitura em alunos brasileiros de Inglês como Língua Estrangeira. Para tanto, foram utilizados na coleta de dados o Protocolo de Pausa (CAVALCANTI, 1989), tal como adaptado por Tomitch (2003), e um conjunto de questões de compreensão de leitura. Para Roscioli e Tomitch, embora a expectativa do gênero textual possa ter influenciado a produção de inferências, o que de fato induz as estratégias de leitura são as tipologias textuais. Além disso, os dados dos participantes com um excelente desempenho nas questões de compreensão de leitura evidenciaram que eles estavam controlando as suas estratégias de leitura, considerando, assim, o gênero lido.

O artigo seguinte, de autoria de Campos e Tenuta, volta-se para a descrição de dados da sintaxe do português do Brasil. As autoras discutem a relevância de se distinguirem as funções sintáticas de adjunto adnominal e complemento nominal, tal como se faz tradicionalmente nas gramáticas normativas. As autoras argumentam que os traços supostamente distintivos dos dois termos da oração não são levados em conta, ou não são acionados, pelos

usuários da língua, ao fazerem o processamento dos sintagmas preposicionais que constituem esses pós-modificadores. Nesse sentido, concluem que é melhor tratá-los unificadamente, sob o rótulo de *pós-modificadores de núcleo substantivo*.

Nishida, em seu artigo intitulado “As bases acústica e articulatória das teorias de percepção da fala”, discorre sobre duas soluções articulatórias para o problema da percepção da fala. A *Teoria motora da percepção da fala* (LIBERMAN; MATTINGLY, 1985) propõe uma saída mentalista e modular, enquanto a *Teoria do realismo direto da percepção da fala* (FOWLER, 1996) decide lidar com unidades reais. O autor afirma que um olhar minucioso sobre as propostas teóricas faz com que se note que as teorias tratam da percepção de maneira distinta, de modo que as contrapartes acústicas e articulatórias de se perceber a fala ganham lugares distintos para cada uma delas.

O último artigo deste volume da Revista do GEL trata do processo de tradução na obra *Maira* (RIBEIRO, 1978) para o inglês, realizada por Goodland e Colchie (1985). As autoras se valem de um amplo aparato teórico-metodológico relacionado aos estudos lexicais para verificar o valor concedido à linguagem erótico-obscena na construção literário-textual darcyniana e analisar a reformulação lexical tabuizada em língua inglesa. Desse modo, propõem uma reflexão a respeito das traduções dessas unidades lexicais consideradas socialmente desprestigiadas, para, em última análise, subsidiar tradutores, linguistas, literatos e cientistas sociais.

Consideramos que a Revista do GEL continua desempenhando seu papel institucional primordial, o de fomentar o debate das pesquisas realizadas pela comunidade acadêmica brasileira, representadas neste volume pelas seguintes instituições: UNILA, UFC, UESB, UFSC, UFMG, IFT-PR e UNESP/São José do Rio Preto.

Devemos ainda agradecer o apoio sempre constante da Diretoria do GEL e dos membros da Comissão Editorial. Cumpre fazer um agradecimento especial aos pareceristas que colaboraram com a avaliação dos artigos submetidos

para este volume da Revista, apesar das atribuições regulares da vida profissional. Nossos agradecimentos vão, ainda, para a equipe técnica responsável pela editoração cuidadosa deste número.

Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale  
Editora responsável/UFSCar

# O LEITORADO BRASILEIRO NA TAILÂNDIA: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE A RESPEITO DO PAPEL DO PROFESSOR-LEITOR

Laura Márcia Luiza FERREIRA<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo trata de uma análise das atividades desenvolvidas no âmbito do programa do Leitorado brasileiro na Universidade de Chulalongkorn, na Tailândia. Na tentativa de definir e refletir sobre a atuação do Leitorado no contexto tailandês, o artigo parte da discussão iniciada por Diniz (2012b) sobre as características do cargo de leitor brasileiro. Para tanto, analisaram-se os relatórios semestrais do Leitorado de junho de 2011 a março de 2013 enviados à Divisão de Promoção de Língua Portuguesa (DPLP). Como a autora da análise foi também Leitora brasileira que atuou no âmbito do programa, propõe-se um relato reflexivo da experiência ao descrever as atividades descritas nos documentos. Definiu-se o leitor no contexto tailandês como professor universitário, representante da cultura brasileira no ambiente acadêmico, divulgador da língua falada no Brasil dentro e fora dos limites do *campus* e dos programas de cooperação educacional do Governo do Brasil. Quanto aos desafios enfrentados, a falta de material didático para o contexto tailandês, bem como a modesta divulgação do Leitorado brasileiro na instituição acolhedora, foram os problemas mais recorrentes apontados nos relatórios. Espera-se que o estudo contribua para a discussão sobre o trabalho do professor-leitor brasileiro e para a memória do programa de Leitorado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Português língua estrangeira. Leitorado brasileiro. Política linguística.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Integração Latino-Americana. [laura.ferreira@unila.edu.br](mailto:laura.ferreira@unila.edu.br)

## O Leitorado brasileiro

O Leitorado brasileiro é uma modalidade da Rede Brasileira de Ensino no Exterior gerida pela Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP) que faz parte do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores (MRE). As vagas de Leitorado são estabelecidas por meio de convênio entre universidades estrangeiras e embaixadas brasileiras. Cabe ressaltar que a abertura dos postos de Leitorado está subordinada às prioridades do MRE.

O primeiro Leitorado brasileiro foi criado na França na década de 1960 (DINIZ, 2012b). Atualmente, segundo o *site* do MRE, há 68 professores-leitores brasileiros em 63 universidades estrangeiras que atendem a 3.600 alunos. O gráfico abaixo evidencia a expansão do programa nos últimos seis anos.

**Gráfico 1:** Expansão da Rede de Leitorados Brasileiros de 2004 a 2011



Fonte: MRE (2012)

No começo dos anos 2000, os postos de Leitorado brasileiro se concentravam em universidades da Europa e dos Estados Unidos. Em consequência da mudança de paradigma nas relações internacionais do governo brasileiro, a partir de 2004, novos postos foram abertos na América Central e Caribe, África

e Ásia (MELLO, 2011). Ao analisar a oferta de ensino de língua portuguesa por meio da Rede de Ensino Brasileiro no Exterior (RBEx), Diniz (2012a) explica que tradicionalmente a difusão da língua portuguesa nos países da América do Sul era feita nos centros e institutos Culturais, ao passo que, no contexto europeu, o leitorado era a modalidade predominante.

Com novas instituições no portfólio do programa nos últimos seis anos, muitos Leitorados passaram por um período de experimentação e adaptação. O presente artigo pretende tratar especificamente da primeira experiência de Leitorado brasileiro na Universidade de Chulalongkorn, na Tailândia, durante o período de junho de 2011 a março de 2013.

Antes de passarmos para a análise, faremos uma breve discussão sobre as atribuições do leitor.

## **O leitor brasileiro**

A portaria interministerial n. 01 de 20 de março de 2006 dispõe informações sobre o processo de seleção e o cargo do leitor. A seleção é gratuita e acontece normalmente duas vezes por ano mediante o envio do currículo do candidato, hospedado na plataforma Lattes, bem como dos documentos comprobatórios requisitados pelo edital específico da vaga (BRASIL, 2006). São responsáveis pelo processo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Ministério de Relações Exteriores (MRE) e a instituição estrangeira que acolherá o leitor. No recente edital da Capes n. 044/2013, por exemplo, exige-se o envio do certificado de proficiência na língua estrangeira de trabalho do leitor e ainda a comprovação da experiência de docência em ensino do português falado no Brasil para estrangeiros. Recentemente nos editais de seleção de leitores, passou a ser considerada a experiência relacionada ao Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) no que se refere à pesquisa acadêmica, à aplicação e correção do exame, ao credenciamento de instituições e à preparação de estudantes que se submeteram

à avaliação. Atualmente, exige-se, ainda, que o candidato à vaga de leitor possua formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*. Cabe ressaltar que experiências relacionadas ao exame Celpe-Bras, assim como a titulação de mestrado e ou doutorado, não configuravam entre os requisitos para candidatura à vaga de leitor no contexto tailandês, normatizada pelo edital n. 062/2010. Tais mudanças sugerem uma possível profissionalização do cargo do leitor.

Na portaria interministerial n. 01 de 2006, o leitor brasileiro é definido como “professor universitário, de nacionalidade brasileira, que se dedica ao ensino da língua portuguesa falada no Brasil, da cultura e da literatura nacionais em instituições estrangeiras”. Diniz (2012b) chama atenção ao fato de o leitor ser necessariamente de nacionalidade brasileira e sugere que o que está em jogo não é apenas a docência. Sob a luz das teorias de análise do discurso, o autor aponta opiniões divergentes de diplomatas e ex-leitores quanto ao campo de atuação do Leitorado. Polemiza-se o fato de o leitor ser ou não considerado um adido cultural por desenvolver, muitas vezes, atividades típicas do cargo, além das de ensino, como previsto na portaria. Serravalle (2009), ex-leitor na Inglaterra, sugere que a ausência de um projeto institucional poderia ser o motivo que leva aos diferentes entendimentos do Leitorado. Ao analisar as especificações dos cargos de leitor nos editais da Capes, Diniz (2012b, p. 189) observa que a heterogeneidade das atribuições do leitorado poderia indicar que os leitores estariam, nas palavras do autor, “subordinados antes às instituições estrangeiras do que ao Estado Brasileiro”. Em outro texto, Diniz (2012a) ressalta ainda que nem sempre os leitores brasileiros selecionados no processo são acolhidos pela instituição estrangeira.

No caso do Leitorado na Tailândia, partiremos da hipótese de que o leitor seria o responsável por representar os interesses da Embaixada do Brasil em Bangkok e, portanto, do Governo Brasileiro, dentro do espaço acadêmico da Universidade de Chulalongkorn. Argumentaremos por meio de uma análise que, embora a instituição tailandesa tenha influência na definição dos requisitos

para candidatura à vaga, as atividades do Leitorado estiveram em grande parte a serviço dos interesses da Embaixada do Brasil em Bangkok.

Por ser um cargo “camaleão”, nas palavras da ex-leitora Scarpa, entrevistada por Diniz (2012b), no presente estudo, define-se o leitor no contexto tailandês como professor universitário, representante da cultura brasileira no ambiente acadêmico, divulgador da língua falada no Brasil e dos programas de cooperação educacional do Governo do Brasil para além dos limites do *campus*. Buscaremos fundamentar a definição proposta por meio da análise dos formulários de atividades do Leitorado na Universidade de Chulalongkorn, realizadas durante o período de quatro semestres, que teve início em junho de 2011 e término em março de 2013.

## **A Universidade de Chulalongkorn e o Leitorado brasileiro**

A Universidade de Chulalongkorn foi fundada pelo Rei Vajiravuch em 1917. O processo de desenvolvimento do ensino superior na Tailândia foi iniciado pelo pai do fundador da Universidade, o Rei Chulalongkorn, em 1882 com a criação da escola *Suankularb*. O objetivo principal da escola era formar funcionários públicos e profissionais para o trabalho no setor privado. A Universidade de Chulalongkorn é a instituição mais tradicional do país. Quanto à qualidade do ensino, a Chulalongkorn configura na 48ª posição, abaixo da instituição tailandesa Universidade de Mahidol, que ocupa o 42ª lugar no *ranking* das melhores instituições de ensino superior na Ásia, realizado pelo QS World University Ranking, em 2013.<sup>2</sup>

Fazem parte da Universidade de Chulalongkorn 41 faculdades, dentre as quais está a Faculdade de Artes pela qual o programa de Leitorado brasileiro foi acolhido. Da Faculdade de Artes fazem parte os Departamentos de Linguística,

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.topuniversities.com/university-rankings/asian-university-rankings/2012/top-50-under-50>>. Acesso em: 02 ago. 2013

de Línguas Ocidentais e de Línguas Orientais, de História, de Artes, de Geografia, de Biblioteconomia, de Artes Cênicas, de Literatura, dentre outros.

A Seção de Língua Portuguesa está subordinada ao Departamento de Línguas Ocidentais da Faculdade de Artes. O Departamento de Línguas Ocidentais da instituição tem tradição em ensino de línguas estrangeiras no contexto universitário tailandês e é onde se encontra a maior oferta de aprendizagem de idiomas do país.

Embora a Seção de Língua Portuguesa tenha iniciado suas atividades na década de 1980 com o apoio do Governo de Portugal, durante o período do Leitorado brasileiro não havia um professor tailandês especializado em língua portuguesa para coordenar as atividades. Cabe ressaltar que o Governo Português financiou cursos de especialização em língua portuguesa a diversos professores universitários tailandeses. No primeiro ano do estudo, a direção das atividades da Seção de Língua Portuguesa ficou sob a responsabilidade de um professor de francês, e no ano seguinte passou para uma professora de espanhol, ambos lotados no Departamento de Línguas Ocidentais da Universidade de Chulalongkorn. Um aspecto positivo da coordenação por um professor especialista em outra língua foi a liberdade de que o Leitorado dispôs para propor eventos, cursos e escolher metodologias de ensino. Em seções de outras línguas, normalmente os cursos eram bastante normatizados e os professores não tinham muito espaço para propor metodologias e materiais alternativos. No entanto, ser coordenado por um especialista de outra língua foi também um grande desafio para o programa, na medida em que o foco do coordenador não era o de administrar a Seção de Língua Portuguesa, mas o de lecionar a língua de sua especialidade e cumprir os compromissos com a seção dessa língua. Nesse sentido, percebeu-se, algumas vezes, a omissão por parte dos coordenadores no que diz respeito à divulgação dos trabalhos desenvolvidos junto à seção e, conseqüentemente, do ensino da língua portuguesa e cultura brasileira, tanto no *site* da Universidade quanto nos jornais impressos da própria Faculdade de Artes. A informação de que o Leitorado fazia parte da Seção de

Língua Portuguesa da Universidade passou a ser divulgada no *site* da instituição um ano após o início das atividades do leitor; além disso, ao fazer a matrícula nas disciplinas, o nome do professor-leitor não estava disponível para os estudantes como docente.

A seguir, trataremos da análise das atividades desenvolvidas pelo Leitorado brasileiro na Universidade de Chulalongkorn.

## **Material e método**

Com o objetivo de descrever as ações realizadas pelo Leitorado na Universidade de Chulalongkorn, analisamos os cinco relatórios referentes às atividades do leitor enviados ao DPLP e ao Chefe do Setor Cultural da Embaixada do Brasil em Bangkok em bases semestrais. O prazo de preenchimento e envio do relatório até 30 de junho e 20 de dezembro de cada ano é condição para manutenção do auxílio financeiro do leitor. Cabe ressaltar que os quatro documentos foram assinados pelo coordenador da Seção de Língua Portuguesa e pelo leitor e o último pelo Chefe do Setor Cultural da Embaixada do Brasil em Bangkok.

O relatório do Leitorado é composto por dois formulários, sendo que o primeiro diz respeito a informações gerais do programa e o segundo, à atuação do leitor. Este segundo foi o objeto de análise do presente estudo. Ele contempla os seguintes temas: atividades acadêmicas, atividades docentes, produção acadêmica, participação em eventos, atividades não docentes, avaliação do trabalho realizado no semestre e plano de trabalho para o semestre seguinte. Ao final do relatório, há ainda um espaço para o parecer do chefe da seção de língua estrangeira.

O estudo é de carácter qualitativo, por meio do qual se almeja descrever detalhadamente a atuação do Leitorado brasileiro na Universidade de Chulalongkorn de junho de 2011 a março de 2013. Como a autora da análise

foi também a Leitora brasileira que atuou no âmbito do programa, propõe-se um relato reflexivo da experiência ao descrever as atividades dos formulários.

Dividiremos a análise em duas etapas: na primeira buscamos descrever e analisar a oferta de disciplinas e na segunda, as atividades que foram além da docência.

A seguir trataremos da análise e dos resultados.

## **Atividades de docência**

A ampliação da oferta das disciplinas para todos os universitários matriculados na instituição foi uma das condições estabelecidas pela Embaixada do Brasil em Bangkok para que a Tailândia recebesse programa de Leitorado brasileiro pela primeira vez. O aumento da oferta de ensino de português no *campus* da Chulalongkorn, assim como o perfil do leitor brasileiro esperado, foi resultado de uma negociação entre o Chefe dos Assuntos Culturais do posto diplomático, o Reitor da Faculdade de Artes e a Diretora do Departamento de Línguas Ocidentais da instituição acolhedora. Ampliar o espaço de enunciação da língua portuguesa em uma instituição de prestígio, como a Universidade de Chulalongkorn, configurou-se como uma das principais ações de planejamento linguístico que incidirá na função da língua portuguesa na tentativa de modificar seu *status* no contexto do ensino superior na Tailândia.

Antes de receber o Leitorado brasileiro, a Seção de Língua Portuguesa se limitava a oferecer apenas aos alunos do curso de bacharelado em Língua e Tradução as disciplinas: Português I, II, III e IV. A partir de maio de 2011, as disciplinas começaram a se diversificar. No quadro 1, buscamos explicitar a oferta de disciplinas sob a responsabilidade do Leitorado brasileiro.

**Quadro 1** - Oferta de disciplinas pelo Leitorado brasileiro na Universidade de Chulalongkorn de maio de 2011 a março de 2013

	Disciplina	Número de inscritos
1º semestre	Português I	14
	Português III	4
2º semestre	Português II	10
	Português IV	3
3º semestre	Português I	16
	Português III	6
	Conversação	5
4º semestre	Português IV	6
	Escrita acadêmica	3
	Brasil e Portugal contemporâneo	10

Fonte: Dados retirados dos formulários do Leitorado brasileiro na Universidade de Chulalongkorn de maio de 2011 a maio de 2013.

Como o Português I passou a ser oferecido pela primeira vez para toda comunidade discente, no primeiro semestre de atuação do Leitorado brasileiro, havia alunos precedentes de diversos cursos: Educação, Ciências Políticas, Comunicação Social, Línguas e Tradução, Teatro e História. O perfil dos alunos de Português III, por sua vez, era mais homogêneo: todos eram estudantes de espanhol do Curso de Bacharelado em Língua e Tradução. As razões para a procura do curso inicial de Português variava. Alguns alunos se matricularam porque já haviam estudado espanhol, outros porque tinham amigos brasileiros na internet ou porque foram a Portugal, houve até quem dissesse que as imagens do Brasil no filme *Velozes e Furiosos* fossem o motivo. É importante ressaltar ainda que muitos não sabiam que no Brasil se fala português, e, por isso, a surpresa de alguns quando descobriram que uma brasileira seria a professora da disciplina. Um grande problema enfrentado nos primeiros semestres foi a falta de material didático adequado para o contexto universitário tailandês, que se somou ao fato de o chefe da seção ter imposto à leitora brasileira e à portuguesa a adoção de um material único para o ensino

nas turmas de português básico. O coordenador se justificou dizendo que as provas deveriam ser exatamente iguais para todas as turmas de Português I. Como o ensino das disciplinas da seção até então tinham sido ministradas por leitores portugueses e professores tailandeses que tiveram sua formação em Portugal, os materiais adotados não tratavam do ensino de português falado no Brasil e não havia um único livro didático brasileiro nas bibliotecas da instituição. Como solução, foi levado em conta o conteúdo do livro adotado pela seção, porém sem adotá-lo. Com vistas a equipar o ensino de língua portuguesa falada no Brasil para o contexto asiático, ao longo de dois semestres, um novo material foi elaborado, utilizado e testado nas turmas de Português I. O trabalho de elaboração do material didático específico para ensino de língua portuguesa para universitários tailandeses iniciado no primeiro semestre do programa passou por várias etapas de trabalho e resultou na publicação do livro digital “Português para Tailandeses/ภาษาไทยโปรตุเกสสำหรับคนไทย”<sup>3</sup>, que está hospedado no *site* da Embaixada do Brasil em Bangkok e disponível para *download* a qualquer pessoa que deseja iniciar seus estudos em língua portuguesa.

Outro desafio foi aumentar o número de inscritos nos cursos de português. Embora o número de ofertas de disciplinas da Seção de Língua Portuguesa tenha se diversificado a partir do terceiro semestre, o aumento de inscritos não acompanhou a expectativa da Embaixada do Brasil em Bangkok, que frequentemente cobrava mais ações do Litorado para solucionar o problema. O aumento da procura pelo ensino da língua e cultura foi, sem dúvida, o maior desafio do programa. A baixa procura pelos cursos de português foi tratada em vários relatórios enviados ao DPLP, uma das causas apontadas foi o fato de a coordenação, muitas vezes, ter sido displicente na divulgação dos cursos. As informações sobre a existência de um Litorado brasileiro na instituição só passaram a constar do *site* da Seção de Língua Portuguesa a partir do terceiro semestre. Segundo os alunos dos cursos de português, nem mesmo o nome da

---

3 Disponível em: <[http://www.brazilembassy.or.th/portuguese\\_thai/index.html](http://www.brazilembassy.or.th/portuguese_thai/index.html)>. Acesso em: 2 ago 2013.

leitora brasileira configurava no sistema de matrícula do *site* da universidade. Uma maneira de dar visibilidade para o Leitorado brasileiro na instituição foi por meio da divulgação de eventos culturais e dos programas de cooperação educacional do Governo Brasileiro, principalmente em colaboração com os professores de espanhol.

Detalharemos, a seguir, as atividades que vão além da docência desenvolvidas no âmbito do programa.

## **Atividades de não docência**

As atividades que não estão necessariamente relacionadas à docência realizadas no âmbito do Leitorado brasileiro estão organizadas no Quadro 2 e foram divididas em quatro as frentes de atuação, a saber: (1) a promoção de programas relacionados à política linguística e de cooperação do Governo do Brasil, (2) promoção da língua portuguesa, (3) divulgação da cultura brasileira e (4) de outros temas relacionados ao país.

**Quadro 2** - Atividades de fomento cultural e linguístico desenvolvidas pelo leitorado brasileiro na Universidade de Chulalongkorn de maio de 2011 a março de 2013

Frete de atuação	Tarefas realizadas
Divulgação de Programas do Governo do Brasil dentro e/ou fora da Universidade de Chulalongkorn	<ul style="list-style-type: none"><li>- Acompanhamento do possível processo de credenciamento da Universidade de Chulalongkorn do Celpe-Bras.</li><li>- Apresentação do trabalho <i>Reading activities in a face to face interaction part of the Brazilian Proficiency Certificate in Portuguese as a Foreigner Language (Celpe-Bras)</i> no evento International Conference on Language Proficiency Testing in Less Commonly Taught Languages.</li><li>- Promoção dos programas PEC-PG por meio da palestra aberta ao público <i>Academic oportunities in Brazil: the graduate program PEC-PG</i> na Faculdade de Artes da Universidade de Chulalongkorn.</li><li>- Apoio na inscrição de duas tailandesas: uma para o PEC-PG e outra para o PEC-G.</li><li>- Organização de uma oficina de redação com o foco nos documentos de candidatura para o programa PEC-PG, oferecida aos universitários da Chulalongkorn.</li><li>- Aplicação de prova de proficiência em língua portuguesa à candidata ao PEC-PG na Embaixada do Brasil em Bangkok.</li><li>- Divulgação, junto às editoras tailandesas Manee e Butterly, do edital que prevê o financiamento parcial de traduções de obras brasileiras no exterior da Biblioteca Nacional.</li></ul>
Promoção da língua portuguesa dentro e/ou fora da Universidade de Chulalongkorn	<ul style="list-style-type: none"><li>- Elaboração, produção, edição e lançamento do livro didático “Português para Tailandeses/ ภาษาโปรตุเกสสำหรับคนไทย”.</li><li>- Coordenação em colaboração com a Prof. Penpisa Srivoranart do projeto de extensão universitária <i>Tradução do texto instrucional do livro didático “Português para Tailandeses” para a língua tailandesa</i>, da aluna Marita Leurcharumsee.</li><li>- Promoção e divulgação do <i>Projeto Teletandem Brasil: línguas estrangeiras para todos na disciplina de conversação</i>.</li><li>- Apresentação do trabalho <i>El aprendizaje de idiomas em tándem sobre o Projeto Teletandem Brasil</i> no evento III Jornada de español como lengua extranjera.</li></ul>

<p>Promoção da cultura brasileira dentro da Universidade de Chulalongkorn</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação das palestras <i>History of Bossa Nova</i> e <i>Música Popular Brasileira: uma versão sobre a história do Brasil</i>, ambas produzidas em cooperação com a seção de espanhol.</li> <li>- Organização das palestras <i>Body, Media and Experience: the body in Brazilian culture</i> e <i>Aspectos históricos e sociais da Língua Portuguesa do oeste ao leste: Brasil e Timor-Leste</i>, ministradas, respectivamente, pela Profa. Carla Soares e pelo Prof. Flávio Tonnetti.</li> <li>- Organização e produção, junto à seção de Língua Portuguesa, de duas edições da Semana da Língua Portuguesa na Universidade de Chulalongkorn.</li> <li>- Sugestão de filmes brasileiros para o Chulalongkorn University International Film Festival.</li> <li>- Participação como debatedora na discussão sobre o filme <i>Céu sob os ombros</i>, do diretor mineiro Sérgio Borges, exibido durante o Chulalongkorn University International Film Festival de 2012.</li> </ul>
<p>Promoção de outros temas relacionados ao Brasil dentro e/ ou fora da Universidade de Chulalongkorn</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização da palestra <i>Brazil: challenges and opportunities to thai students</i>, ministrada por Lucas Dantas e Gabba Trevellin, estudantes de comércio exterior na Tailândia.</li> <li>- Organização de doações de livros publicados pelo MRE para a biblioteca central da Universidade de Chulalongkorn, da Faculdade de Artes e da Bolsa de Valores da Tailândia.</li> <li>- Edição de três textos sobre cultura tailandesa e brasileira, de autoria dos estudantes de português, publicados na coluna “Olhar Tailandês”, do Jornal da Associação de Brasileiros na Tailândia (ABT).</li> </ul>

Fonte: Dados retirados dos formulários do Leitorado na Universidade de Chulalongkorn, de maio de 2011 a março de 2013.

Na primeira frente de atuação, percebe-se que um grande número de tarefas com o objetivo de promoção do Programa de Estudantes Convênio – Pós-graduação (PEC-PG) dentro e fora dos limites da Universidade de Chulalongkorn. A Tailândia é um dos 55 países participantes do PEC-PG que tem como objetivo a formação de estudantes estrangeiros em nível de mestrado e doutorado em universidades brasileiras. O contexto do Leitorado permite uma posição estratégica para a divulgação de cooperações educacionais como o PEC-PG junto aos universitários tailandeses. Quanto à oferta de disciplinas,

a promoção de programas de cooperação educacionais brasileiros faz, também, parte das ações de planejamento de *status* linguístico na medida em que há uma tentativa de associar a língua portuguesa falada no Brasil como meio de formação acadêmica e produção de conhecimento científico. Cabe ressaltar que não se tinha notícia de uma única inscrição de alunos tailandeses até 2011 no programa de cooperação brasileiro, embora a país já estivesse na lista de participantes antes do período do Leitorado. Como inscrições de estudantes tailandeses no programa PEC-PG eram de interesse da Embaixada do Brasil em Bangkok, explorou-se ao máximo o ambiente universitário durante os dois anos do Leitorado para promover a cooperação. No primeiro ano, as chamadas para inscrições foram divulgadas no *campus* e na página de *Facebook* da Seção de Língua Portuguesa. Além disso, mais de uma palestra sobre o programa foram ministradas para os estudantes da Universidade de Chulalongkorn pelo Leitorado brasileiro. Como muitas bolsas do Governo Espanhol foram suspensas no ano de 2011, houve um grande interesse dos alunos pela oferta do Governo Brasileiro, porém apenas uma aluna concluiu todo o processo de inscrição no programa PEC-PG. O domínio da língua portuguesa e a exigência da redação de um projeto de estudos foram os motivos pelos quais muitos desistiram da ideia de estudar no Brasil. Uma disciplina de escrita em língua portuguesa com o foco na redação de textos acadêmicos, principalmente os exigidos pelo edital do PEC-PG, foi ofertada pensando justamente na dificuldade relatada pelos estudantes. No entanto, durante o período do Leitorado, apenas uma aluna egressa do ensino médio obteve êxito na seleção do Programa Estudante Convênio – Graduação (PEC-G). A estudante foi a primeira tailandesa a ser contemplada pelo programa e cursa atualmente Relações Internacionais na Universidade de São Paulo (USP).

Além do PEC-PG e PEC-G, o exame Celpe-Bras também foi uma das iniciativas do Governo brasileiro divulgadas pelo Leitorado. A Embaixada do Brasil em Bangkok tinha interesse em credenciar a Universidade de Chulalongkorn para ser uma das aplicadoras do exame; no entanto, por questões técnicas,

não foi possível fazê-lo. A divulgação do exame também foi feita por meio da apresentação de um trabalho científico (FERREIRA, 2012) sobre o Celpe-Bras na conferência organizada pelo The Srindhorn Thai Language Institute, instituição responsável por pesquisas sobre avaliações educacionais e ensino de língua tailandesa no país. A Embaixada do Brasil em Bangkok financiou a inscrição do trabalho e viabilizou a participação na conferência. Cabe ressaltar que exames oficiais e normatizados de proficiência linguística como o Celpe-Bras são equipamentos linguísticos relevantes no planejamento de *status*. Zoppi-Fontana e Diniz (2008) afirmam que a criação do exame participa de um processo de transnacionalização do português do Brasil que foi impulsionado na década de 1990, principalmente, pelo Tratado do Mercosul.

A promoção da língua portuguesa fora dos limites da Universidade de Chulalongkorn não se restringiu à divulgação do Celpe-Bras na conferência. O material didático, parcialmente bilíngue e de nível básico, intitulado “Português para Tailandeses/ ภาษาโปรตุเกสสำหรับคนไทย”, hospedado no *site* da Embaixada do Brasil em Bangkok, permite que qualquer estudante tailandês interessado na língua portuguesa acesse o livro eletrônico. O financiamento da produção do material pela Embaixada do Brasil em Bangkok reforça ainda mais o interesse que as atividades do Leitorado de difusão da língua portuguesa possam ir além dos limites do *campus* universitário. Dentre os instrumentos de planejamento linguístico, Calvet (2007) cita a importância de se equipar as línguas para que desempenhem as funções delimitadas pelas políticas linguísticas. No caso do planejamento de *status* da língua portuguesa falada no Brasil no exterior no contexto do Leitorado, fornecer materiais didáticos para o ensino é uma estratégia de equipamento linguístico para que a língua desempenhe sua função de se configurar como uma opção de estudo junto a outras línguas ocidentais oferecidas pela instituição tailandesa.

Quanto à promoção da cultura brasileira, as atividades se desenvolveram dentro dos limites da Universidade de Chulalongkorn. A cultura brasileira foi divulgada de maneira variada. Das atividades realizadas no *campus*, a

Semana da Língua Portuguesa e a exibição do filme *Céu sob os ombros* foram abertas ao público em geral. As demais ficaram restritas aos universitários da Chulalongkorn. A Semana da Língua Portuguesa foi o evento que teve maior audiência. Fizeram parte da programação do evento: conversas com tradutores profissionais da língua portuguesa para a língua tailandesa, palestras relacionadas à cultura dos países de língua oficial portuguesa, *workshop* de capoeira e samba, exibição de filmes etc. As semanas foram organizadas pela Seção de Língua Portuguesa e contou com o apoio de todos os países que tinham representação diplomática na Tailândia, a saber: Brasil, Portugal e Timor-Leste. Quanto ao apoio financeiro, em 2011 a Embaixada de Portugal financiou grande parte do evento. Em 2012, apenas a Embaixada do Brasil em Bangkok financiou as atividades da semana.

A quarta frente de atuação abrange tarefas diversificadas. Destaca-se neste grupo a doação de livros de autores brasileiros para bibliotecas. No primeiro formulário, relata-se a ausência de livros editados no Brasil na biblioteca da Faculdade de Artes da Universidade de Chulalongkorn. Ao longo dos dois anos, o Leitorado recebeu doações não só da Embaixada do Brasil em Bangkok, mas também de instituições de ensino brasileiras. A Câmara de Pesquisa da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, por exemplo, doou 60 publicações para a biblioteca da Faculdade de Artes da Chulalongkorn. Além disso, alguns livros didáticos para o ensino de português como língua estrangeira e escritos por autores brasileiros foram adquiridos com verbas da Seção de Língua Portuguesa.

## **Conclusão**

Com o objetivo de dialogar com análise sobre o programa de Leitorado brasileiro do MRE de Diniz (2012b), procurou-se definir o leitor no contexto tailandês. O autor afirma que no Leitorado não está em jogo apenas o ensino da língua falada no Brasil e que o cargo de leitor é heterogêneo. Argumentou-se

no presente estudo, por meio de uma breve análise das atividades realizadas durante dois anos de Leitorado brasileiro na Universidade de Chulalongkorn, que o leitor no contexto tailandês poderia ser definido como professor universitário, representante da cultura brasileira no ambiente acadêmico e divulgador, dentro e fora dos limites do *campus*, tanto da língua falada no Brasil quanto dos programas de cooperação educacional do Governo do Brasil. Embora Diniz (2012b, p. 189) tenha concluído que “os Leitorados estão subordinados antes às instituições estrangeiras do que ao Estado Brasileiro” porque as universidades exercem uma grande influência na definição do perfil de profissional do leitor a ser selecionado, no contexto tailandês, a condição de expandir a oferta das disciplinas de língua portuguesa, proposta pela Embaixada do Brasil em Bangkok à instituição estrangeira, sugere que as vagas de leitor podem ser consequência de uma negociação de interesses das embaixadas com as universidades. Como a instituição tailandesa acatou a condição de ampliar a oferta de ensino de língua portuguesa, no período do Leitorado brasileiro, a Seção de Língua Portuguesa passou a contar com mais estudantes e a diversificar as disciplinas. Além disso, destaca-se que muitas das atividades do leitor não teriam acontecido sem o financiamento e apoio do posto diplomático brasileiro. Cabe destaque às duas edições da Semana de Língua Portuguesa e à publicação do livro didático “Português para Tailandeses/ภาษาไทยโปรตุเกสสำหรับคนไทย”. Nesse sentido, foi possível concluir que o Leitorado brasileiro esteve antes subordinado aos interesses da Embaixada do Brasil em Bangkok do que à Universidade de Chulalongkorn.

A falta de material didático adequado para o contexto tailandês, bem como a modesta divulgação do Leitorado brasileiro na própria instituição acolhedora, foram os maiores desafios do programa. Além de ter sido responsável por disciplinas que em grande maioria contemplavam o ensino básico da língua portuguesa, coube ao Leitorado, juntamente com a Seção de Língua Portuguesa, e, muitas vezes, em colaboração com os professores de espanhol, a tarefa de organizar e produzir eventos culturais dentro dos limites do *campus* da Universidade de Chulalongkorn. No entanto, quanto à promoção da língua portu-

guesa, verificou-se que muitas iniciativas não se restringiram aos universitários da instituição tailandesa. A divulgação de programas do Governo Brasileiro, principalmente o PEC-PG, pelo Litorado brasileiro, sugere que o leitor pode servir como um intermediário entre os interesses da Embaixada e a Instituição estrangeira. No âmbito do planejamento de *status* linguístico da língua portuguesa no contexto acadêmico tailandês, as atividades do Litorado contribuíram não só para aumentar o espaço de enunciação da língua portuguesa falada no Brasil no contexto acadêmico tailandês, como também para equipar a língua por meio da oferta de materiais didáticos específicos para o ensino. Retomando a discussão de Diniz (2012b) de que o leitor seria um representante diplomático ou adido cultural, pudemos verificar que durante os dois anos de Litorado na Universidade de Chulalongkorn, as atividades de divulgação da cultura brasileira pelo leitor ficaram restritas à universidade.

O estudo limitou-se a analisar as atividades realizadas durante dois anos iniciais de um programa de Litorado na Universidade de Chulalongkorn. Não é objetivo do trabalho de análise fazer generalizações sobre a atuação do Litorado. Entende-se, assim como Diniz (2012b), que o cargo do leitor é heterogêneo e, por isso, buscou-se contribuir para o debate acerca das atribuições do Litorado brasileiro ao explicitar as frentes de atuação e os desafios no contexto da experiência na Tailândia.

FERREIRA, Laura Márcia Luiza. Brazilian lecturership in Thailand: a contribution to the debate related to the role of the brazilian lecturer. **Revista do Gel**, v. 11, n. 1, p. 10-29, 2014.

**ABSTRACT:** *This article presents an analysis of the activities undertaken during the Brazilian Lectureship program at the Chulalongkorn University in Thailand. The role of the Brazilian lector in the Thai context is defined, based on Diniz's (2012b) work about Brazilian language-spread policy. Therefore, five semiannual Lectureship reports, sent from June 2011 to March 2013 to the Departamento de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), were analyzed.*

*Since the author of the analysis was also a Brazilian lecturer, a reflective narrative of the experience, describing the activities reported in the documents, is proposed. The Brazilian lecturer was defined in the Thai context as: (1) a university professor, (2) a representative of Brazilian culture on campus, (3) a promoter of the language as spoken in Brazil and of the Brazilian educational cooperation programs both inside and outside the boundaries of the campus. The lack of teaching material suitable for the Thai educational context, as well as the modest support from the foreign institution were the most frequent problems pointed out in the reports. It is expected that the study will contribute to the discussion of the work of the Brazilian Lecturer as well as to the memory of the Lectureship program .*

**KEYWORDS:** *Portuguese as a foreign language. Brazilian language-spread policy. Lectureship.*

## Referências

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Gabinete do Ministro. Portaria interministerial n. 01 de 20 de março de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 mar. 2006, p. 28. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Portaria\\_Leitorado.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Portaria_Leitorado.pdf)>. Acesso em: 2 ago. 2013.

CALVET, L-J. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

DINIZ, L. R. A. Política linguística do Estado brasileiro para a divulgação do português em países de língua oficial espanhola. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 51, n. 2, jul./dez. 2012a. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132012000200009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132012000200009&script=sci_arttext)> Acesso em: 6 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Um lugar de representação pela língua: o programa de leitorado do Ministério das Relações Exteriores brasileiro. **Revista Gragoatá**, Niterói, n. 32, p. 189-206, jan./jun., 2012b.

FERREIRA, L. M. L. **Habilidades de leitura na proposta de interação face a face do exame Celpe-Bras**. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos)

– Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MELLO, A. A. S. Dois Leitorados na América Central e Caribe: dificuldades e facilidades encontradas no ensino do português brasileiro como segunda língua. In: SIMELP SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 3., 2011, Macau. **Anais...** Macau, 2011. p. 315-318.

SERRAVALLE DE SÁ, D. O leitorado brasileiro em Manchester: política linguística e o ensino de português como língua estrangeira. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, v. 39, p. 31-40, 2009. Disponível em: <<http://www.cadernosdeletras.uff.br/images/stories/edicoes/39/artigo1.pdf>> Acesso em: 7 ago. 2013.

ZOPPI-FONTANA, M. G.; DINIZ, L. R. Declinando a língua pelas injunções do mercado: institucionalização do Português Língua Estrangeira (PLE). **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 37, p. 89-119, 2008.

# (INTER)SUBJETIVIDADE NOS ESTUDOS DE REDES SOCIAIS: DISSOLVENDO FRONTEIRAS

Sayonara Melo COSTA<sup>1</sup>

Júlio ARAÚJO<sup>2</sup>

**Resumo:** As redes sociais da internet (RSI) se multiplicam e, embora tenham esquemas enunciativos distintos, ampliam as possibilidades de pôr em cena (inter)subjetividades. Muitos papéis sociais são desempenhados nesses ambientes digitais que dão guarida às múltiplas faces de um sujeito que se (des)constrói em meio a um processo heterogêneo. Diante disso, a pergunta que norteia este ensaio é: como estudar esse processo de (des)construção da subjetividade em redes sociais? A proposição que defendemos neste trabalho é a de que o sujeito adepto das redes sociais da internet encontra-se em um tempo-espço propício a excitações que vão muito além das percepções idiossincráticas de cada indivíduo. Em função disso, propomos que estudar as (inter)subjetividades nas RSI pode ser produtivo se relacionarmos as noções de *caosmose* (Guattari), *self* (Goffman) e *enunciação linguística* (Benveniste). A conclusão a que chegamos é a de que o viés da enunciação linguística pode ser uma alternativa metodológica que auxilie na conexão entre uma concepção mais transversalista da subjetividade e a tese de que a interação social assemelha-se a uma encenação teatral e, por isso, pode tomar rumos diversos, de acordo com roteiros preestabelecidos e socialmente partilhados nos cenários digitais das RSI.

**Palavras-chave:** Redes Sociais. Caosmose. *Self*. Enunciação.

---

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC. [sayonaracosta@gmail.com](mailto:sayonaracosta@gmail.com)

2 Docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC. [araujo@ufc.br](mailto:araujo@ufc.br) / [www.julioaraujo.com](http://www.julioaraujo.com)

## Introdução

No presente ensaio, refletimos acerca do lugar da subjetividade nos estudos que se debruçam sobre o fenômeno das redes sociais da internet (doravante, RSI). Embora esses ambientes digitais de interação estejam estruturados em função de perfis pessoais, os esforços no intuito de compreendê-los estruturam-se cada vez mais sobre olhares voltados para a complexidade e heterogeneidade, muitas vezes, compreendidos como a negação do individual e de qualquer abstração empreendida com o objetivo de tornar palpável a noção de subjetividade nesses contextos. Tal movimento resulta em uma aparente polarização, deixando, de um lado, aqueles que veem a rede como um emaranhado complexo de interações (SANTAELLA, 2013); e do outro, aqueles que buscam formas de circunscrever sujeito e subjetividade nesse espaço sem, contudo, prender-se a perspectivas reducionistas e ontologizantes (SÁ; POLIVANOV, 2012).

Nesse contexto, pensamentos como o de Guattari (2012), com a noção de caomose, e de Goffman (2011), com o conceito de *self*, emergem como matrizes teóricas que norteiam as reflexões em RSI. Essas teorias objetivam, cada uma a sua maneira, explicar a constituição e a dinâmica de funcionamento das relações sociais na modernidade. Para dialogar com essas perspectivas, convocamos o conceito de enunciação de Benveniste, no qual enxergamos o mecanismo pelo qual tais manifestações são possíveis, tendo, já em seu cerne, a noção de subjetividade e dela dependendo inexoravelmente.

Longe de dar a última palavra acerca do tema, o que não é o nosso objetivo neste ensaio, propomo-nos a um exercício teórico de interpretação desses dois pontos de vista como complementares. Uma vez que, ao estabelecer que o sujeito precisa recorrer a um outro sujeito para construir o invólucro que o discretizará do todo socialmente construído, dando-lhe a ilusão de subjetividade, ele se valerá de mecanismos formais da linguagem, caminho que lhe permite constituir-se tanto subjetiva quanto intersubjetivamente.

Para tanto, a organização retórica desse texto segue a seguinte composição: em primeiro lugar, apresentamos a noção de intersubjetividade em Guattari para compreendermos o que ele denomina de caosmose. Na sequência, apontamos a perspectiva de Goffman acerca do *self*, o que nos ajudará a compreender que o sujeito representa muitos papéis nos diversos cenários discursivos em que atua. Depois, pelas lentes de Benveniste, discutimos a enunciação linguística para indicar que na própria língua existem indícios de subjetividade. Com base nisso, refletimos sobre as instâncias da enunciação no meio digital para tecermos, na sequência, considerações sobre o diálogo possível entre Guattari, Goffman e Benveniste como proposta teórica para o estudo das (inter)subjetividades em redes sociais na internet. Finalmente, arrazoamos as conclusões a que esse exercício de reflexão nos permitiu chegar.

## **A intersubjetividade guattariana**

Analista célebre por suas reflexões acerca do estatuto da subjetividade na modernidade, Félix Guattari ressalta a necessidade de se compreender a subjetivação como um processo heterogêneo, resultante de estímulos diversos e que vão muito além das percepções idiossincráticas de cada indivíduo. O autor assinala o papel das produções maquínicas, que forjam e fornecem modelos preestabelecidos de subjetividade a serem seguidos, em contrapartida, aponta também para as reivindicações de singularidades subjetivas, cada vez mais comuns no cenário contemporâneo. Diante dessa cena, advoga em função de um paradigma que contemple a constituição da subjetividade em sua natureza plural. Em função disso,

[...] nessas condições, parece indicado forjar uma concepção mais transversalista da subjetividade, que permita responder ao mesmo tempo a suas amarrações territorializadas idiossincráticas (territórios existenciais) e a suas aberturas para sistemas de valor (universos incorporais) com implicações sociais e culturais. (GUATTARI, 2012, p. 14)

Essas duas forças que atuam sobre a constituição da subjetividade apontam para um processo de heterogênese, que incidiria não apenas sobre o indivíduo e suas experiências, mas que teria raízes anteriores a ele, partes não humanas pré-pessoais da sua subjetividade (GUATTARI, 2012, p. 14), compreendendo aspectos éticos, estéticos, políticos, sociais, linguísticos, históricos, entre outros. Para dar conta dessa multiplicidade de estímulos, o autor formula a noção de *caosmose*, um paradigma ético-estético, no qual o individual dá lugar ao social e no qual diversas instâncias de natureza aparentemente caótica ditam as relações que serão estabelecidas nesse contexto. Segundo o autor, “os diferentes registros semióticos que concorrem para o engendramento da subjetividade não mantêm relações hierárquicas obrigatórias, fixadas definitivamente” (GUATTARI, 2012, p. 11).

No que diz respeito aos simulacros de individualidade a partir dos quais nos enxergamos uns aos outros, esse autor afirma serem tributários do componente imaginário, capaz de possibilitar a sensação de apreensão de um ser inteiro e palpável, deixando escapar, para análises superficiais, que a percepção de sujeito só foi possível a partir da observação de algo que representa aquela forma, da qual o observador se apropria, aplicando e replicando-lhe em suas interações. Ou seja, estamos diante da impossibilidade de “falar do sujeito em geral e de uma enunciação perfeitamente individualizada, mas de componentes parciais e heterogêneos de subjetividade e de agenciamentos coletivos de enunciação que implicam considerar o humano como multiplicidade” (GUATTARI, 2012, p. 162). Ele critica tanto o “endeusamento do sujeito” feito na perspectiva fenomenológica, quanto “a petrificação operada pelos estruturalistas, que colocam a subjetividade na intersecção dos jogos de significantes”. Afirma, ainda, que a intersubjetividade reside no social, configurando-se, em sua essência, como um sistema caótico.

Embora anteriores à efervescência das redes sociais da internet, as reflexões do analista francês lançam luz sobre a influência que esses mecanismos

exercem nos processos de subjetivação nesses espaços de práticas sociais. Nas suas próprias palavras: “Do mesmo modo que as máquinas sociais que podem ser classificadas na rubrica geral de Equipamentos Coletivos, as máquinas tecnológicas de informação e de comunicação operam no núcleo da subjetividade humana” (GUATTARI, 2012, p. 14).

Compreendidas aqui como um tipo de máquina tecnológica de informação, as RSI possuem um notório potencial para influenciar os processos de subjetivação, transformando-os em enunciações codificadas que, uma vez postas na internet, podem ser recuperadas, tornando esse nicho metodologicamente acessível e atrativo para exercícios analíticos. Dessa forma, os fenômenos ambientados nas RSI propagam-se de forma instantânea e possuem longo alcance, o que vem despertando o interesse de diversos pesquisadores.

Ao debruçar-se sobre o estatuto da subjetividade nas redes sociais, Santaella (2013) advoga em função da desmitificação desse conceito. Pautando-se pelo pensamento guattariano, a autora defende a coerência de tratarmos as relações em rede em termos de intersubjetividade, uma vez que a noção de sujeito, tanto quanto a de subjetividade, é determinada por uma ordem caótica, residente no cerne das relações sociais, tornando o aspecto social constitutivo de qualquer abstração feita no sentido de singularizar o indivíduo compreendido nesse contexto.<sup>3</sup>

A autora advoga em função da intersubjetividade como mecanismo capaz de dar conta da falência do sujeito uno e da emergência da caosmose como alternativa para a compreensão das interações nas RSI. Segundo Santaella (2013, p. 38),

[...] ao descolar a subjetividade do sujeito, torna-se necessário traçar uma cartografia que vá além dos limites do indivíduo, levando o território do subjetivo até as

---

3 Nesse mesmo sentido, Araújo e Dieb (2006, p. 183), ao relacionarem as ideias paulofreireanas aos postulados bakhtinianas, mostram que ser sujeito é negociar “sentido para o mundo com seus interlocutores, produzindo comunicação intersubjetiva. Para isso, o sujeito precisa usar a língua de maneira que esta o ajude na construção dos sentidos e das ações que deles resultam”.

maquinarias impessoais reguladoras da socialidade. É só no domínio dos arranjos coletivos que a subjetividade pode inventar arranjos singulares, pois “a verdadeira individuação passa pela invenção de reciclagem ecomental”.

Notamos, no pensamento da autora, um movimento que se distancia cada vez mais do núcleo representado pela subjetividade e, por meio da heterogênesse anunciada por Guattari (2012), caminha rumo à intersubjetividade, que, considerando o componente caótico da constituição dos sujeitos, procura dar conta da sua nova configuração emergente nas redes sociais.

Outra linha de pensamento que também procura dar conta da pluralidade de contextos responsáveis pelas flutuações da constituição do sujeito é encontrada em Goffman, cuja adoção de uma metáfora teatral e a relativização da subjetividade em papéis constituem avanços rumo à compreensão da heterogênesse. Entretanto, chamamos a atenção para a manutenção de um centro psicológico, capaz de reconhecer contextos e selecionar papéis e condutas socialmente constituídos, ilha na qual a subjetividade mantém o seu lugar, estamos falando do *self*.

## **Goffman e o *Self***

Reconhecido por suas pesquisas acerca de indivíduos e ambientes estigmatizados, Erving Goffman trouxe como contribuição para a psicologia social e para a pragmática linguística um aprofundado estudo do homem em suas *performances* cotidianas. Valendo-se da linguagem teatral, o autor nos apresenta a tese de que a interação social assemelha-se a uma encenação, podendo tomar rumos diversos, de acordo com roteiros preestabelecidos e socialmente partilhados.

Erguida sobre a tríade ator/palco/plateia, a metáfora teatral compreende os contextos de interação social como cenas, nas quais os sujeitos atuam, interpretando papéis de acordo com o contexto no qual se inserem e com o objetivo que desejam alcançar. Para a boa execução desse espetáculo competem também

outras variáveis, como o cenário, a fachada, os estereótipos, os tipos de comunicação coerentes para cada cena, entre outros.

No centro desse construto simbólico encontramos a figura do ator como peça imprescindível à engrenagem do espetáculo, seja como protagonista, seja como plateia. Entretanto, é necessário ressaltar que, embora atue socialmente por meio de papéis, o sujeito em Goffman possui aparente autonomia, transitando entre as diferentes cenas que lhe aparecem, investindo discursiva e dramaturgicamente em suas máscaras e podendo ou não estar convencido de sua atuação. Segundo o autor,

[...] num dos extremos, encontramos o ator que pode estar inteiramente compenetrado de seu próprio número. Pode estar sinceramente convencido de que a impressão de realidade que encena é a verdadeira realidade. [...] No outro extremo, verificamos que o ator pode não estar completamente compenetrado de sua própria prática. (GOFFMAN, 2011, p. 25)

Como implicações da afirmação acima temos que, embora manifesto socialmente por meio dos papéis que encena, o ator possui uma faceta particular e autônoma, por meio da qual avalia suas representações. Esse viés idiossincrático, de natureza essencialmente responsiva, responsável pela orquestração dos papéis representados pelo ator e também constituído por eles, é o que Goffman denomina de *self*, que, numa acepção geral, pode ser compreendido como aquilo que define a pessoa em sua individualidade e subjetividade, isto é, sua essência.

Desse ponto de vista, encontramos o sujeito em dependência com a teia das relações sociais, discretizando-se parcialmente no momento de sua encenação para, em seguida, ser novamente tragado pelo todo ao assumir um papel preexistente, não havendo lugar, portanto, para o desenvolvimento de uma subjetividade genuína e singularizante, com existência autônoma o suficiente para criar suas próprias cenas e papeis. Tal pensamento assemelha-se ao que

nos diz Bakhtin, que também adota a metáfora do teatro para discorrer acerca da interação. Nas palavras do filósofo russo,

[...] a situação e o auditório obrigam o discurso interior a realizar-se em uma expressão exterior definida, que se insere diretamente no contexto não verbalizado da vida corrente, e nele se amplia pela ação, pelo gesto ou pela resposta verbal dos outros participantes na situação de enunciação. (BAKHTIN 2009, p. 129)

O pensamento bakhtiniano parece ir ao encontro das formulações de Goffman ao assumir que o discurso interior, para tornar-se enunciado, necessita inserir-se em modelos sociais preestabelecidos e cujos desdobramentos dependem da atitude responsiva que o auditório dará para esse estímulo. Temos então um modelo que, embora encastele as manifestações discursivas em papéis que lhes antecedem, reconhece a existência de uma dinâmica dialógica que possibilita a ampliação dos sentidos, resultando na riqueza das interações que vivenciamos.

Em busca de caminhos metodológicos que deem conta da diversidade de fenômenos que se materializam nos *sites* de redes sociais,<sup>4</sup> Sá e Polivanov (2012) valeram-se do modelo dramático de Goffman para extrair categorias que explicassem a dinâmica de construção de identidades no interior desses *sites*, elegendo, para tanto, coerência expressiva e *performance* como caminhos possíveis. Para as autoras, esses dois argumentos podem ser compreendidos como:

*Coerência expressiva*, entendida enquanto a tentativa de administração de impressões, de negociação com o outro – sempre atravessada por ruídos, vazamentos e mal-entendidos – e *performance de gosto*, conceito/categoria que ressalta o papel dos

---

4 Embora as autoras não atrelem suas reflexões a nenhuma RSI específica, compreendemos que a interface oferecida por esses *sites* está intimamente ligada às possibilidades enunciativas que eles apresentam, influenciando, por sua vez, o alcance das representações ambientadas nesse meio. Dessa forma, redes como Facebook e Orkut apresentam potenciais representativos diferentes de redes como Twitter e Instagram. É necessária atenção a essas especificidades antes mesmo de iniciado o exercício analítico.

objetos nas construções de si e que nada tem de representação, mas sim de encontro entre atores humanos e não humanos. (SA; POLIVANOV, 2012, p. 591)

Nessa interpretação do pensamento de Goffman, identificamos um caminho possível para dar conta das interações nas RSI, principalmente por considerar a “negociação com o outro” um fator preponderante na formulação da representação do sujeito, bem como por admitir a influência de elementos não humanos nesses construtos, abrindo espaço para a análise de fachadas, cenários e outros itens do espetáculo previstos por Goffman e de fundamental importância no sucesso das representações.

A metáfora do espetáculo e a noção de *self*, portanto, constituem caminhos através dos quais seu idealizador pensou o lugar da subjetividade nas relações sociais. Se comparado ao pensamento de Guattari, Goffman apresenta uma perspectiva um pouco mais moderada em relação à subjetividade, atribuindo-lhe existência própria, embora balizada pelos papéis e espetáculos que representa e constituída a partir das experiências vivenciadas no palco das interações sociais. A tese da caomose, por sua vez, prega a falência da subjetividade nuclear, dando lugar a um processo caótico de heterogênesse, que mobiliza e interliga fatores diversos, dando origem a indivíduos intersubjetivos.

Ambas as perspectivas concebem, cada uma a sua maneira, a subjetividade como tributária do contexto social, em um movimento que se distancia cada vez mais de um núcleo subjetivo palpável. Entretanto, não podemos esquecer que tanto papéis sociais quanto fatores de heterogênesse só adquirem materialidade quando semiotizados, ou seja, quando enunciados por meio de um sistema semiótico, linguístico ou não, que lhes dê forma e sentido. Só assim é possível decodificá-los e atribuir-lhes valor. Diante dessa condição, buscaremos compreender como a dependência de um sistema semiótico afeta a compreensão da subjetividade nessas perspectivas. Para os fins deste ensaio, nos deteremos nas implicações da realização desses enunciados e a subsequente

constituição da subjetividade por intermédio de um sistema linguístico, sobre o qual nos fala Benveniste.<sup>5</sup>

## A subjetividade linguística

Herdeiro das leituras estruturalistas das ideias de Ferdinand de Saussure (2006[1916]), Benveniste (2005[1966]; 2006[1974]) nos oferece uma teoria formal da enunciação ao refletir acerca das possibilidades de inserção do sujeito na língua. Longe de um caráter limitadamente instrumental, a língua estaria intimamente ligada à constituição de um sujeito que se colocaria no tempo e no espaço, por meio da enunciação. Em sua argumentação, são apresentados conceitos como locutor, aquele que profere o enunciado; alocutário, aquele a quem o enunciado se destina; e instância enunciativa, na qual as categorias espaço e tempo se determinam em relação a um ‘eu’, centro dêitico da enunciação, juntas, essas noções nos permitem compreender o que o autor chamou de aparelho formal da enunciação. Segundo ele,

[...] o ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação. (BENVENISTE, 2006, p. 84)

Formas linguísticas como pronomes, tempos verbais e advérbios se prestariam exatamente a essa marcação de uma instância imediata dentro do discurso, que teria como centro irradiador o sujeito, no momento de sua enunciação.

---

<sup>5</sup> Em sua pesquisa sobre o *self* nas redes sociais, Araújo (2014), inscrito na perspectiva de Lemke (1998, 2002), mostra a hipermodalidade atravessada pelos processos de reelaborações de gêneros como outro sistema semiótico possível de decodificação em termos de construção de sentido pelas funções representacional, orientacional e organizacional.

Um forte exemplo dessa concepção de língua pode ser observado no caso dos pronomes pessoais. As formas “eu” e “tu” estariam relacionadas aos participantes da enunciação, locutor e alocutário teriam seus lugares marcados dentro da língua, lugares esses preenchidos a cada novo estabelecimento de uma instância enunciativa, ou seja, a cada produção de enunciado. Da mesma forma que 1ª e 2ª pessoas constituem participantes da cena enunciativa, o “ele”, 3ª pessoa, também possui e ocupa um lugar no aparelho formal da enunciação, constituindo-se como aquele/aquilo do que se fala, objeto de discurso também chamado, na perspectiva de Benveniste, de não pessoa, devido a sua impossibilidade de assumir a produção de enunciados, sendo limitado apenas a figurar como objeto desses.

A peculiaridade da reflexão benvenistiana reside na apreensão do mecanismo que parece resguardar o lugar da subjetividade na língua. Com o estabelecimento da instância enunciativa, um feixe de traços linguisticamente marcados é disparado a partir do centro dêitico dessa enunciação, o sujeito. Este movimento é responsável por marcar as pessoas, o tempo e o espaço da enunciação. A subjetividade, neste caso, reside, mais precisamente, nesse lugar abstrato preestabelecido no sistema, do que em indivíduos propriamente ditos e detém um lugar demarcado na própria língua, estando presente em toda enunciação. Nesse sentido, concordamos com Araújo e Lima-Neto (2012, p. 59), que, ao relacionarem hipertexto com a enunciação linguística, concluem que

[...] a existência da enunciação, de acordo como a concebe Benveniste, condiciona-se a um apropriar-se da língua. Tal atividade é protagonizada por um sujeito que se serve da estrutura para gerar o funcionamento da linguagem. Deste modo, não seria pueril afirmar que Benveniste defende que o sistema, em si, admite o funcionamento e, conseqüentemente, a existência da subjetividade, o que nos leva a concluir que não se pode expurgá-la da língua porque aquela está inscrita nesta.

Em função disso, tal característica favorece aqueles que tomam a descontinuidade da realidade e do próprio sujeito como processo de significação do

mundo, apresentando-se como anterior à homogeneização desses traços/indivíduos em uma intersubjetividade que antecederia o ser sujeito.

Ao lado da noção de sujeito, os conceitos de tempo e espaço também aparecem como centrais nas reflexões que envolvem a enunciação. A seguir, retomamos a temática das interações em meio digital considerando a ressignificação dessas duas categorias.

## **As instâncias da enunciação no meio digital**

Verle (1997) advoga em função da ressignificação de tempo e espaço quando mobilizados em enunciados proferidos no meio digital. Segundo a autora, embora a separação de esferas de atividade humana (BAKHTIN, 2011) exista, e seja possível executar ações na internet que também se executariam no meio *off-line*, o tempo gasto para essas atividades obedece a uma outra escala, sendo consideravelmente menor, o que confere a essas práticas um caráter intrinsecamente imediatista. Por exemplo, uma instituição bancária pode estabelecer um domínio e passar a operar via internet, por meio de gêneros também conhecidos como o boleto e o extrato bancários, porém, ações como pagar o boleto e consultar o extrato são feitas em menor tempo, devido à ausência de deslocamentos e à permanência em filas de clientes.

O mesmo acontece com a noção de espaço que, ao ser traduzida para os códigos da internet, expande-se, diluindo fronteiras e permitindo a copresença dos mesmos indivíduos em espaços diferentes simultaneamente, pela simples abertura de diversas abas no navegador de internet. Dessa forma, é possível fazer compras em uma loja digital enquanto se paga contas no banco e se assiste a uma teleaula em um ambiente virtual de aprendizagem. Toda essa instantaneidade proporcionada pelo meio digital reflete-se no percurso das práticas de linguagem aí ambientadas. Como muito bem diz Stix (2012, p. 8), “no tempo da internet, tudo ocorre em toda parte, simultaneamente.

[...] Basicamente, o tempo triunfou sobre o espaço [pois] o mundo conectado apaga as barreiras do tempo”.

Diante dessas considerações, concluímos que, embora passem por um processo claro de ressignificação, as noções de tempo e espaço mantêm-se como instâncias marcadas na enunciação, não sofrendo, na estrutura da língua e no aparelho formal, nenhuma alteração perceptível, o que advoga em função da adoção da perspectiva da subjetividade enunciativa como viés que daria conta das interações nas RSI, também produtos do meio digital. Essa persistência, apesar do novo *locus* e do estabelecimento de novas relações referenciais, favorece nossa perspectiva de que não é necessário romper totalmente com a tradição analítica já estabelecida para dar conta deste novo contexto.

A seguir, retomamos as noções de caosmose, *self* e subjetividade linguística promovendo um diálogo no sentido de relacionar essas três teorias como vieses intercambiáveis na elucidação das interações entre os usuários das RSI.

## **Diálogos possíveis**

Todo esforço interpretativo no intuito de relacionar conceitos e teorias está sujeito a imprecisões e divergências de pontos de vista, entretanto, tem por obrigação manter coerência com as matrizes epistemológicas convocadas, promovendo um diálogo ético e produtivo entre as ideias. Balizados por esse princípio, visitamos três teorias que discutem o fenômeno da subjetividade, direcionando nossa reflexão especialmente para a construção dessa instância nos *sites* de redes sociais.

A perspectiva guattariana advoga em favor de uma visada que compreende a subjetividade como produto da heterogênese, dotada de um componente caótico, que espria a noção de sujeito em um feixe de direções, negando-lhe a autonomia e a existência individual. Nessa linha de pensamento, somos levados a tratar não mais da subjetividade individualizada, mas sim de inter-subjetividades, constituídas por instâncias diversas, socialmente construídas

e partilhadas, assim como também o são os papéis desempenhados pelo ator de Goffman.

A atenção dada pelo autor canadense ao componente social na constituição e atuação dos sujeitos aproxima-o da perspectiva de Guattari, embora Goffman desconsidere o componente caótico presente nas interações sociais e se esforce no intuito de identificar padrões e elaborar roteiros que, segundo ele, norteiam a vida em sociedade. Para dar conta da orquestração dessas diferentes máscaras, introduz a noção de *self*, componente psicológico responsável pela escolha e *performance* desses papéis e cuja existência só se materializaria no exercício deles.

Com base nas reflexões dos dois autores, compreendemos que tanto indivíduo quanto contexto social dialogam na orquestração das relações (inter) subjetivas. Nessa perspectiva, as palavras de Saraiva (2008, p. 39) se conectam com o que compreendemos:

O sujeito é, assim cremos, forjado na relação com o outro, determinado pelo contexto sócio-histórico, sim, mas, ao mesmo tempo, um sujeito que se individualiza na exata proporção de sua interação com esse mesmo contexto, um sujeito que mantém relações dialéticas com as coerções do meio em que vive, um sujeito individualizado pelo feixe de vivências (por mais que estas sejam coletivas) porque único e irrepetível.

Uma vez reconhecidos sujeito e meio como instâncias distintas, porém dialógicas, emerge a necessidade de uma visada que operacionalize a análise desses elementos, especialmente o primeiro.

Seja na perspectiva de uma materialização de *self*, seja no movimento de caomose, as interações sociais só são possíveis por meio de códigos, sistemas semióticos entre os quais figura a linguagem humana. Tal condição nos leva a questionar o lugar da subjetividade nesse sistema. Dessa forma, somos conduzidos ao pensamento de Benveniste, que nos afirma que a subjetividade está inscrita no próprio código linguístico e possui sumária importância na constituição

dos enunciados, uma vez que é a partir dela que se instaura a instância enunciativa, que define o sujeito, o tempo e o espaço daquela ocorrência por meio do mecanismo de debreagem, que, para Greimas e Courtés (2012, p. 111), pode ser definido como:

A operação pela qual a instância da enunciação disjunge e projeta fora de si, no ato de linguagem e com vistas à manifestação, certos termos ligados à sua estrutura de base, para assim constituir os elementos que servem de fundação ao enunciado-discurso.

Esse potencial para manifestação de termos possui seus reflexos também na manifestação do sujeito e dos discursos, lançando as bases para as interações sociais mencionadas ao longo de todo o ensaio. Mais adiante, Greimas e Courtés (2012, p. 111) afirmam que

[...] o ato de linguagem aparece, assim, por um lado, como uma fenda criadora do sujeito, do lugar e do tempo da enunciação e, por outro, da representação actancial, espacial e temporal do enunciado. De um outro ponto de vista, que faria prevalecer a natureza sistemática e social da linguagem, dir-se-á igualmente que a enunciação, enquanto mecanismo de mediação entre a língua e o discurso, explora as categorias paradigmáticas da pessoa, do espaço e do tempo, com vista à constituição de um discurso explícito.

A leitura do pensamento benvenistiano feita por Greimas e Courtés reconhece a enunciação como ato a partir do qual actantes posicionam-se acerca do que se enuncia, relacionando-se com os discursos postulados. Segundo os autores, “a enunciação é um enunciado cuja função-predicado é denominada ‘intencionalidade’, e cujo objeto é o ‘enunciado-discurso’ ” (GREIMAS; COURTÉS, 2012, p. 168). Benveniste (2006, p. 82), por sua vez, compreende a enunciação como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, não discorrendo acerca das relações discursivas. Embora sigam caminhos distintos, as duas perspectivas partem do mesmo

princípio, no qual reconhecemos o movimento da heterogênese rumo à subjetivação, do *self* potencial rumo à atuação propriamente dita, na qual a subjetividade possui um lugar marcado e necessário para a materialização dos enunciados.

A convocação da enunciação benvenistiana, bem como sua concepção de subjetividade, traz a necessidade de inversão da dinâmica de discretização adotada nos raciocínios de Goffman e Guattari, para os quais o contínuo, representado aqui pelo elemento social, é anterior ao descontínuo, representado pela subjetividade. Do ponto de vista da linguagem, o contínuo é sempre posterior, sendo o movimento de descontinuidade a debreagem que inaugura a instância da enunciação, colocando em uso o aparelho formal descrito acima. Dessa forma, para transformar qualquer potencial significante (seja ele resultante da relação caótica entre elementos heterogêneos, seja ele um papel social) em discurso efetivamente realizado e assim “ser no mundo”, é necessário passar inexoravelmente pelas instâncias da enunciação, entre elas, o sujeito.

Dessa perspectiva, compreendemos que, ao afirmar que “para conhecermos objetivamente quem somos, devemos nos ver fora de nós mesmos” (SANTAELLA, 2013, p. 37) a compreensão intersubjetivizante da realidade dialoga com o mecanismo da enunciação, tornando-se dele tributária.

Ainda no que diz respeito às relações de complementariedade possíveis entre os quadros epistemológicos apresentados, as noções de língua e sujeito adotadas por Guattari, Goffman e Benveniste configuram-se como pontos fulcrais no intercâmbio teórico que defendemos aqui.

Mostrando-se avesso às perspectivas estruturais, que, segundo ele, encastelam e limitam a subjetividade nas interseções dos jogos de significantes, o autor de *caosmose* abdica da noção de língua como sistema, estendendo o conceito de heterogênese às relações de significação ao afirmar que “os diferentes registros semióticos que concorrem para o engendramento da subjetividade não mantêm relações hierárquicas obrigatórias, fixadas definitivamente” (GUATARRI, 2012, p. 11). Nesse construto, o sujeito figura como uma entidade

caótica e em constante mutação, interseção perene de todas as instâncias que concorrem para a sua formação, não sendo possível apreendê-lo senão por meio de sua relação transversalista de oposição e similitude com o outro, seja ele também ilusão idiossincrática ou instância sociocultural.

Goffman, por sua vez, atribui ao sujeito um *status* de existência potencial (*self*), que lhe confere autonomia para decidir e modular suas atuações por meio do repertório de papéis sociais preestabelecidos e disponíveis de acordo com o cenário no qual atua, adquirindo existência própria apenas quando inserido nessa rede de relações. Nesse quadro teórico, a língua emerge como código posto em movimento para dar forma a essa força que legitima e materializa a existência do “eu”. A língua seria, portanto, a ponte que possibilitaria a saída da consciência para o meio social, pondo em movimento o sujeito no mundo.

Ao observarmos os mecanismos pelos quais as duas perspectivas tratam a subjetividade, é possível identificar uma constante, presente no movimento que opõe o sujeito ao mundo que o cerca, mecanismo pelo qual se singulariza, adquirindo uma existência, mesmo que relativizada. É nesse feixe de relações que a negatividade do sujeito autônomo adquire feições positivas, é na interseção de tudo aquilo que ele não é que adquire de fato forma. A exemplo da noção de valor postulada por Saussure (2006[1916]), para quem a língua só existe enquanto feixe de relações, o corte transversalista proposto por Guatarri para discretizar a intersubjetividade se assemelha à relativização do sujeito em Goffman, cuja existência só se permite entrever por meio da sua atuação em roteiros previamente construídos.

É no intuito de compreender essa passagem do heterogêneo, do potencial e do disforme para aquilo que é individual, concreto e semiotizado que a enunciação benvenistiana é convocada nesta reflexão. A língua, enquanto princípio de classificação, “não é senão possibilidade de língua” (BENVENISTE, 2012, p. 87), até ser enunciada por um sujeito o qual a própria língua postula. É no ato de enunciar que identificamos o caminho e o mecanismo pelo qual o feixe

de relações é disparado, o corte transversalista de Guatarri e a relativização dos papéis em Goffman passam pelo mecanismo da enunciação. Como o fio esticado que, por um instante, projeta sua sombra sobre a superfície contínua da matéria, conferindo-lhe forma e sistematicidade para depois devolver-lhe à dispersão de sentidos (HJELMSLEV, 1975), a enunciação é a emergência do sujeito como instância inscrita no código linguístico, do qual não é possível desvencilhar-se.

Retomando nosso ponto de partida, as RSI são sistemas complexos organizados por meio da língua, configuração que nos autoriza optar pela análise linguística, mais especificamente, pela análise do mecanismo formal da enunciação como caminho possível para a compreensão e apreensão da (inter)subjetividade presente na sua dinâmica de funcionamento, configurando-se ainda como cifra capaz de operacionalizar análises que partam das matrizes epistemológicas aqui apresentadas.

## **Conclusão**

Seja na proposição de um novo paradigma ético-estético que abrange a complexidade intersubjetiva dos indivíduos, seja na constituição de uma metáfora teatral que busque sistematizar as relações sociais, compreendemos a primazia do sistema linguístico como cifra capaz de dar forma a essas ideias e o mecanismo da enunciação como singularidade que inaugura as instâncias nas quais esses enunciados tomam forma.

Não se trata de uma questão de quem é ou não o detentor da verdade, tratamos aqui de identidades e diferenças (LOPES, 1997), cujo argumento principal da disjunção reside na relação estabelecida entre o social e o subjetivo, entre o contínuo e o descontínuo. Ao final dessa reflexão, concluímos que é a partir da enunciação que ambas as perspectivas tomam forma, o que confere ao viés linguístico o poder de coordenar o ponto de vista que será aplicado

sobre o fenômeno em questão, estabelecendo o caminho que vai do descontínuo para o contínuo, possibilitando assim a apreensão de uma subjetividade a partir desse olhar.

ARAÚJO, Júlio; COSTA, Sayonara Melo (Inter)subjectivity in studies of social networks: dissolving borders. **Revista do Gel**, v. 11, n. 1, p. 30-50, 2014.

**ABSTRACT:** *Internet Social Networks (ISN) are multiplying and, despite having distinct, enunciative schemes, increase the possibilities of putting (inter)subjectivity in place. Many social roles are performed in these digital environments that defend the multiple faces of a subject who self-constructs by means of a heterogeneous process. Facing this situation, the guiding question of this essay is: how to study this process of (de)construction of the subjectivity in social networks? This study focuses on the subject, adept at internet social networks, finding him/herself in a time-space conducive to excitement that far exceeds the idiosyncratic perceptions of each individual. Therefore, to study the (inter)subjectivity in the ISN may be productive if the notions of Chaosmosis (Guattari), self (Goffman) and linguistic enunciation (Benveniste) are related. It was concluded that the bias of linguistic enunciation can be a methodological alternative that helps in the connection between a more transversalist design of subjectivity and the thesis that social interaction resembles a theatrical staging and, therefore, can take various directions according to pre-set scripts, socially shared in the digital scenarios of ISN.*

**KEY WORDS:** *Social networks. Chaosmosis. Self. Enunciation.*

## Referências

ARAÚJO, J.; DIEB, M. A educação dialógica e o dialogismo: o educador freireano é um sujeito bakhtiniano. In: BRAGA, E. O.; FIGUEIREDO, J. (Org.). **Formação humana e dialogicidade em Paulo Freire**. Fortaleza: Edições UFC, 2006, v. 25. p. 181-194.

ARAÚJO, J.; LIMA-NETO, V. Ruptura não, linkagem sim: o hipertexto e as enunciações na web. **Veredas** (Online), v. 16, p. 56-67, 2012. Disponível

em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2012/10/artigo-4.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Estratégias hipermodais de construção do *self* nas redes sociais.** Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC, 2014. [Relatório de pesquisa].

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 2009.

\_\_\_\_\_. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I.** Campinas: Pontes, 2005 [1966].

\_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral II.** Campinas: Pontes, 2006[1974].

GREIMAS, J. A.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica.** São Paulo: Contexto, 2012.

GOFFMAN, E. **A preservação do eu na vida cotidiana.** 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUATTARI, F. **Caosmose – um novo paradigma estético.** Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.

HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem.** São Paulo: Perspectiva, 1975.

LEMKE, J. L. Travels in Hypermodality. **Visual Communication**, London, v. 1(3), p. 299-325, 2002.

\_\_\_\_\_. Multiplying Meaning. In: MARTIN, J.R.; VEEL, R. (Eds.). **Reading Sciences.** London: Routledge, 1998.

LOPES, E. **A identidade e a diferença**. São Paulo: Edusp, 1997.

SÁ, S. P.; POLIVANOV, B. Auto-reflexividade, coerência expressiva e performance como categorias para análise dos sites de redes sociais. **Contemporânea | Comunicação e Cultura**, v. 10, n. 3, p. 574-596, set./dez. 2012.

SANTAELLA, L. Intersubjetividade nas redes digitais: repercussões na educação. In: PRIMO, A. **Interações em rede**. Porto Alegre: Sulina, 2013. p. 33-50.

SARAIVA, J. A. B. **Pessoal do Ceará**: o percurso de uma identidade e a identidade de um percurso. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2008.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2006[1916].

STIX, Gary. Tempo real. **Scientific American**, n. 46, p. 6-9, 2012.

VERLE, L. **Tempo e espaço no cyberspace**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997. Disponível em: <<http://www.lenara.com/papers/tempoespaco.pdf>> Acesso em: 02 jan. 2014.

# POÉTICA, RETÓRICA, POLÍTICA E MEMÓRIA NOS EPITÁFIOS DO POETA PORTUGUÊS PÊRO DE ANDRADE CAMINHA

Eronildes Teixeira AMARAL<sup>1</sup>

Marcello MOREIRA<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho objetiva discutir a relação entre epitáfio, monumento e memória na sociedade romana antiga e, também, no século XVI, no qual se efetua a produção dos epitáfios laudatórios de Pêro de Andrade Caminha, que instituíram o louvor dos homens ilustres que compunham o estamento aristocrático da monarquia portuguesa quinhentista. A poesia fúnebre produzida por Pêro de Andrade Caminha, no século XVI, vincula-se a uma tradição retórico-poética, que especifica os gêneros e as espécies discursivas, assim como os tipos de caracteres a serem representados por meio deles, representação essa reforçada pelas preceptivas, fomentando, desse modo, uma relação estreita entre poética, retórica, política e memória no Estado monárquico português. Os resultados de pesquisa aqui dados a público foram produzidos durante o desenvolvimento da dissertação no curso de mestrado Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

**Palavras-chave:** Epitáfio. Memória. Retórica.

---

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Pesquisadora do grupo Memória e Práticas Letradas no Império português: séculos XV-XIX. *nony6000@gmail.com* e *moreira.marcello@gmail.com*

2 Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (USP) e titular de Literatura Brasileira na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Neste artigo, discute-se a relação entre epitáfio e memória, no século XVI, a partir da análise de alguns epitáfios de Pêro de Andrade Caminha. Para tanto, apresentar-se-á uma sùmula das distintas formas (epigrafia, inscrições fùnebres) que esse gênero assumiu desde as sociedades antigas grega e latina, para, ulteriormente, tratar das relações entre memória e monumentalização, que, no caso dos epitáfios, se evidenciam na comemoração epidítica dos feitos dos homens ilustres, que compunham a monarquia portuguesa dos Quinhentos, cujos feitos são dignos de serem tornados memória poética pelo agenciamento de um *faber*, o Poeta.

O louvor fùnebre, ao comemorar as ações virtuosas, possibilita conjuntamente a evocação do passado e a sua contínua presentificação quando do ato de leitura ou de récita. Em sua etimologia, comemorar é um vocábulo derivado do latim *commemorare*, palavra ligada ao verbo *memorare*, que reporta a ação de lembrar ou trazer um fato à memória para celebrar. Observa-se que as inscrições romanas antigas também objetivavam o efeito comemorativo, e, portanto, público e social, o qual, conforme explicita Ricoeur (2007), não se restringe aos poemas de caráter fùnebre.

Por certo, não se devem limitar os atos de comemoração às celebrações religiosas e patrióticas; as louvações e as pompas fùnebres também são celebrações; eu diria que elas se desenvolveram no tempo dos parentes e amigos, a meio caminho entre a memória privada e a memória social; mas esse tempo dos parentes e amigos e o espaço que está ligado a ele – cemitério, monumento aos mortos –, recorta-se contra o fundo do espaço público e do tempo social. Todas as vezes que pronunciamos ou escrevemos a frase: “em memória de...”, inscrevemos o nome daqueles que trazemos à memória no grande livro da co-lembrança, que se inscreve, por sua vez, no tempo maior. (RICOEUR, 2007, p. 60. nota 42)

O intuito de compreender o tratamento do epitáfio como um meio de comemoração dos feitos dos nobres pressupõe a apreensão da ligação entre monumento e escritura que se faz presente desde os registros epigráficos

do Alto Império romano. No conjunto das inscrições romanas, os epitáfios enquadram-se no âmbito privado, e, dessa maneira, estão submetidos às relações de poder, na medida em que o hábito epigráfico não era acessível a toda a população. Destarte, a proliferação das escrituras no período da República romana revela, ainda que de modo limitado, nas atuações políticas, comerciais ou das aristocracias, um caráter representativo ou monumental próprio, posto que as mesmas eram gravadas em pedra ou em bronze. Conforme evidenciam os estudos de Williamson:

O bronze e a pedra não são limitados à exibição do texto, mas permitem a sua conservação e sua imortalização. Mas, a decisão de inscrever um texto ia além do mero desejo conservacionista ou arquivístico. Por isso, predominam em sua escritura a monumentalização política e simbólica dos espaços públicos frente à acessibilidade e facilidade de leitura dos textos. (WILLIAMSON, 1987<sup>3</sup> apud PRATS, 2002, p. 17, tradução livre)<sup>4</sup>

No texto supracitado, o destaque não é tão somente dado ao texto, já que os contextos arquitetônico e escultórico nos quais são dispostas as palavras completam a representação monumental que integra o espaço da cidade. Além disso, depreende-se que a imortalização pode direcionar-se ao texto que se configura no suporte material como também à figura que se faz representada nas letras. Na perspectiva que aqui se delineia, o efeito de perenização própria das escritas epigráficas advém, por conseguinte, do material que lhe dá suporte e do espaço onde se localiza tal estrutura, proporcionando, em certa medida, já que se dá publicidade aos três elementos, o reconhecimento simbólico e político desse exercício, que na sua efetivação e leitura possibilita, outrossim, a garantia de prestígio dos que tinham os nomes ali inscritos.

3 WILLIAMSON, C. Monuments of Bronze: Roman Legal Documents on Bronze. *Tablets*, “*Classical Antiquity*”, 6, 1987, p. 160-218.

4 No original: “[...] el bronce y la piedra no se limitan a mostrar el texto, sino permiten su conservación, su inmortalización incluso. Pero la decisión de inscribir un texto iba más allá del mero afán conservacionista o archivero. Por eso predominan en su escritura la monumentalización política e simbólica de los espacios públicos frente a la accesibilidad y la facilidad de lectura de los textos”.

No estudo empreendido por Philippe Ariés sobre a morte e os rituais fúnebres, retoma-se a importância dos fragmentos epigráficos romanos para os estudos mais recentes, corroborando a ideia de que o túmulo, além da indicação do local do culto funerário, também tinha a finalidade de avivar a lembrança do defunto nas gerações futuras.

Daí o seu nome de *monumentum*, de *memória*: o túmulo é um memorial. A sobrevivência do morto não devia apenas ser assegurada no plano escatológico por oferendas e sacrifícios; dependia também do renome que era mantido na terra, fosse pelo túmulo com os seus *signa*, e suas inscrições, fosse pelo elogio dos escrivães. (ARIÉS, 1981, p. 218)

Evidencia-se, desse modo, que a comemoração do ser pressupõe condições prévias, como o renome que se manteve na terra, até mesmo porque o elogio fúnebre é subsequente às qualidades cultivadas em vida.

O desejo dos mais pobres e escravos de escaparem do anonimato e, portanto, da “morte definitiva”, daquela que equivale ao esquecimento, foi alimentado por um longo período, sem, no entanto, ser atendido; a maioria deles foi privada de caixão e túmulos comemorativos e poucos tiveram seus nomes inscritos em suportes materiais associados a inscrições votivas. A cultura das inscrições começou a desaparecer a partir do século V, e a antiga relação entre a imortalidade celeste e terrestre persiste exclusivamente no caso de personalidades veneradas pelo público, como reis e santos, por exemplo, restringindo-se, dessa maneira, à inscrição das lembranças dos que se foram. É interessante argumentar que a comemoração dos defuntos não desapareceu de forma abrupta.

O percurso da propagação das inscrições epigráficas é relevante para a compreensão da relação entre monumento e memória, já que a escritura de palavras ou textos que visavam a preservar a memória de personagens que detinham admiração pública faz-se presente desde as civilizações mais

antigas. Conforme elenca Marucchi (1974), os túmulos eram considerados monumentos sagrados e invioláveis, tanto que em alguns encontravam-se inscrições destinadas a proteger o monumento sepulcral de palavras de bruxaria, ou contra profanação nos rituais performados frente aos monumentos em ocasiões de aniversário, por exemplo. Nas palavras de Marucchi:

Às vezes, encontramos em inscrições funerárias ameaças contra aqueles que profanam o túmulo. Túmulos eram, pela lei romana, sagrados e invioláveis. Era suficiente que o cadáver tivesse sido depositado em um espaço desse tipo para torná-lo um *locus* religioso “consagrado”. (MARUCCHI, 1974, p. 27, tradução livre)<sup>5</sup>

Conforme evidenciam as palavras do historiador, as próprias inscrições funcionavam como admoestação contra aqueles que transgrediam a sacralidade do local, desconsiderando o *locus* religioso em que ele se constituía. Além de ser o espaço sagrado no qual se depositava o corpo, era também ali e nas casas próximas que os cristãos se reuniam para celebrar festas de amor fraterno ou outras cerimônias religiosas, as quais tinham em vista a conservação da memória do morto. Marucchi cita como exemplo um antigo cemitério de Domitilla, onde eram celebradas essas comemorações, nas quais “os cristãos celebravam em memória do morto, para manter vivos os sentimentos de sua afeição mútua (MARUCCHI, 1974, p. 31, tradução livre).<sup>6</sup>

A epigrafia está intrinsecamente vinculada às relações políticas, sociais e de poder no Império Romano, já que as inscrições buscam perpetuar uma mensagem e a lembrança de determinados indivíduos na comunidade. A despeito de a epigrafia ser mais praticada por grupos dominantes e menos numerosos, não deixou de ser uma prática entre pessoas mais modestas que ansiavam ter,

---

5 No original: “We sometimes find on funerary inscriptions threats of penalties against those who profane the tomb. Tombs were by Roman law sacred and inviolable. It was enough that a corpse had been laid in a place to make it ‘consecrated’, *locus religiosus*”.

6 No original: “[...] the Christians held in memory of the dead, to keep alive their feelings of mutual affection”.

por exemplo, um epitáfio que perpetuasse sua memória. O acesso à prática epigráfica denota as relações de poder e acaba por ser uma ferramenta de demonstração do mesmo, pois constitui uma representação do prestígio da sociedade letrada. A análise dessa informação permite entrever que a inscrição imbuí-se de significado simbólico-político, sobretudo, no que alude às representações dos grupos dominantes e do Estado. Ademais, o aspecto literário dos epitáfios e inscrições funerárias, que lhes concede prestígio, também está ligado à estrutura de dominância, uma vez que as classes altas latinas também são letradas e manejam com excelência a língua, principalmente os conhecimentos gramaticais e retóricos. Esses aspectos delineiam-se sinteticamente nas palavras de Cavallo, citado por Prats:

O uso pleno da escrita é restrito à alta aristocracia, a partir do qual surgem os únicos letrados, os totalmente alfabetizados, com conhecimento de gramática e retórica, os autênticos leitores de livros e os únicos capazes de frequentar e, especialmente, criar bibliotecas. (CAVALLO, 1983, p. 178<sup>7</sup> apud PRATS, 2002, p. 18, tradução livre)<sup>8</sup>

A partir do esboço que aqui se desenha, nota-se que a prática epigráfica, não empreendida exclusivamente pelas classes superiores, se dá em vários níveis hierárquicos, especialmente, nos mais dominantes, que, de certo modo, controlavam a efetuação do exercício supracitado. O interessante é perceber que em todos eles há um objetivo comum de demonstrar poder ou prestígio social. “A vontade de comemoração estende-se então dos grandes personagens ao comum dos mortais” (ARIÈS, 1981, p. 231). Contudo, nos grupos considerados inferiores, o intuito primordial, muitas vezes, não era o cuidado com a memória, mas a obtenção de *status*. Conforme esquematiza Prats:

7 CAVALLO, Guglielmo. *Libri scritte scribi a Ercolano*. Primo supplemento a *Cronache Ercolanesi* 13. Napoli: Macchiaroli, 1983. p. 178.

8 No original: “El uso pleno de la escritura restringe-se a la alta aristocracia, de la que surgen los únicos *litterati*, los plenamente alfabetizados, los conoedores de la gramática y la retórica, los autênticos lectores de libros y los únicos capaces de frecuentar y, sobre todo, crear las bibliotecas”.

A epigrafia poderia definir-se como o nexu que se estabelece entre um nome individual e um ato público, seja ele, por exemplo, a representação visível do epitáfio sobre um túmulo, seja o cumprimento de um voto a uma divindade. A epigrafia latina é, em última análise, a glorificação de um nome no quadro geral das relações de poder. (PRATS, 2002, p. 22, tradução livre)<sup>9</sup>.

Essa autoexaltação por meio da escrita traduz-se na vontade de comemoração, no desejo de memória que perpassa a mentalidade das sociedades mais antigas, e que resulta, por conseguinte, em uma pretensão de poder, à qual aspiram até mesmo as autoridades da Igreja. São exemplos desse caso as inscrições funerárias direcionadas aos papas dos séculos III ao X, como a que se dedica a São Gregório o Grande.<sup>10</sup> Nesta e nas demais, comemorar significa solenizar para recordar, para trazer à memória as virtudes ou a lembrança de alguém, para celebrar o nascimento ou a morte de figuras de destaque, constituindo, desse modo, uma cerimônia, um ritual, que, na opinião de Ricoeur, alicerçado em Cassey, alia-se ao sentido de evocação:

[...] reatualização, eventos fundadores apoiados pelo “chamado” a lembrar-se que atualiza a cerimônia – comemorar, observa Cassey, é solenizar tomando seriamente o passado e celebrando-o em cerimônias apropriadas. (CASEY apud <sup>11</sup> RICOEUR, 2007, p. 60. nota 41)

---

9 No original: “[...] la epigrafia podría definirse como el nexu de unión del nombre individual a un acto público, ya sea la representación visible en el epitafio de una tumba, ya sea el cumplimiento de un voto a una divinidad. La epigrafia latina es, en último término, el ensalzamiento de un nombre en el marco general de las relaciones de poder”.

10 Philippe Ariès, no livro *O Homem Diante da Morte*, expõe a inscrição funerária em latim, seguida da tradução, dedicada a São Gregório o Grande. Nela está escrito assim: “Recebe, oh Terra, este corpo tirado do teu corpo / Que deverás restituir, quando Deus o fizer reviver./ Sua alma ganha os astros [o céu], a morte nada pode contra / Aquele para quem a morte dessa vida é a verdadeira vida. / Neste sepulcro está encerrado o corpo do Soberano Pontífice./ Que por seus inumeráveis benefícios vive sempre e por toda a parte” (1981, p. 226).

11 CASEY, Edward. *Remembering*. 2<sup>nd</sup> Ed. Bloomington: Indiana University Press, 2000. p. 223.

Os túmulos comemorativos adquirem um papel relevante e, consoante adverte Ariès (1981), muitos deles até foram refeitos por terem se deteriorado com o transcorrer do tempo. O autor supracitado ainda acrescenta que, “com ou sem inscrições, com ou sem efígies, os túmulos que se mantiveram até a alta Idade Média respondem, portanto, a uma preocupação de fazer memória” (ARIÈS, 1981, p. 228). Esse “fazer memória”, por seu turno, não desvincula a imortalidade terrena daquela que se deseja no céu, pelo contrário, unifica a crença escatológica ao anseio de comemoração, posto que, antes de morrer, são construídos planos de como tornar o nome memorável por um tempo extenso. Vale lembrar, também, que há uma ligação entre o poder régio e o poder divino sedimentados pelo “corpo político” no Medievo.

A escrita é, então, um instrumento que possibilita o que Ariès (1981) intitula de “glória durável”, pois o que substancializa a oração “vive sempre em toda parte” do epitáfio de São Gregório, o Grande, é justamente o caráter permanente e duradouro da inscrição, que, ao ser lida, atualiza e reatualiza a memória do eclesiástico, funcionando como testemunho da sua existência para as gerações futuras, fazendo com que sua glória seja permanente tanto quanto a escrita o é.

A estabilidade da fama remete-nos ao conhecido *topos* da perenidade da poesia afirmado por Horácio e resumido no verso *exegi monumentum aere perennius* (“Concluí um monumento mais perene que o bronze”), o qual é muito antigo, já que o *vate* tinha como fim crucial imortalizar o conteúdo do seu canto. A poesia torna-se um monumento seguro, tal como o mármore e a escultura; na verdade, ela ainda é superior a essas estruturas, se considerarmos que resiste muito mais aos efeitos corrosivos do tempo. A poesia quinhentista e a seiscentista resultam do trabalho encomendado e remunerado em alguma medida, “o atributo por excelência encarecedor do produto do poeta seria sua virtude de preservar a memória dos comitentes, e preservá-la ainda mais do que o mármore dos monumentos seria capaz” (ACHCAR, 1994, p. 160). Nessa

perspectiva, por meio do discurso poético, os reis fazem compor e gravar na pedra anais dos seus feitos “que nos levam à fronteira onde a memória se torna ‘história’” (LE GOFF, 2003, p. 430).

## Inscrições fúnebres e memória no século XVI

Partiremos agora para uma exposição mais detida sobre o epitáfio, um tipo de estilo epigráfico, que, a partir do século XIV, imita a Antiguidade. Em seu estudo, Ariès comenta que os epitáfios medievais identificam a necessidade de afirmar uma identidade na morte, e, no que concerne a esse tipo de poema, com o passar dos séculos, passou-se “do silêncio anônimo a uma retórica biográfica [...], da breve nota do estado civil à história de uma vida, de uma discreta constatação de uma identidade à expressão de uma solidariedade familiar” (1981, p. 232).

Do XV ao XVII, também ao túmulo era imputada uma atribuição de garantir à posteridade as lembranças dos feitos memoráveis do morto. Tal concepção corrobora-se na expressão recorrente “à eterna memória de” (ARIÈS, 1981, p. 245), bem como ao termo *monumentum*, ambos alusivos à epigrafia funerária romana. Essas expressões assumem um caráter “biográfico”, ao individualizarem a lembrança de uma vida e seus atos (ARIÈS, 1981, p. 245). Ao visar à imortalidade terrena, sem deixar de referir a imortalidade celeste, preconizada pela Igreja, os epitáfios perpetuam a memória de homens e de suas famílias.

O tema da eternidade da poesia emerge na literatura latina em epitáfios atribuídos a Nêvio, Plauto, Pacúvio. Citando Woodman, que, ao tratar do sentido funerário do *monumentum*, alude à tríade de características para o poema – epitáfio, epílogo e prece –, preconizando, então, uma nova imagem e um novo contexto nos quais se aplica a ideia de imortalidade. Achcar atesta que ambos – imagem e contexto – não são inéditos, pois a assertiva da poesia

como *monumentum* é romana, e o tema é um lugar-comum antiquíssimo que permanece reiterado em Propércio, Ovídio, Sêneca. Quanto à definição do latim *monumentum*, significava “um monumento qualquer em pedra e bronze, uma obra literária, em prosa ou em verso, na materialidade de sua redação escrita” (ACHCAR, 1994, p. 163). Figura-se, então, uma relação entre poesia e memória desde os antigos, especialmente em Horácio, na composição do verso resistente ao tempo. “O caráter imperecedouro da poesia e a associação entre reis e poetas são narrados em quase todas as poéticas e retóricas quinhentistas” (MOREIRA, 2006, p. 104).

Dedicar-nos-emos a uma breve explanação sobre os epitáfios do poeta português Pêro de Andrade Caminha, natural do Porto, que toma como exemplo de poeta em sua época Antônio Ferreira, por igualar em mérito aos antigos. A filóloga portuguesa Vanda Anastácio editou os poemas compostos por Caminha, de diversos gêneros, como odes, éclogas, epitalâmios, elegias, epitáfios, edição essa que utilizaremos aqui. Ao tecer considerações sobre o epitáfio, ela argumenta que essa composição associa-se à homenagem prestada aos mortos, e, desde a Antiguidade, a mesma assume características distintas. Nas suas palavras:

[...] sob a mesma designação agrupam-se, por exemplo, realidades tão díspares como a inscrição tumular ou o elogio fúnebre, e a amplitude das fronteiras formais do gênero constitui mesmo uma das características da sua definição. (ANASTÁCIO, 1998, p. 207).

Essa proposição nos leva a afirmar que o epitáfio não segue um modelo fixo, embora sua escritura revele a observância de um corpo doutrinal derivado de modelos antigos, a *arché* do gênero, como são as composições de origem produzidas por Macial (c.40-c.104), por Ausônio (c.309-315), por Ageriano (finais do século XV-meados do século XVI) e as poesias da *Antologia Grega*.

Além disso, como descrito nos primeiros tópicos, e como se pode visualizar nos poemas de Pêro de Andrade Caminha, o epitáfio se limita a uma estrofe curta, tratando o assunto de forma epigramática. Além desse atributo, assim como as antigas inscrições fúnebres, o epitáfio consiste em uma evocação a quem passa. No exíguo espaço em que se apresenta a temática, são dispostos os *topoi* ou lugares-comuns preconizados pelos antigos e elencados na *Antologia Grega*. Então, é comum aparecer nesse gênero a demonstração de oposição entre:

[...] a exiguidade do túmulo e a grandeza do defunto, o seu elogio em termos panegíricos, as referências à glória alcançada através de feitos militares, a construção do poema sobre a forma de diálogo com o morto, os protestos de amizade ou de amor eternos aos desaparecidos, a apresentação do texto como um enigma. (ANASTÁCIO, 1998, p. 208).

Esse ponto de vista conduz à afirmação de que o domínio retórico-poético de construção dos epitáfios supõe uma “operação particular de recursos de gênero historicamente disponíveis, capazes de produzir certos efeitos de reflexo e representação” (PÉCORA, 2001, p. 13). Consoante explicita Bartholomeo Alcaçar: “a oração fúnebre é aquela que se costuma tecer em louvor de homem defunto” (1750, p. 64).

Alguns dos preceitos contidos na *Rethorica ad Herennium* são retomados no tratado de retórica epidítica de Bartholomeo Alcaçar, no qual ele prescreve argumentos para cada tipo específico de discurso laudatório, obedecendo a uma ordem de ideias, que devem ser “achadas” pelo orador ou poeta, como as que aparecem na oração fúnebre.

Assim, um dos modelos que permite a intelecção do epitáfio é proposto pelo tratado de retórica epidítica de Bartholomeo Alcaçar, no qual ele elenca uma série de lugares-comuns que caracterizam a oração fúnebre, com cujos preceitos também se escrevem os epitáfios, cuja função também é, nesse

caso, louvar o ilustre defunto. Ele a divide em exórdio, confirmação e peroração. O primeiro subdivide-se em vários tópicos em que se enumeram os diferentes elementos da construção do exórdio. Assim, ele é empreendido por meio de exclamação, salientando a efemeridade da vida, a mudança de fortuna ou calamidades que ameaçam os homens; ou mediante a queixa contra a morte, que levou homem tão amado. Deve-se, ainda, lamentar as esperanças vãs dos mortais, recorrendo a discursos que tematizam a certeza da morte. Além disso, relata que os que pelo defunto não choram é porque são de ferro. Declara-se, no exórdio, a dignidade e poder do morto, recomendando-se em relação à ocasião o sentimento de comiseração e indignação e lembrando alguns sonhos e prodígios que anunciaram a sua morte.

Quanto à confirmação, Alcaçar afirma que esta se institui de três maneiras. A primeira consiste em louvar “o defunto pela nobreza dos antepassados, pelas obras dos pais, pelos merecimentos e façanhas para com a pátria, Igreja” (ALCAÇAR, 1750, p. 66); com vistas a suscitar a dor e a falta cruel por se ter perdido ser tão virtuoso; quanto mais se enumeram suas virtudes, mais intensa é a falta que ele faz, exigindo cautela porque não devem ser ditas palavras que causam alegria em uma ocasião digna de tristeza. A segunda, por seu turno, consiste na declaração de que o ilustre viveu muito e quando vivo fez grandiosas obras, nada mais havendo para ele alcançar; as honras a ele direcionadas devem obedecer a uma sequência; principia-se tratando o gênero de morte, salientando que morreu lutando em favor da pátria. Por último, fala-se das várias pessoas que o varão representou na fugaz vida, visto que foi um audacioso soldado, “pelejando pela pátria ou Religião; outras vezes agiu como político Mestre, cheio de toda a prudência, e conselho moral; outras, como Príncipe ou Rei, regendo sapientissimamente os súditos” (ALCAÇAR, 1750, p. 66).

Conforme postula Alcaçar (1750), os afetos que se fazem presentes nesse tipo de oração são os mais graves, como o amor, a dor e a comiseração.

Além disso, podem-se abordar as queixas e a aflição dos amigos, da pátria, da igreja, do reino, caso viesse à morte o grande varão em luta por seu soberano.

A última parte de que se compõe a oração fúnebre é a Peroração. Nesta, far-se-ão os votos ao defunto, de maneira a desejar-lhe felicidade eterna e memória para com os vindouros. Objetiva-se o consolo dos parentes e amigos, lembrando a necessidade de morrer depois de se ter vivido retamente, cheio de méritos alcançados frente à república e à Igreja, com o consolo da certeza de uma memória do defunto que permanecerá e que trará felicidade aos seus descendentes, morte essa que ensinará outros a viver com dignidade e a sofrer pacientemente a morte dos parentes (ALCAÇAR, 1750, p. 67).

Tais divisões retóricas demonstram claramente que o morto ilustre está amparado por instituições política, sociais e religiosas, que vinculam seus feitos ao Bem comum da pátria, da Igreja e aos valores familiares e linhagísticos, que são passados de geração em geração, de forma a garantir a perpetuidade desses feitos por meio das letras. Além disso, nota-se como a oração fúnebre estabelece um ritual comum de tratar a morte dos grandes, elogiando suas virtudes e seu caráter de tal forma que os tornam exemplos para os que assumirão a sua função, reforçando a necessidade de que sejam tão bons quanto aquele que faleceu. Portanto, poesia laudatória não se dissocia de política em Portugal nos séculos XVI e XVII.

Pêro de Andrade Caminha, na composição dos seus poemas, dispõe alguns desses preceitos, visando a alcançar proteção e patrocínio dos entes do morto ou daqueles que herdaram a sua posição; assim, o discurso laudatório “transfere parte do capital simbólico do encomiado para o discurso poético”, pois a excelência do defunto é também condição da excelência da poesia que dele trata e, sobretudo, de seu *ethos* (MOREIRA, 2006, p. 144). Essa transferência só é possível por meio da escrita, que institui um louvor contra “o esquecimento”, ao tempo em que o poeta, ao produzir do defunto, pelo agenciamento da escritura, uma memória duradoura, produz igualmente para si essa

mesma memória, porque seu nome não se dissocia da palavra perenizadora (MOREIRA, 2005, p. 77). Ademais, conforme Hansen, o “elogio da cabeça mandante” resulta no favorecimento de quem o faz. O poeta memoriza o saber, na medida em que conhece o modelo e promove a si como *auctoritas*, ao fundamentar-se na autoridade dos “melhores” (HANSEN, 1999, p. 36).

Dado o exposto, depreende-se que o fenômeno mnemônico e a técnica retórico-poética da memória, na sociedade letrada de Portugal, estão imbricados com o poder, evidente na própria linguagem poética mediante “instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação (violência simbólica)” (BOURDIEU, 1998, p. 11).

Pêro de Andrade Caminha escreveu poemas fúnebres dedicados à família do rei D. Manuel I (esposa, filhos e netos). D. Manuel I de Portugal morreu em 1521, e seu filho, Dom João III, morre em 1557. Ambos foram encomiados nos poemas de Caminha.

Partamos agora para a análise dos poemas propriamente ditos, com o intento de visualizar como determinados lugares-comuns apontam para o caráter prescritivo do escrito, objeto deste estudo. Antes, porém, reproduzimos-los-emos por completo, para depois analisá-los:

### **A El Rei Dom Manuel**

Esta pequena pedra encobre e encerra  
 O grão Rei MANOEL amor do povo.  
 Que dilatou seu nome em toda terra,  
 E descubrio ò mundo um mundo novo.  
 Felice em paz, sempre Felice em guerra  
 Que nunca a seu intento achou estorvo.  
 Governou santamente no Ocidente  
 Donde venceo, e deo leis ò Oriente.

### **A El Rei Dom João Terceiro**

Aqui jaz o grão Rei, João Terceiro,  
Filho de Manoel, e de Maria:  
Que justamente o nome de primeiro  
Entre muitos Reis grandes ter devia.  
Rei Justo, pai clemente e verdadeiro  
De seu povo que o amava e que o temia.  
Aqui jaz, e daqui o mundo inda espanta,  
Por ele o mundo chora, e dele canta.

Os epitáfios aqui expostos apresentam oito versos, porém, isso não constitui uma regra absoluta, pois autores como Sá de Miranda e Antônio Ferreira variaram entre 8 e 11 a quantidade de versos. No primeiro verso com que principia o poema, “esta pequena pedra encobre e encerra”, já se evidencia um dos lugares-comuns enumerados por Anastácio, que é a contraposição entre a pequenez do túmulo e a imponência do defunto, pois a pedra pequena encobre um grão rei, cujo nome o poeta escreve em maiúsculo, para acentuar sua notoriedade, de modo que, embora seja pequena a pedra, ela agiganta-se pelo nome do monarca nela inscrito, em capitais, porque capital era o morto, caput da Monarquia. Acrescenta-se a este primeiro verso, nos subsequentes, o referir as virtudes reais, e, também, as ações gloriosas do morto: “Que dilatou seu nome em toda terra, / E descobrio ò mundo um mundo novo”. O mundo novo de que fala Caminha não se restringe ao Novo Mundo americano, embora essa ênfase não possa ser desprezada. O mundo novo de que se fala é também aquele de África e de Ásia, que se passou a conhecer cada vez melhor com as crescentes entradas portuguesas no Velho Mundo com o objetivo de mercadejar e de comerciar escravos. Não se pode esquecer que foi durante os reinados de Dom Manuel, e, depois, de Dom João III, que Portugal, com a expansão mercantil, uniu as partes do mundo que até então se encontravam se-

paradas umas das outras; é um *totus orbis* o que os reis portugueses produzem com a expansão ultramarina e é isso que referem os epitáfios aqui sob análise. A expansão do reino é causa da conseqüente fama do rei, que atoa por todo o mundo por ele descoberto, devassado e unido, fala essa implícita na expressão “dilatou seu nome”. Além disso, ao rei Dom Manuel foram atribuídos os adjetivos *O Venturoso*, *O Bem-Aventurado* ou *O Afortunado*. Tais qualidades ratificam sobremaneira as inclinações ou aptidões memoráveis do encomiado, e o ampliar de suas virtudes produz, consoante Alcaçar, uma imensa falta no povo que o ama. Como explicitam esses versos do poema, porque D. Manuel, em suas explorações, acabou encontrando o caminho marítimo para Índia e para outras regiões, como o Brasil e as “ilhas das especiarias”, as Molucas, foi venturosíssimo e afortunadíssimo. O seu espírito colonizador levou, desse modo, o poeta a descrevê-lo no epitáfio: “Felice em paz, sempre Felice em guerra / Governou santamente no Ocidente / Donde venceo, e deo leis ò Oriente”, atualizando, também, o lugar alusivo à glória proveniente de feitos militares, em que sobressai o domínio ocidental da “cabeça da Europa”, ou seja, de Portugal, sobre todo o Oriente. Como visto na confirmação da oração fúnebre, no tratamento do gênero de morte, o ser sobre o qual se tece o encômio morreu lutando em benefício de sua pátria, e, enquanto soldado idôneo, governou prudentemente ou “santamente” no Ocidente e como político mestre “deo leis ò Oriente”. O poema ratifica o quão ditoso era o rei Dom Manuel, posto que, “Felice em paz, sempre Felice em guerra”, pelejou e, assim, independente das circunstâncias de paz ou guerra, mostrava-se exultante, de tal maneira “que nunca a seu intento achou estorvo”, isto é, os impedimentos não se substantificavam no caminho percorrido pelo rei destemido, cujo nome se fez conhecer em toda a terra.

Buescu, no texto intitulado “Morte e Memória de D. Manuel”, do livro *Memória e Poder: Ensaio de História Cultural* (século XV-XVII), relata que a morte de um rei consiste em uma manifestação de poder da realeza, o

que a torna um objeto historiográfico fundamental. A cerimônia em si é um ato de ritualização minuciosa, seja no momento da morte, seja no caso da transladação dos restos mortais do monarca falecido para um túmulo novo. “Esse cerimonial atua agora num duplo sentido, já que constitui a celebração da memória do *rei que foi* pela manifestação solene e visível do *rei que é*” (BUESCU, 2000, p. 87).

Quanto ao segundo poema, nota-se a referência à figura do rei Dom João III, “Filho de Manoel, e de Maria”, mencionando um lugar abordado por Cícero, que é o de discriminar a genealogia a que o monarca pertence, de forma a enaltecê-lo, posto que, assim como grandiosos foram os familiares que o precederam, assim também ele o é. A primeira norma da confirmação preconizada por Alcaçar é louvar o defunto pela nobreza dos antepassados, visto que as obras e façanhas dos pais para com a pátria e Igreja reverberam naturalmente nos nobres descendentes e, então, pelo valor dos pais que bem instruíram o seu sucessor, por conseguinte, suscitam-se virtudes proficuas neste último. O poeta ainda elogia o morto, declarando que ele merecia o nome de primeiro entre muitos reis e não o de terceiro, pois, além de ser um pai clemente, adjetivo que sintetiza várias qualidades, tais como benévolo, caridoso, humano, misericordioso, patriarcal e piedoso, também é muito justo e benevolente com o povo “Que o amava e que o temia” e também lamenta a sua falta na ocasião de sua morte. Destarte, após enumerar as qualidades de que usufrui o encomiado, salientam-se, uma vez mais, as lágrimas e dor sentidas com sua ausência. Os adjetivos positivos aqui delimitados sedimentam as “qualidades invejáveis” de que fala Aristóteles. Essas qualidades, por seu turno, ampliam-se ao nível dos bens internos que, segundo Aristóteles, “são os da alma e os do corpo” (ARISTÓTELES, 2005, 1360b). Nesse epitáfio, como visto, ressaltam-se, sobretudo, as virtudes do ânimo, como ser verdadeiro e possuir clemência enquanto autoridade paterna. Enumerar e qualificar tais atributos no momento da morte consiste em meios de afirmar a falta que fará

Dom João, que, com suas várias e raras qualidades, suscita e é merecedor de dor e lágrimas dos que presenciam o seu fim. Nesse epitáfio, assim como na oração fúnebre, há uma exposição de afetos graves, como o amor devotado ao ilustre, a dor e a comiseração frente a sua ausência. As queixas devido à perda do soberano não são sentidas exclusivamente por familiares, mas por todos: amigos, pátria, Igreja e reino. Tal demonstração pública de afeto é outro lugar-comum, e traduz-se nos protestos de amizade e de amor eternos pelo *rei que foi* e ainda o é, por não haver sido esquecido, e mesmo depois “o mundo inda espanta/ Por ele o mundo chora, e dele canta”. Esse ritual de comiseração também remete a uma prática antiga relativa à morte régia,

[...] prática que, articulando-se de algum modo com a concepção da morte do soberano como acontecimento violento e perturbador da ordem natural, se inscreve na importância que as lamentações tinham, na época medieval, no conjunto dos costumes funerários peninsulares. (BUESCU, 2000, p. 89).

Nota-se, na análise dos epitáfios, que a descrição dos varões ilustres é empreendida a partir do emprego de lugares-comuns relacionados ao gênero epidítico, visto que o elogio, conforme está explícito na *Retórica a Herênio*, pode ser direcionado às coisas externas, ao corpo e ao ânimo. As primeiras dizem respeito às obras do acaso ou da fortuna; quanto ao corpo, pode-se tratar de atribuições vantajosas ou desvantajosas, e ao ânimo respeitam as coisas que permitem a deliberação e a reflexão, tais como prudência, justiça, coragem, modéstia, entre outros (ANÔNIMO, 2005, p. 161). Dessa maneira, verifica-se uma série de classificações das virtudes que devem ser sequenciadas de modo a tornar digna a memória do morto.

Dessa forma, os epitáfios, dispostos em lápides ou não, são enunciados que visam a tornar pública a lembrança do defunto, amenizando os efeitos destrutivos do tempo, ao tempo em que evitam o seu anonimato pelas gerações futuras, constituindo, dessa maneira, um *monumentum* que perpetua a

memória ilustre, na medida em que celebra os feitos das *personae* nobres, componentes privilegiados hierarquicamente da sociedade estamental do Estado monárquico português.

Os epitáfios quinhentistas de Pêro de Andrade Caminha destinam-se ao encômio das *personae* ilustres, por meio da disposição regrada dos feitos ou ações dignas de se transformarem em memória; desse modo, “os feitos são condição para uma memória por meio de escritos” (MOREIRA, 2005, p. 79). As composições fúnebres apresentam um aspecto heroico, uma vez que se associam aos padrões hierárquicos estabelecidos.

Destarte, há uma mútua relação que permite a estabilidade da memória, da poesia que a difunde, do poder que as consolida, o qual também é consolidado por elas, já que “a memória a ser construída, [...] não pode ser separada, por conseguinte, do monumento codicológico, que organiza a produção poética atribuída ao poeta e que, ao fazê-lo, preserva-a”, e, também, de todos os outros tipos de suporte, de materiais, que efetuam socialmente a mensagem poética por meio de práticas de inscrição (MOREIRA, 2005, p. 83-84).

Morte, memória, poder e poesia se entrelaçam, firmando e afirmando uma estrutura hierárquica entendida como ideal na sociedade portuguesa.

Portanto, o epitáfio, ao referir os feitos e caráter do defunto, perpetua sua lembrança de forma que a imortalidade do céu apregoada pelos católicos seja equiparada à que se deseja manter na terra por meio do monumento comemorativo.

A poesia do poeta, cujos epitáfios foram escrutinados, tem, portanto, uma finalidade didática e moralizante, já que por meio do *memento mori* ensina que uma vida bem vivida, principalmente, conforme a vontade da doutrina cristã, culmina, por conseguinte, em uma boa morte. Esta, como um acontecimento social-político, publicitava a glória, a riqueza e o poder das famílias nobres. Portanto, é impossível separar teologia, memória (técnica e social), política e poesia nas práticas letradas da sociedade monárquica à qual pertenceu Pêro de Andrade Caminha.

AMARAL, Eronildes Teixeira; MOREIRA, Marcello. Poetic, Rhetoric, Politics in Pero de Andrade Caminha's Portuguese Epitaphs. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 51-72, 2014.

**ABSTRACT:** *This paper aims at demonstrating the connection between epitaph, monument and memory in ancient Roman society and in the Sixteenth-Century, when Pero de Andrade Caminha wrote his poem with the objective of promoting the praise of illustrious people of the Portuguese monarchy. The funeral poetry composed by Pero de Andrade Caminha, in the Sixteenth Century, are linked to a rhetorical-poetic tradition that specifies the genera and the species of laudatory discourses and it is appropriate to assert that his poems were composed by the adoption of precepts whose origin are the poetic and rhetorical treatises. It is necessary to state here that funerary poetry links rhetoric and poetics to politics and memory in the Portuguese monarchic State. The discussions here presented were motivated by my belonging as a graduate student to the graduate program Memory: Language and Society at the State University of Southwest Bahia – UESB.*

**KEYWORDS:** *Epitaph. Memory. Rhetoric.*

## Referências

ACHCAR, Francisco. **Lírica e lugar-comum**: alguns temas de Horácio e sua presença em português. São Paulo: Edusp, 1994.

ALCAÇAR, Bartholomeo. DAS ESPECIES/INVENÇAM, E DISPOSIÇAM/DAS ORAÇENS./ QUE PERTENCEM AO GENERO/EXORNATIVO”. Lisboa: Manoel Coelho Amado, 1750. p. 42-74.

ANASTÁCIO, Vanda M. Coutinho Garrido. **Visões de Glória**. Uma Introdução à Poesia de Pero Andrade Caminha. Porto: Calouste Gulbenkian, 1998.

ANÔNIMO. **Rethorica a Herênio**. Tradução e introdução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. v. 1. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

ARISTÓTELES. **Retórica**. 2. ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Branca Vilallonga (Departamento Editorial da INCM), 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 1998.

BUESCU, Ana Isabel. **Memória e Poder** (Ensaios de História Cultural - séculos XV-XVIII). Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

HANSEN, João Adolfo. Razão de Estado. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília, DF: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MARUCCHI, Orazio. General Characteristics of Ancient Roman Inscriptions. In: \_\_\_\_\_. **Christian Epigraphy: an elementary treatise with a collection of ancient Christian inscriptions mainly of roman origin**. Tradução de J. Armine Willis. Ares Publishers Inc.: Chicago, 1974. p. 01-34.

MOREIRA, Marcello. As armas e os barões assinalados: Poesia Laudatória e Política em Camões. **Revista Camoniana**, Bauru (SP), Edusc, v. 17, 3<sup>a</sup> série, p. 77-104, 2005.

\_\_\_\_\_. Ad Parnasum – Expansão, Colonização e Empresa Civilizatória Lusa em Música do Parnasso. **Revista USP**, São Paulo, Seção Textos, n. 70, p. 141-151, jun.-ago., 2006.

PÉCORRA, Alcir. **Máquina de gêneros**. São Paulo: Edusp, 2001.

PRATS, Inés Sastre. Epigrafía y Formaciones Sociales en el Noroeste Romano. In: \_\_\_\_\_. **Onomástica Y Relaciones Políticas en la Epigrafía del Conventus Asturum Durante el Alto Imperio**. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto de Historia. Departamento de Historia Antigua y Arqueología: Madrid, 2002. p. 15-47.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

# THE EFFECT OF GENRE EXPECTATION ON EFL BRAZILIAN STUDENTS' INFERENCE GENERATION AND READING COMPREHENSION

Deise Caldart ROSCIOLI<sup>1</sup>

Lêda Maria Braga TOMITCH<sup>2</sup>

**ABSTRACT:** This study investigated the influence of genre expectation on EFL (English as a Foreign Language) Brazilian undergraduate students' inference generation and reading comprehension. Eleven EFL readers from the last semester of the *Letras Course* at UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) participated in this study. The effect of genre expectation was investigated by means of the assessment of students' inference making and reading comprehension in relation to two texts, namely a literary story and a news story. The instruments used for data collection were the Pause Protocol (CAVALCANTI, 1989) in the version adapted by Tomitch (2003) and a set of reading comprehension questions. Participants' reports from the Pause Protocol were transcribed and their utterances were categorized in accordance with Narvaez, van den Broek and Ruiz' (1999) Inference Categorization Model. Furthermore, participants' answers in the reading comprehension questions were analyzed and scored. Results obtained from this research have shown that participants' inference generation was not significantly influenced by genre expectation. However, data from the Pause Protocol reports and reading comprehension questions provided evidence that text type influenced participants' reading comprehension. Furthermore, data from participants with outstanding performance on the reading comprehension questions provided evidence that they were controlling their reading strategies considering the genre being read.

**KEYWORDS:** Reading. Inference generation. Genre expectation. Text comprehension.

---

1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Sertão.  
*deise.caldart@hotmail.com*

2 Universidade Federal de Santa Catarina. *ledatomitch@gmail.com*

## Introduction

The importance of reading nowadays is undeniable, not only because it enables information spreading, but also because it is responsible for entertaining, amusing and connecting individuals through time and space. Although reading is for most people an activity carried out so easily that is sometimes taken for granted (GRABE, 2009), there has been a lot of interest in the issue of what happens in the readers' minds when facing a written page, from focusing the eyes on it until comprehension is achieved.

For the purpose of this study, and in agreement with the literature in the area, reading is understood as the result of an interaction process between the reader and the text, in order to construct meaning (e.g. RUMELHART, 1977; 1981; KINTSCH; VAN DIJK, 1978; ANDERSON; PEARSON, 1984; DAVIES, 1995; ESKEY, 1998; URQUHART; WEIR, 1998; SOLÉ, 1998; TOMITCH, 2003, among others). We would like to acknowledge, however, that, although this study focuses on the reader and the text, we are aware that they are not the only parties involved in the reading comprehension process, which also involves the author, the context, and individual factors such as the reader's motivation, goals and skills (GRABE; STOLLER, 2002).

In the last decades there has been a great increase in the number of studies related to inference generation process, especially regarding how it is influenced by reading purposes, text types and genres. However, among inference generation research, the narrative type of text as stimulus has been much more investigated than the expository one. Furthermore, a small number of studies have compared the effects of both text types on inference generation (BARETTA, 2008; DUBRAVAC; DALLE, 2002; GERBER; TOMITCH, 2008; NARVAEZ; VAN DEN BROEK; RUIZ, 1999), and even fewer have investigated the effect of genre expectation on inference generation. (ZWAAN, 1991; 1994) It is also important to highlight that most research about the effect of different reading

purposes, text types and genres on the inference generation process was carried out in L1 and not in L2, which is the case in this investigation.

Regarding the above mentioned panorama, the need of filling these gaps is the motivation of this study, which aims at investigating how the expectation of reading different genres, namely a news story (a hybrid text type with mostly expository features) and a literary story (narrative text type), influences EFL students' process of inference generation.

## **Review of the literature**

### **Inference generation process**

The term inference refers to “any information about events, relations, and so on that the reader adds to the information that is explicitly presented in the text” (VAN DEN BROEK; RISDEN; HUSEBYE-HARTMANN, 1995, p. 353). Koda (2008) complements this idea affirming that inference generation is a part of the reading process and is crucial for ‘text-meaning construction’. The ability to generate inferences is, as stated by Baretta et al. (2009, p. 138), “a constructive cognitive process in which the reader strives for meaning and expands knowledge by formulating and evaluating hypotheses about the information in the text.”

Inference generation in general is very important for text comprehension, because it connects the information presented in the text to the reader's background knowledge. If readers fail to make these connections, they may fail to remember and even to understand the text (BARETTA et al., 2009; HORIBA, 2000; LINDERHOLM; VAN DEN BROEK, 2002; TRABASSO; SUH, 1993; TRABASSO et al., 1995).

Based on the studies of Zwaan and Brown (1996), and Trabasso and Magliano (1996), Narvaez, van den Broek and Ruiz (1999) proposed

an Inference Categorization Model, which is composed of three kinds of inference, i.e., associations, explanations, and predictions (see Table 1, below), where associations are backward inferences, explanations are concurrent inferences, and predictions are forward inferences. Furthermore, their model of classification also covers other kinds of statements readers can make during a think-aloud task, that is, repetitions, evaluations, and two kinds of coherence breaks: text-based and knowledge-based. For the purpose of this study, Narvaez, van den Broek and Ruiz' (1999) Inference Categorization Model is going to be adopted, as it has been used widely in the literature of reading and inference generation (TRABASSO; SUH, 1993; ZWAAN; BROWN, 1996; TRABASSO; MAGLIANO, 1996; NARVAEZ; VAN DEN BROEK; RUIZ, 1999; MAGLIANO, GRAESSER; TRABASSO, 1999; LINDERHOLM; VAN DEN BROEK, 2002).

Table 1 shows Narvaez, van den Broek and Ruiz' (1999) Inference Categorization Model, where inferences taxonomy is presented, as well as its features.

**Table 1** – Narvaez, van den Broek and Ruiz' (1999) Inference Categorization Model

Inference Kind	Features
Explanations	Are related to the reasons why something happens and include explanations based on background knowledge (“I think that is the cause of the ice age”) and text-based explanations (“This must be what they meant by ash”);
<i>Associations</i>	Provide information about characteristics and functions of people, objects and events in the text, including background associations (“This reminds me of a planetarium show I saw”) and text-based associations (“Okay, this is in the spa”);
Predictions	Refer to inferences about future consequences of a specific event (“Okay, the gases will lead them to the actual object”);
<i>Evaluations</i>	Regard comments about the text content (“I think that’s such a strong assertion”), the text writing (“That sentence was difficult to say”) or the reader’s state (“I’m kind of losing track here, being distracted”);
Text-based coherence breaks:	Relate to statements about the coherence of the text content (“That doesn’t make any sense”);
Knowledge-based coherence breaks:	Include statements regarding the readers’ inability to understand as a result of lack of knowledge or experience (“It’s kind of hard to imagine, I mean, in space”);
Repetitions	Regard repetitions of words or phrases in the text.

SOURCE: Narvaez, van den Broek and Ruiz (1999, p. 490)

## Genres and text types

Marcuschi (2010, p. 23) defines genre<sup>3</sup> as “a purposely vague notion that refers to materialized texts that we find in our everyday life and that present *socio communicative characteristics* defined by contents, functional properties, style and characteristic composition”.<sup>4</sup>

3 In this study, ‘genre’ is the translation for what Marcuschi (2010) denominates *Gêneros Textuais*, in Portuguese.

4 Our translation – author’s emphasis. “[...] uma noção propositalmente vaga para referir os *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sócio comunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica.”

Among the examples of genres are *a telephone call, a personal letter, a note, a restaurant menu, a manual, a novel, a news report, a spontaneous talk, the horoscope, and a shopping list*. Bazerman (1994, apud MARCUSCHI, 2011) claims that it does not seem to be possible to identify and categorize all genres, because these classifications change over time, and, we would include, among different societies.

In order to avoid misunderstandings, it is necessary to make a distinction between text type and genre. According to Marcuschi (2010, p. 23), text type is used to “designate a kind of sequence that is theoretically defined by the *linguistic nature* of its composition (lexical aspects, syntactic aspects, verbal tenses, logic relations)”.<sup>5</sup> According to this definition, genres are much more numerically expressive than text types, which include narration, argumentation, exposition, description and injunction. Travaglia (2007) states that genres are the ones that circulate and work in society, while text types are part of genres and do not exist without them.

Biber (1988, apud PALTRIDGE, 1996) seems to share the same notion of distinction between text types and genres when he claims that genres describe groups of activities while text types represent groups of texts with similar linguistic patterns, which means that, although these two terms represent different perspectives on texts, they are complementary.

Taking into consideration that every text is always part of one or more genres, the more one is aware of the features that characterize each genre, the easier it will be for him/her to recognize these attributes and make use of this knowledge for a better understanding of the text (MARCUSCHI, 2010). These are in some way the basic guidelines of Parâmetros Curriculares Nacionais (National Curricular Parameters, in a free translation, BRASIL, 1999), that suggest that oral and written texts should be used in the classroom on the

---

5 Our translation - author's emphasis. “[...] designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela *natureza linguística* de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas).”

basis of genres, so that students are able to interpret and write different genres in distinct situations.

For the purpose of this study, only the narrative and expository text types are going to be defined and approached. Due to the fact that narratives share characteristics of real interaction, appealing to “readers’ shared knowledge of the world”, they are considered easier than other text types, not only as regards comprehension, but also readers’ ability to recall textual information (KODA, 2008). Individuals are so familiar with the structure of narrative texts that no training is necessary for identifying it, as opposed to non-literary text types as exposition and argumentation (KODA, 2008).

As opposed to narratives, which are generally read for entertainment, expository texts are characterized by the main purpose of presenting information and inducing new insights on a specific topic (KODA, 2008). They are unified texts that follow a logical sequence and are written to present facts, not to tell a story, as opposed to narratives. Most readers are not familiar with this text type until they start going to school, and their contact with it is generally limited to a few texts read for study purposes, the reason why expository texts are considered more difficult to understand and recall than narrative texts.

## **Reading purposes, genres, text types, and their influence on the inference generation process: related studies**

There have been numerous studies, especially in the past twenty years, which intended to check whether readers use different approaches to a text, depending on their reading purpose, as well as on the text genre (ZWAAN, 1991; GRAESSER; KREUZ, 1993; ZWAAN, 1994; TRABASSO; MAGLIANO, 1996; ZWAAN; BROWN, 1996; NARVAEZ; VAN DEN BROEK; RUIZ, 1999; MAGLIANO, GRAESSER; TRABASSO, 1999;

DUBRAVAC; DALLE, 2002; GERBER, SPONHOLZ; VOLKER, 2006; GERBER; TOMITCH, 2008; BARETTA et al., 2009). Most research was conducted in L1, but there are also studies regarding L2 and Foreign Languages. The following is a small sample of the major studies related to inference generation and text type/ genre expectation, which are connected to the main objectives of this research.

As regards the expectation of reading different genres, Miall (2002, p. 334) points out that “the readers’ knowledge of a text’s genre [...] is a control condition influencing the reading process”, the reason why readers’ responses to the text vary depending on the genre. According to Grabe (2009, p. 44), before reading any text, readers activate knowledge related to the genre, as regards its structure, and “are prepared to build the situation in which the information unfolds.”

Kintsch (1980, p. 87, apud ZWAAN, 1991) also supports the idea that readers approach texts differently depending on the genre. According to him, when any text is read, it is guided by a specific genre schema<sup>6</sup>, so a story would be read under a ‘story schema’, a news report under a ‘news schema’ and so on, which means that the operation of comprehension is the same for all these genres, what is different is the way and purposes they are applied for, and consequently the effects of these approaches. In sum, “discourse-type specific control systems influence the way a text is comprehended: how it is processed on line, how it is represented in memory, and how the representation is maintained over a long period of time” (ZWAAN, 1991, p. 140).

According to Zwaan (1991), readers also have specific reading strategies for each genre, so newspaper stories are generally skimmed, while

---

<sup>6</sup> Schema is a concept widely used by reading comprehension scholars to designate the representation of generic concepts stored in memory, which encompasses all previous experiences, and is essential for information processing (RUMELHART, 1981). In that sense, readers are able to distinguish a news story from a literary story because these concepts are part of their ‘genre schema’. In order to achieve successful reading comprehension, the appropriate schemata (plural of schema) need to be activated (TOMITCH, 1991).

literary stories tend to be 'savored'. As a result, a label containing textual information like '*A Novel*' on a book cover, as well as contextual information like the instruction *read and summarize this novel*, would trigger the readers' 'literary control system'. Controversially, László (1988, apud MIAL, 2002) states that the fact that the reader is told that a text is literary does not necessarily make him read it as such, as we are going to discuss afterwards.

Zwaan conducted two studies that aimed at verifying the influence of the text type on the inference generation process. Both studies were conducted with undergraduate students reading in their native language (Dutch). The first one, Zwaan (1991), had the purpose to check whether there are specific control systems regulating the comprehension of specific genres, such as news story and literary story. This hypothesis was confirmed after presenting the same texts to two different groups of participants, telling one group that the text was a literary story and affirming to the other group that the same text was a news story. Results showed that the literary perspective imposed slower reading time, when compared with the news perspective. Also, literary reading resulted in a 'stronger surface representation', when compared to the newspaper reading. Zwaan (1994) carried out a further and complementary research, focusing on the effect of genre expectations on text comprehension. For the purpose of that study, participants read texts under a literary or a news perspective, which means that a same text was said to be literary for one group, being afterwards presented as a news story to the other group. Afterwards, the participants were asked to verify statements pertaining to the texts. Results showed that readers allocate their processing resources differently, according to their expectations about the genre. The researcher also found out that students reading a literary text had longer reading times, better memory for surface information and a poorer memory for situational information than the students reading the news text, meaning that the expectation of a literary genre leads students to pay more attention to details, which in this genre

eventually tend to make a difference, while in news texts details do not play such an important role.

Zwaan and Brown (1996) investigated two factors that might influence situation-model construction, namely language proficiency (L1 and L2) and comprehension skill (L1). The experiment consisted in the thinking aloud during the reading of narratives in readers' L1 and L2. Results showed that a stronger situation model was built for the English texts (L1) than for the French texts (L2). Furthermore, more explanations were provided for the English text than for the French one, and more explanatory inferences were made by skilled participants, who also constructed stronger situation models than the less skilled comprehenders. According to Zwaan and Brown (1996, p. 322):

These results strongly indicate that a certain level of L2 knowledge and skill is necessary for L2 inference generation and situation-model construction so that L2 comprehension performance is not solely a function of general language-independent comprehension skill.

Narvaez, van den Broek and Ruiz (1999) carried out a study on how inference generation and comprehension in reading were influenced by reading purpose (entertainment and study). The method consisted of reading four texts, two aloud (one narrative text and one expository text) and two for comprehension measures (again, one narrative text and one expository text). All inferences generated by the participants during the think aloud protocol of the two first texts were evaluated and categorized according to a model proposed by the researchers, based on Zwaan and Brown (1996), and Trabasso and Magliano (1996). Participants also answered comprehension questions about the other two texts. Results showed that there is no correlation between reading purpose and off-line behavior (comprehension), but on-line reading behavior (think aloud) was influenced by the reading purpose. Also,

the study purpose led students to repeat the text more times, acknowledge lack of previous knowledge, and evaluate the text regarding its content and writing, which was less observed with the entertainment purpose. According to the researchers, “this pattern was stronger for the expository text than for the narrative text” (NARVAEZ; VAN DEN BROEK; RUIZ, 1999, p. 488), which leads to the assumption that not only the reading purpose, but probably the text type, influenced readers' inference generation process.

As regards L2 reading, DuBravac and Dalle (2002) conducted a study regarding narrative and expository textual inferences in Second language reading. Results showed that more inferences were generated when reading the narrative texts, probably due to the fact that these texts are by nature less explicit, leaving more gaps to be filled by the reader, in order to make sense of the text. On the other hand, as expository texts are generally written in an objective way, the responses for readers' questions are likely to be found in the text, and consequently fewer inferences are made. Another relevant finding was that more miscomprehension was observed for the expository texts, probably due to the nature of the text type. Graesser, Singer and Trabasso (1994) point out that expository texts tend to be more difficult to be comprehended because they do not maintain a single tone through the text, as narrative texts do. Instead, they shift from description to definition, analysis or commentaries on each paragraph, which may help readers to lose the track and miscomprehend the text. Bensoussan (1990, apud DUBRAVAC; DALLE, 2002) acknowledges that. In the case of L2 readers, it is more likely that global comprehension issues arise in narrative than in expository texts, while expository texts are more likely to create more linguistic difficulties than the narrative ones. The fact that more miscomprehension was observed in expository texts confirms Olson's (1985, apud DUBRAVAC; DALLE, 2002) conclusion that expository texts tend to be more difficult than narrative texts, regarding reading comprehension. Furthermore, according to DuBravac

and Dalle (2002, p. 227), due to the fact that miscomprehension and textual questions increased proportionally, it seems reasonable to affirm that local coherence is a greater problem in expository than in narrative texts.

## **Method**

### **Participants**

An initial pool of L2 undergraduate students – six men and seven women - from the seventh semester of the *Letras Course* (English Language and Literature), at Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), agreed to participate in this study. Eleven students are native speakers of Portuguese, being proficient speakers of English as a Foreign Language (EFL), and one student is a bilingual speaker of Portuguese and French, being also a proficient speaker of EFL.

The data collection was done individually and each participant read and signed a consent form. This consent form contained the objectives of the research, the procedure for data collection, as well as confidentiality information.

Data from one of the participants' Pause Protocol report was inaudible due to technical problems, and was thus excluded from the experiment. Consequently, the analysis and discussions addressed in the present study only take into consideration 11 participants.

### **Instruments**

The instruments used in this study were the Pause Protocol (CAVALCANTI, 1989, adapted by TOMITCH, 2003), two texts excerpts, being one news story and one literary story, besides a practice text belonging

to the travelogue genre, and two sets of comprehension questions (one for each text), which will be described below. A reader's profile and a retrospective questionnaire (which aimed at verifying whether any difficulty arose during the data collection procedure) were also included in the study, but are not going to be described and analyzed due to length constraints.

### *Stimuli*

The stimuli consisted of a practice text and two text excerpts, being a news story and a literary story. The news and literary texts were both naturally occurring texts, having an average of 320 words each. The practice text was partially adapted, having some words replaced by synonyms, in order to facilitate comprehension. It was composed of 245 words.

The practice text was an excerpt of a travelogue, which was previously used in Zwaan's (1994) study. This genre is somehow similar to a travel diary and according to Zwaan (1994) is considered to be between literary stories and news stories.

As regards the actual texts, the main reason for choosing a news story and a literary story to be the stimuli for this study was these researchers' intention to confirm Zwaan's (1991) and Zwaan's (1994) findings.

Although the selection of texts conformed to Zwaan's (1991) and Zwaan's (1994) studies, that is, presented at the same time characteristics of both news stories and literary stories, the texts selected for the present research are not the same. The two texts used here were selected for having a language level considered adequate for the participants, with a small number of intricate sentence constructions (e.g. passive voice and long sentences) and not containing many presumably unknown words. The topics of the texts were of general interest and it was supposed that the participants would have a background knowledge related to them, since they talked about issues

encountered in everyday life. *Text A* was about terrorism, more specifically about a terrorist act that happened in Dubrovka and the writer's perspective of the impact of these kinds of acts in capitals and small towns. *Text B* was about a series of mysterious events that happened on board of a fancy ship as it was sailing from New York to France, and the inability of the authorities to discover what really happened.

As the main objective of this research was to verify whether the expectation of reading a specific genre would have any influence in the participants' inference generation process, if different texts were used for each genre, the findings could be a set of text specificities, like the text level of difficulty or background knowledge related to the topic. Even with a similar topic, the number of unknown words/ expressions and also the familiarity with the writing style could influence the number of inferences generated. For this reason, following Zwaan's (1991, 1994) proposal, the texts selected for this study had to have characteristics of both literary stories and news stories. In other words, the two excerpts had to be able to fit in both genres, in order to make it possible to verify the influence of the expectation while 'textual factors' were maintained invariable (ZWAAN, 1991).

The news story (*Text A*) was taken from New Times Magazine, a Russian news magazine (DUBNOV, 2003). The literary story (*Text B*) was a passage from Sidney Sheldon's novel *A Stranger in the Mirror* (SHELDON, 1993). The two texts presented narrative characteristics, although *Text A* was hybrid, with narrative and expository paragraphs, while *Text B* was integrally narrative.

As previously mentioned, although the texts were from different genres, when reading any of them, participants should believe they were reading a literary story or a news story, depending on the instructions given. In this sense, a text was presented to some of the participants as a news story, while the same text was read under a literary perspective by the other

participants. For this purpose, the instructions given to the participants were different, depending on the genre perspective desired (see Appendices I and II), following Zwaan's (1991, 1994) procedures (see the Procedures for Data Collection for more details).

The texts used as stimuli in this study were untitled, so, after reading and verbalizing their thoughts, participants were instructed to give them titles, based on their content and genre. Although it may be considered unnatural, this activity was important in order to check whether students were really focused on the genre of the texts, or just read it without making distinction. As the texts were from different sources, newspaper and novel, it was assumed that, if students were aware of it, they would give them titles according to the appropriate genre, instead of a general (based only on content) title.

### *The Pause Protocol*

For the purpose of this research, the Pause Protocol (CAVALCANTI, 1989) adapted by Tomitch (2003) was used, as it seems to have less interference in the reading process (TOMITCH, 2007). In this version, participants are instructed to read the text and stop whenever they find a problem or something that catches their attention, reporting it. Also, a red sign is placed at the end of each paragraph, in order to remember participants that at that moment they are expected to say something about what they have just read, even if they had already done it. At the end of the text, participants were instructed to summarize the text and give it an appropriate title, based on its content and genre. The verbalization performed for both texts was recorded for further transcription and analysis.

## *Comprehension questions*

Right after reading each text, participants were given a written questionnaire containing comprehension questions related to it. There were two objective questions and four descriptive questions for each text. The questions were written based on Gagné, Yekovich, and Yekovich's (1993) subdivision of the Component Processes, which includes literal comprehension, inferential comprehension and comprehension monitoring. The elaboration of the questions was also supported by Pearson and Johnson's (1978) taxonomy, which divided questions in three categories: textually explicit (literal questions, to which answers can be found on the page), textually implicit (although the answers can still be found on the page, verbatim knowledge is not necessary), and scriptally implicit (the answer is derived from the reader's background knowledge).

## **Procedures for data collection**

Participants read the texts and performed the tasks in one individual session, lasting around 50 minutes. In the first part, the procedure for the Pause Protocol was explained. Participants were instructed to read the texts silently, as if they were alone, and stop whenever any thought came to their minds.

The second part of the experiment consisted of the reading of the texts and verbalization of their thoughts. In order to get familiar with the verbalization procedure, students first read a practice text, following the verbalization procedure previously explained. After the practice task, participants received the news or the literary texts, one at a time, to be read and their thoughts verbalized. Both texts were read in the same session, followed by an instruction to give them a title, based on the content and genre. After

reading and verbalizing, students were instructed to synthesize the texts. The verbalizations were recorded, to be later transcribed and have the inferences generated by the readers categorized.

Considering that each participant was supposed to read a practice text, a news passage and a literary excerpt, the texts orders were counterbalanced in eight possible ways, e.g. *Student I*: 1. Practice Text (Literary); 2. Text A (News Story); 3. Text B (Literary); *Student II*: Practice Text (News Story); 2. Text A (Literary); 3. Text B (News Story).

The instructions were read and explained to the students before they read the texts. The instructions intended to inform the participants about the genre of the text that was going to be read, in order to help them activate the schemata related to that particular genre. The name of the author, newspaper, and the year of the publishing were given in order to give more credibility to the source and emphasize the genre of the text being read. The instructions were adapted from Zwaan's (1994), as follows. The instructions for *Text A* were the following (see Appendices I and II):

- (1) The following text is an excerpt from a news story published by Vadim Dubnov on New Times Newspaper, on January 2003. Please read this text just as you would normally read a news story.
- (2) The following text is an excerpt from a novel by Vadim Dubnov. Please read this text just as you would normally read a literary story.

The instructions for *Text B* were the following:

- (3) The following text is an excerpt from a news story published on New Times Newspaper, on January 1999. Please read this text just as you would normally read a news story.

- (4) The following text is an excerpt from a novel by Edward Cohen<sup>7</sup>. Please read this text just as you would normally read a literary story.

Both texts, *A* and *B*, were followed by an instruction to give them a title, reinforcing the purported genre (see Appendices I and II):

- (5) Based on the information presented, give this novel an appropriate title. *or*
- (6) Based on the information presented, give this news story an appropriate title.

The third part of the experiment consisted of answering six comprehension questions, being two objective and four descriptive questions. When performing this task, participants were not allowed to look back at the text.

## **Framework for inferences categorization and analysis**

Participants' utterances were divided into idea units (similar to the ones suggested by Gerber and Tomitch, 2008), which varied from three-word sentences to whole paragraphs. Besides, inference category change was also an indicator of a new unit, thus a same idea could be divided in two or more parts, if a new inference kind was observed. Inferences were then categorized by the authors of this article, according to Narvaez, van den Broek and Ruiz' (1999) Inference Categorization Model, as repetitions, explanations, associations, evaluations, predictions, knowledge-based coherence breaks, or text-based coherence breaks.

---

<sup>7</sup> The name of the novel's author was changed because Sidney Sheldon is a worldwide known writer, which could have influenced participants' approach to the text.

## Results and discussion

### Inference generation

After collecting data, participants' protocols were transcribed and categorized according to the Inference Categorization Model proposed by Narvaez, van den Broek and Ruiz (1999). Table 2 below presents samples from participants' protocols:

**Table 2** – Sample Protocols and their Respective Categorization

Participant	Statement	Statement Category
P1	Bem legal como eles voltaram, eles estão contando a história do que aconteceu através de uma memória dele, do capitão, do capitão contando o que aconteceu.	Evaluation
P2	Eu tô pensando o que o segundo parágrafo tem a ver com o resto do texto, que ainda não fez a conexão.	Text- Based Coherence Break
P3	Então fala de uma celebração, uma confraternização, alguma coisa assim. E aparentemente tinham terroristas no lugar.	Repetition
P4	Eu não sei o que é <i>sterling silver roses</i> , o que é esse <i>starling</i> , o que significa.	Knowledge- Based Coherence Break
P5	Provavelmente vai falar depois sobre isso.	Prediction
P6	Eu tenho problema com essas palavras que terminam com <i>ness</i> , <i>usefulness</i> . Elas sempre me confundem, eu sempre olho no dicionário quando vejo uma pela frente.	Evaluation
P7	<i>Skycrapers</i> devem ser <i>arranha-céus</i> , é verdade. Não conhecia a palavra, mas traduzindo literalmente... e na frase fez sentido.	Association
P8	Tá, eu lembrei do ataque às Torres Gêmeas quando eu li <i>terrorist attac</i> .	Association
P9	E como as pessoas envolvidas eram pessoas famosas a história foi contada...saiu em várias...foi contada em várias <i>headlines</i> por todo o mundo	Explanation

<b>P10</b>	Nessa primeira parte do texto eles estão falando a respeito de ter um grupo de terroristas, porque tem alguém aqui que está mantendo pessoas refêns enquanto havia uma festa, alguma coisa nesse sentido, que havia algumas pessoas celebrando.	Explanation
<b>P11</b>	Mas falou sobre explodir diversos clubes noturnos numa semana, então isso eu não sei a quê faz referência. Não conheço essa onda de terroristas, de explosões em clubes noturnos.	Knowledge- Based Coherence Break

A total of 422 inferences were generated by the participants during the Pause Protocol task, 114 for *Text A* (about terrorism) under a literary perspective, 126 for *Text A* under a news perspective, 90 for *Text B* (about the mystery in the ship) with a literary approach, and 92 for *Text B* with a news approach.

Tables 3 and 4 present the total number of inferences generated for each text perspective, divided according to Narvaez, van den Broek and Ruiz<sup>8</sup> (1999) Inference Categorization Model.

Table 3 – *Text A* Literary vs News Inference Generation

Inference	Text A - Literary	Text A - News
<b>Total</b>	114	126
<b>Repetition</b>	33,33%	30,95%
<b>Explanation</b>	9,65%	15,88%
<b>Evaluation</b>	11,41%	13,50%
<b>Association</b>	21,05%	14,28%
<b>Prediction</b>	0,88%	6,35%
<b>Knowledge-Based Coherence Break</b>	12,28%	11,90%
<b>Text-Based Coherence Break</b>	11,40%	7,14%

Table 4 – *Text B* Literary vs News Inference Generation

Inference	Text B - Literary	Text B - News
<b>Total</b>	90	92
<b>Repetition</b>	53,33%	41,30%
<b>Explanation</b>	12,22%	4,35%
<b>Evaluation</b>	10%	6,52%
<b>Association</b>	7,78%	20,65%
<b>Prediction</b>	0%	1,09%
<b>Knowledge-Based Coherence Break</b>	12,22%	21,74%
<b>Text-Based Coherence Break</b>	4,45%	4,35%

The total number of inferences generated from *Text A* was apparently<sup>8</sup> very similar for the two perspectives, showing a tendency for a greater number of inferences towards the *News*. Participants under a literary perspective

<sup>8</sup> As no statistical tests were employed, it is not possible to affirm there is a significant statistical difference between the inferences generated for the two texts. We can only talk about a possible ‘tendency’.

generated 114 inferences, while those reading under a news perspective made 126 inferences. Repetitions had the greatest incidence, followed respectively by associations, explanations, evaluations, knowledge-based coherence breaks, text-based coherence breaks and predictions, as the least generated inference kind.

As with *Text A*, the total number of inferences generated from *Text B* also seems to be very similar for the two genres purported. Participants under a literary perspective made 90 inferences, while those reading under a news perspective generated 92 inferences. The percentage of repetitions generated seemed to be even more significant than in *Text A*, as it can be observed on Table 4, followed respectively by knowledge-based coherence breaks, associations, explanations, evaluations, text-based coherence breaks and predictions, that once again was the inference kind with the fewest generation incidence.

A possible explanation for the apparently greater incidence of inference generation regarding *Text A*, regardless the genre, is related to the possible familiarity of the participants with the text content. Also, the apparently greater incidence of associations and evaluations generated related to *Text A*, and the lowest incidence of repetitions are evidences of broad background knowledge related to the text topic, as stated by Grabe (2009, p. 47):

Readers with minimal background knowledge of a topic tend to produce recalls that reflect the information presented in the text, whereas students with extensive background knowledge produce recalls with higher levels of background knowledge and evaluative commentary.

The topic of *Text A* was terrorism, an issue that most individuals have an opinion about and have probably read many related texts. *Text B*, on the other hand, was about a mystery on a ship, which is a topic that might not be so familiar, and is not related to participants' everyday life

either. Nevertheless, less familiarity with the topic of the text did not prevent participants from comprehending it. In fact, participants performed better in the reading comprehension questions related to *Text B*, and this pattern was even stronger when they believed it was a literary text, as it is going to be discussed later. These data seem to bring evidence to support the claim that genre does influence how readers approach a text, but not as much as the text type, because, as previously mentioned, *Text B* was integrally narrative, while *Text A* was hybrid, with both narrative and expository sentences.

As regards the total number of inferences generated for each text, and taking the text type into consideration, the findings from this study do not corroborate those of Graesser (1981), Graesser and Kreuz (1993), Trabasso and Magliano (1996), Narvaez, van den Broek and Ruiz (1999), Narvaez (2002), among others, which provide evidence that readers generate considerably more inferences when reading narratives. In this study, participants generated more inferences regarding *Text A*, which was hybrid, containing characteristics of both narrative and expository text types, than for *Text B*, which was integrally narrative. More specifically, as it can be visualized in Tables 3 and 4 presented above, a total of 240 inferences were generated regarding *Text A*, regardless the genre, while 192 inferences were made when reading *Text B*. Although no statistical tests were used to confirm the significance of these results, it is possible to observe a slight tendency towards *Text A*. Nevertheless, in the studies conducted by Horiba (2000), and Baretta (2008), inferences were more frequently generated for the expository text, when compared to the narrative one. According to Horiba (2000), and Baretta (2008), a possible interpretation for the discrepant findings resides in the texts used in their experiments, which were not as demanding as those from previous studies (TRABASSO; MAGLIANO, 1996; NARVAEZ; VAN DEN BROEK; RUIZ, 1999, among others). In other words, the reading flow of the less demanding expository texts was probably very similar to the reading flow of the narratives.

As regards genre influence, after comparing and analyzing the inferences generated for each text, under both genre perspectives, some possible conclusions can be addressed. First, it seems that the number of repetitions increased when participants believed the text was literary, as it can be seen on Tables 3 and 4. This pattern was greater for the originally literary text (*Text B*), where the number of repetitions was 12% higher as compared to the news perspective. A possible explanation is that, as literary stories are generally associated with narratives, which are easier to understand, lower level processing, i.e., repetition, was sufficient for understanding.

Another interesting finding resulted from the comparison of the explanations and evaluations generated. The number of explanations was greater for *Text A* under a news perspective, and for *Text B* under a literary perspective, i.e., the original genres of each text. Similarly, evaluations presented greater incidence for *Text A* under a news perspective and for *Text B* under a literary perspective, i.e., the original genres of the texts. Hence, it seems that explanatory and evaluative comments tend to be generated when coherence is maintained. According to Zwaan and Brown (1996), a factor that distinguishes good and poor readers is the ability of generating explanations regarding the texts being read. As regards the evaluative comments, it is believed that they are an indication of critical reading behavior and metalinguistic awareness, as they reflect readers' view about the text content and their own reading behavior.

*Text A* under a literary perspective and *Text B* under a news approach were the ones with the greatest incidence of associations, which means that more associative inferences were generated for the texts when they were not being read under the original genre perspective. As associations are non integrative inferences and tend to be generated by less skilled readers, or readers trying to make sense of the text (ZWAAN; BROWN, 1996), two possible explanations are addressed. First, what may have influenced the results is the fact that, although both texts could be perceived as a literary story

or a news story, when participants read them under the purported perspective, some comprehension problems arose. The second possible explanation is related to participants' reading skills, which were not measured because it was expected that undergraduate students in the last semester of the *Letras Course* would be very skilled readers. If participants' reading skills were not great, the associations were probably made in order to try to construct a coherent representation of the text.

*Text A* under a literary perspective had 0,88% of predictions, while 6,35% of the total number of inferences under a news perspective were predictions. For *Text B*, on the other hand, no such inferences were made under a literary perspective, as opposed to 1,09% of predictions under a news perspective. This finding is somewhat surprising, because *Text B*, which is about a mystery in a ship, was expected to instigate more predictive inferences, regardless the genre. However, *Text A* was the one with the greatest incidence of predictions, which increased when readers believed the text was a news story. That may have happened because, according to Trabasso and Magliano (1996), predictions are also generated in order to try to solve coherence breaks, and some participants reported that they were not able to connect information among *Text A*'s paragraphs.

The number of text-based coherence breaks was very similar for both purported genres on *Text B* (4,45% for the literary and 4,35% for the news), whereas for *Text A* it was possible to see a small difference (11,40% for the literary perspective and 7,14% for the news one). In this case, the purported genre did not influence as much as the text specific features, such as lexical choice and style, to mention some examples.

Regarding knowledge-based coherence breaks, the incidence was very similar for *Text A* (12,26% under a literary perspective and 11,90% under a news approach). For *Text B*, on the other hand, the number of knowledge-based coherence breaks under a news perspective was almost twice as many as under a literary one, being respectively 21,74% and 12,22%. A possible

explanation may be that here again the text features have played a great role. The texts under the purported genre presented the greatest incidence, probably because something did not seem to 'fit', thus some effort had to be made in order to accommodate the information, or to realize that the features did not match the purported genre.

As regards the Pause Protocol, participants' reports were recorded and transcribed, including the titles provided for each text, taking into consideration the text content and genre.

Although it is not possible to ensure whether participants were really reading the texts under the instructed genre perspective, the titles suggest that most students tried to convey the genre traditional features to the text titles, although only two of them verbalized their intention to do so. Participants P1 and P6 were the only ones who verbalized their concern regarding the genre of the texts:

(7) P1: Talvez seja um pouco literário para uma manchete de jornal, mas algo como *Flowers Delivered*.

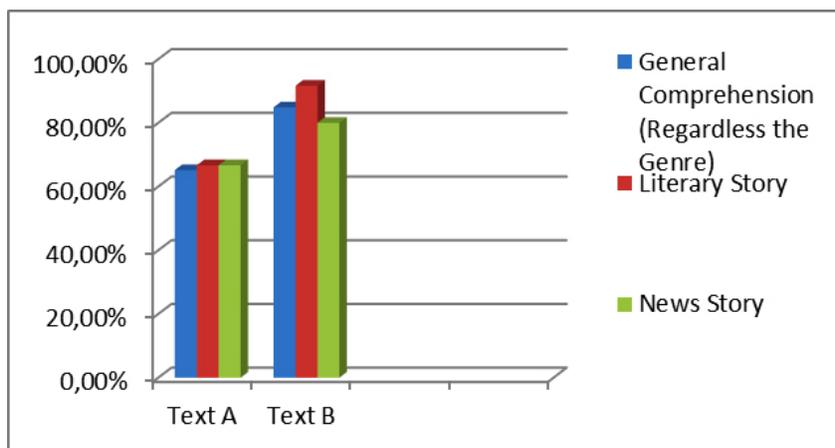
(8) P6: Bom, como é uma novela, eu daria um título tipo daqueles *The Girl with the Dragon Tattoo*, alguma coisa que chamasse a atenção. Aqui um título... *The Glory of Terrorism*, talvez isso. Alguma coisa que chamasse a atenção pro problema.

It is important to highlight that, as the instruction was to give a title based on the text content and genre, some readers might have created the title taking the genre into consideration just at that time, which does not necessarily mean that they kept the genre in mind during reading.

## **Reading comprehension questions**

Graph 1 presents the effect of genre expectation on the scores of reading comprehension questions.

**Graph 1** – The Influence of Genre Expectation on Reading Comprehension



As can be seen in Graph 1, *Text B* was the one participants seemed to have less difficulty to comprehend. *Text B* under a literary perspective achieved the greatest incidence of correct answers in the reading comprehension questions (91,67%), followed by the same text under a news perspective (80%). Participants reading *Text A* scored correctly on 66,67% of the reading comprehension questions, for both news and literary perspectives. Regardless the genre, the average score for *Text A* was 65,25% of correct answers, while 84,85% of answers were answered correctly for *Text B*. It is likely that *Text B* was easier to comprehend due to the fact that it is entirely narrative, as opposed to *Text A*, which was hybrid, with both expository and narrative features. If this is true, the present study corroborates Narvaez, van den Broek and Ruiz' (1999), and Trabasso and Magliano's (1996) findings, that provide evidence that narratives are easier to comprehend than expository texts. Moreover, it confirms that genre expectation does not influence reading comprehension as much as text type.

Regarding the relationship between inference kind and performance on the reading comprehension questions, it was observed that for eight out of the eleven participants the number of inferences was inferior for the text they

performed better, which means that less inferencing was necessary to construct coherence. In other words, they generated more inferences in order to try to understand the text. In relation to that, Ericsson and Simon (1993) have argued that for readers to provide data during think aloud protocols it is necessary to make use of tasks that demand readers' strategic and monitored control, so that some automatic processes be 'de-automatized'. In this sense, texts considered easy by readers are read automatically, and consequently are less available to conscious report. According to Pressley and Afflerbach (1995), more challenging texts provide more data because they demand more controlled and careful reading, which was the case of this study, where participants generated more inferences for the text that was more challenging for them.

## **Final remarks**

The design of the present study was based on two previous studies carried out by Zwaan (1994) and Narvaez, van den Broek and Ruiz (1999). The aim of this research was twofold: to check whether genre expectation has any influence on EFL Brazilian undergraduate students' inference generation process, as well as whether reading comprehension is somehow affected by the expectation of reading a given genre.

Results obtained from this research have shown that EFL Brazilian undergraduate students' inference generation is not significantly influenced by genre expectation. However, data from the Pause Protocol reports and reading comprehension questions provided evidence that text type influenced participants' reading comprehension. In accordance with discourse comprehension literature, that claims and presents evidence that narratives are easier to understand than expository texts (TRABASSO; MAGLIANO, 1996), participants from this study, regardless the purported genre, performed better in the reading comprehension questions related to the text that was integrally narrative.

Moreover, taking into consideration participants' inferences, it is possible to observe that the quality of the inferences generated had greater impact on reading comprehension than quantity, that is, the greater incidence of explanatory inferences (ZWAAN; BROWN, 1996; TRABASSO; MAGLIANO, 1996) was observed in the reports of the participants with greater reading comprehension.

From these findings it is possible to affirm that genre can only influence reader's behavior if the reader is aware that he/she should approach texts differently depending on factors like reading purpose, text type and genre. Data from participants with outstanding performance on the reading comprehension questions provided evidence that they were controlling their reading strategies considering the genre being read.

As regards pedagogical implications, results obtained from this research have shown that metalinguistic awareness is a predictor of reading comprehension, and that the more a person reads, the more he/she is going to know about specific features of distinct text types and genres. This knowledge, together with a well established reading purpose, may help readers to successfully comprehend a great amount of both L1 and L2/ FL material.

Furthermore, as regards participants' familiarity with the text topic, which in this study has increased the number of inferences generated, it is important to emphasize the significance of pre-reading activities for texts about unfamiliar (or not so familiar) subjects, so that readers can activate the relevant schemata related to the topic, being able to construct a coherent mental representation of the text (TOMITCH, 1991).

Findings from the present study support the claim that knowledge of text structure (TOMITCH, 2003), text type (NARVAEZ; VAN DEN BROEK; RUIZ, 1999), and genre (ZWAAN, 1991) can have beneficial effects on reading comprehension and recall. The participants who seemed to be reading the texts with specific strategies for the purported genre demonstrated better results in the reading comprehension questions. Based on this assumption, it seems reasonable to suggest that reading teachers include the teaching of text

structure, text types, and genres in their classes. Furthermore, besides explicit instruction, making use of texts from different text types and genres in the classroom may help readers to become aware of their specific features.

ROSCIOLI, Deise Caldart; TOMITCH, Lêda Maria Braga. A influência da expectativa do gênero textual na geração de inferências e na compreensão leitora de estudantes brasileiros de inglês como língua estrangeira. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 73-109, 2014.

**RESUMO:** *Este estudo investigou a influência da expectativa do gênero textual na geração de inferências e na compreensão leitora de estudantes de Inglês como LE. Onze alunos do último semestre de Letras/Inglês da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) participaram desta pesquisa. O efeito da expectativa do gênero textual foi investigado através da categorização das inferências geradas e da compreensão leitora dos alunos após a leitura de um texto literário e de uma notícia. A coleta de dados foi realizada utilizando o Protocolo de Pausa (CAVALCANTI, 1989), na versão adaptada por Tomitch (2003), e perguntas de compreensão. As verbalizações provenientes do Protocolo de Pausa foram transcritas e categorizadas de acordo com o Modelo de Categorização de Inferências de Narvaez, van den Broek e Ruiz (1999). As respostas das perguntas foram analisadas e avaliadas. Os resultados desta pesquisa mostraram que a geração de inferências dos participantes não foi significativamente influenciada pela expectativa do gênero textual. Contudo, dados do Protocolo de Pausa e das perguntas de compreensão demonstraram que a tipologia textual influenciou a compreensão leitora desses participantes. Além disso, dados de participantes com excelente desempenho nas perguntas de compreensão evidenciaram que estes estavam controlando suas estratégias de leitura levando em consideração o gênero textual sendo lido.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Leitura. Geração de Inferências. Expectativa do Gênero Textual. Compreensão Textual.*

## References

ANDERSON, R. C.; PEARSON, P.D. A schema-theoretic view of basic processes in reading. In: PEARSON, P. D.; BARR, R.; KAMIL, M. L.; MOSENTHAL, P. (Eds.). **Handbook of reading research**. White Plains, NY: Longman, 1984. p. 255-291.

BARETTA, L. **The process of inference making in reading comprehension: an ERP analysis**. Doctoral Dissertation (Doctor in English – Applied Linguistics...) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2008. [unpublished]

BARETTA, L.; TOMITCH, L. M. B.; MACNAIR, N.; LIM, V. K.; WALDIE, K.E. Inference making while reading narrative and expository texts: an ERP study. **Psychology and Neuroscience**, v. 2, p. 137-145, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

CAVALCANTI, M. **Interação leitor-texto: aspectos de interpretação pragmática**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

DAVIES, F. **Introducing reading**. England: Penguin Books, 1995.

DUBRAVAC, S.; DALLE, M. Reader question formation as a tool for measuring comprehension: narrative and expository textual inferences in a second language. **Journal of Research in Reading**, v. 2, p. 17-231, 2002.

DUBNOV, V. Nord-Ost: Go to the Theatre and Die. **New Times**, p. 4-9, Jan. 2003.

ERICSSON, K. A.; SIMON, H.A. **Protocol analysis: Verbal reports as data**. Cambridge: MIT Press, 1993.

ESKEY, D.E. Holding in the bottom: an interactive approach to the language problems of second language readers. In: CARRELL, P. L.; DEVINE, J.; ESKEY, D.E. (Eds.), **Interactive Approaches to Second Language Reading**. New York: Cambridge University Press, 1998. p. 93-100.

GAGNE, E. D.; YEKOVICH, C. W.; YEKOVICH, F. R. **The cognitive psychology of school learning**. New York: Harper Collins College Publishers, 1993.

GERBER, R.M.; SPONHOLZ, I.; VOLKER, T.B. Propósito de leitura e tipo de texto na geração de inferências. **Revista Letra Magna**, v. 3, n. 5, p. 1-18, 2006. Available at: <<http://letramagna.com/leitura.pdf>>. Access: Sep. 2011.

GERBER, R. M.; TOMITCH, L. M. B. Leitura e cognição: propósitos de leitura diferentes influem na geração de inferências? **Revista Acta Scieniarum**, Maringá, v. 30, n. 2, p. 139-147, 2008.

GRABE, W. **Reading in a second language: moving from theory to practice**. New York: Cambridge University Press, 2009.

GRABE, W.; STOLLER, F. L. **Teaching and Researching Reading**. London: Pearson Education Longman, 2002. p. 291.

GRAESSER, A.C. **Prose comprehension beyond the word**. New York: Springer-Verlag, 1981.

GRAESSER, A. C.; KREUZ, R. J. A theory of inference generation during text comprehension. **Discourse Processes**, v. 16, p. 3-34, 1993.

GRAESSER, A. C.; SINGER, M.; TRABASSO, T. Constructing inferences during narrative text comprehension. **Psychological Review**, v. 101, n. 3, p. 371-395, 1994.

HORIBA, Y. Reader control in reading: effects of language competence, text type and task. **Discourse processes**, v. 29, n. 3, p. 223-267, 2000.

KINTSCH, W.; VAN DIJK, T. A. Toward a model of text comprehension and production. **Psychological Review**, v. 85, n. 5, p. 363-394, 1978.

KODA, K. **Insights into second language reading: A cross-linguistic approach**. New York: Cambridge University Press, 2008.

LINDERHOLM, T.; VAN DEN BROEK, P. The effect of reading purpose and working memory capacity on the processing of expository text. **Journal of Educational Psychology**, v. 94, n. 4, p. 778-784, 2002.

MAGLIANO, J. P.; GRAESSER, A. C.; TRABASSO, T. Strategic processing during comprehension. **Journal of Educational Psychology**, v. 91, n. 4, p. 615-629, 1999.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 19-38.

\_\_\_\_\_. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Org.). **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 17-31.

MIALL, D. S. Literary Discourse. In: GRAESSER, A.C.; GERNSBACHER, M.A.; GOLDMAN, S.R. (Eds.). **Handbook of Discourse Processes**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2002. p. 321-355.

NARVAEZ, D.; VAN DEN BROEK, P.; RUIZ, A.B. The influence of reading purpose on inference generation and comprehension in reading. **Journal Educational Psychology**, Arlington, v. 91, n. 3, p. 488-496, 1999.

NARVAEZ, D. Individual differences that influence reading comprehension. In: PRESSLEY, I.M.; BLOOK, C.C. (Eds.). **Reading Comprehension Instruction**. New York: Grilford, 2002. p. 158-175.

PALTRIDGE, B. Genre, text type and the classroom. **ELT Journal**, Oxford University Press, v. 50, n. 3, p. 237-243, July, 1996.

PEARSON, P. D.; JOHNSON, D. D. **Teaching reading comprehension**. New York: Holt, Rinehart and Wiston, 1978.

PRESSLEY, M.; AFFLERBACH, P. **Verbal protocols of reading: The nature of constructively responsive reading**. Hillsdale, N. J.: Lawrence Erlbaum Associates, 1995.

RUMELHART, D.E. Toward an interactive model of reading. In: DOMINIC, S. (Ed.). **Attention and Performance IV**. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1977. p. 573-603.

\_\_\_\_\_. Schemata: the building blocks of cognition. In: GUTHRIE, J.T. (Ed.). **Comprehension and teaching: research reviews**. Newark: International Reading Association, 1981. p. 3-26.

SHELDON, S. **A Stranger in the Mirror**. New York: Warner Books, 1993.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

TOMITCH, L. M. B. Schema activation and text comprehension. **Fragmentos: Revista de Língua e Literatura Estrangeiras**, v. 3, n. 2, p. 29-43, 1991.

\_\_\_\_\_. **Reading: text organization perception and working memory capacity**. Florianópolis, SC: PGI/UFSC, Série ARES, 2003.

\_\_\_\_\_. Desvelando o processo de compreensão leitora: protocolos verbais na pesquisa em leitura. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 32, n. 53, p. 42-53, 2007.

TRABASSO, T.; SUH, S. Understanding text: achieving explanatory coherence through on-line inferences and mental operations in working memory. **Discourse processes**, v. 16, n. 1-2, p. 3-34, 1993.

TRABASSO, T.; SUH, S.; PAYTON, P.; JAIN, R. Explanatory inferences and other strategies during comprehension and their effect on recall. In: LORCH F; O'BRIEN, E. (Ed.) **Sources of coherence in reading**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1995. p. 219-239.

TRABASSO, T.; MAGLIANO, J. P. Conscious understanding during comprehension. **Discourse Processes**, v. 21, p. 255-287, 1996.

TRAVAGLIA, L.C. Tipelementos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos. In: FÁVERO, L.L.; BASTOS, N. M. O. B.; MARQUESI, S.C. (Org.). **Língua Portuguesa, pesquisa e ensino**. São Paulo: Educ/Fapesp, 2007. p. 97-117.

URQUHART, S.; WEIR, C. **Reading in a second language: process, product and practice**. New York: Longman, 1998.

VAN DEN BROEK, P.; RISDEN, K.; HUSEBYE-HARTMANN, E. The role of readers' standards for coherence in the generation of inferences during reading. In: LORCH, R.F.; O' O'BRIEN, E. (Ed.) **Sources of coherence in reading**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1995. p. 353-373.

ZWAAN, R. A. Some parameters of literary and news comprehension: effects of discourse-type perspective on reading rate and surface structure representation. **Poetics**, North-Holland, Elsevier Science Publishers B.V., v. 20, p. 139-156, 1991.

\_\_\_\_\_. The effect of genre expectations on text comprehension. **Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory and Cognition**, v. 20, n. 4, p. 920-933, 1994.

ZWAAN, R.A.; BROWN, C.M. The Influence of language proficiency and comprehension skill on situation-model construction. **Discourse Processes**, v. 21, p. 289-327, 1996.

## **Appendix I – Text A and instructions<sup>9</sup>**

**INSTRUCTION I:** The following text is an excerpt from a news story published by Vadim Dubnov on New Times Newspaper, on January 2003. Please read this text just as you would normally read a news story.

**INSTRUCTION II:** The following text is an excerpt from a novel by Vadim Dubnov. Please read this text just as you would normally read a literary story.

---

They say that the Federal Security Service high-ranking officials were celebrating some sort of holiday that night. They also say that the hostages who managed to get through to the police heard the usual irritated voice on the other end: yes, we know, stay calm and wait. It seemed that if some of the hostages hadn't had cell phones, they would have stayed there together with the terrorists for the rest of the night (nobody would have known about their drama) until their relatives eventually sounded the alarm. ●

... A car that had just come from the direction of the Theatre Centre stopped at the gas station near Dubrovka, and I asked the driver if the street had been actually blocked off. The sound of nostalgic jazz was drifting from the interior of the car, and the driver seemed genuinely surprised by my question. He asked, "What happened?". "Has something happened?", a young gas station attendant also wanted to know. It was around midnight. Two hours had passed since the first announcement of the drama on Dubrovka. And almost three hours since the start of the second part of Nord-Ost... ●

A terrorist act in a capital is, undoubtedly, the cherished dream of any terrorist. It's the apogee of his sinister glory and the most solid proof of his

---

<sup>9</sup> The font and space between lines were diminished due to length constraints. Either instruction I or II was presented for each text, followed by the appropriate instruction (in bold) to give the text a title based on the genre.

professional usefulness. After all, few manage to reach the top of the black list of the most successful. Maybe several dozen out of tens of thousands. ●

At the same time, from a practical standpoint, acts of terror in capitals – except of course, when terrorists direct planes at skyscrapers and blow up several night clubs a week – are not very effective in achieving the established goals if those goals involve frightening the most number of people. In that sense, Budyonovsk was more impressive. To seize a hospital in a town where everyone is everyone’s neighbor or a classmate is to seize the whole town. ●

Based on the information presented, give this **news story/novel** an appropriate title.

## Appendix II – *Text B* and instructions

INSTRUCTION I: The following text is an excerpt from a news story published on New Times Newspaper, on January 1999. Please read this text just as you would normally read a news story.

INSTRUCTION II: The following text is an excerpt from a novel by Edward Cohen. Please read this text just as you would normally read a literary story.

---

On a Saturday morning in early August in 1999, a series of bizarre and inexplicable events occurred aboard the fifty-five-thousand-ton luxury liner S.S. Bretagne as it was preparing to sail from the Port of New York to Le Havre. ●

Claude Dessard, chief purser of the Bretagne, a capable and meticulous man, ran, as he was fond of saying, a “tight ship”. In the -fifteen years Dessard

had served aboard the Bretagne, he had never encountered a situation he had not been able to deal with efficiently and discreetly. Considering that the S.S. Bretagne was a French ship, this was high tribute, indeed. However, on this particular summer day it was as though a thousand devils were conspiring against him. ●

It was of small consolation to his sensitive Gallic pride that the intensive investigations conducted afterwards by the American and French branches of Interpol and the steamship line's own security forces failed to turn up a single plausible explanation for the extraordinary happenings of that day. Because of the fame of the persons involved, the story was told in headlines all over the world, but the mystery remained unsolved. ●

As for Claude Dessard, he retired from the Qe.Transatlantique and opened a bistro in Nice, where he never tired of reliving with his patrons that strange, unforgettable August day. It had begun, Dessard recalled, with the delivery of flowers from the President of the United States. One hour before sailing time, an official black limousine bearing government license plates had driven up to Pier 92 on the lower Hudson River. A man wearing a charcoal-gray suit had disembarked from the car, carrying a bouquet of thirty-six Sterling Silver roses. He had made his way to the foot of the gangplank and exchanged a few words with Alain Safford, the Bretagne's officer on duty. The flowers were ceremoniously transferred to Janin, a junior deck officer, who delivered them and then sought out Claude Dessard. ●

Based on the information presented, give this **news story/novel** an appropriate title.

# PÓS-MODIFICADORES DE SUBSTANTIVOS: A DISTINÇÃO ENTRE COMPLEMENTO NOMINAL E ADJUNTO ADNOMINAL PREPOSICIONADO

Anya Karina CAMPOS<sup>1</sup>  
Adriana Maria TENUTA<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo discute a relevância da separação dos pós-modificadores de substantivos, tradicionalmente feita pelas gramáticas normativas, em dois grupos distintos: adjuntos adnominais e complementos nominais. Ele traz os resultados de uma pesquisa que utilizou dados de um *corpus* da língua em uso e mostrou que as características listadas pelas gramáticas para diferenciar esses dois tipos de unidades não são identificadas da mesma forma nos dados. Os resultados da pesquisa aqui apresentados indicam que o caminho mais apropriado para a referência a esses elementos oracionais é tratá-los, unificadamente, por pós-modificadores de núcleo substantivo, uma vez que os traços supostamente distintivos dos dois termos da oração não são levados em conta, ou não são acionados, pelos usuários da língua, ao fazerem o processamento dos sintagmas preposicionais que constituem esses pós-modificadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Complemento nominal. Adjunto adnominal. Pós-modificador. *Corpora*. Língua em uso.

---

1 Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. [campos.anya@gmail.com](mailto:campos.anya@gmail.com)

2 Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. [atenuta@gmail.com](mailto:atenuta@gmail.com)

## **Introdução**

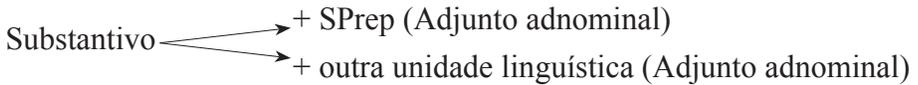
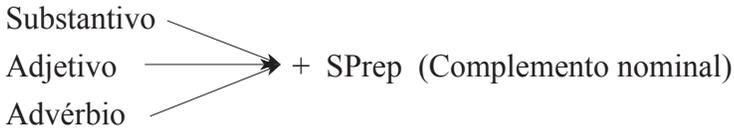
As várias gramáticas disponíveis para alunos e professores no contexto educacional brasileiro nem sempre apresentam consistência conceitual. Dessa forma, não causa surpresa a frequência com que se ouve, em um país em que o português<sup>3</sup> é o idioma nativo, que essa é uma língua difícil de se ensinar e de se aprender. Um tema sobre o qual se percebe a incompatibilidade entre os conceitos gramaticais e a língua em uso é o da distinção entre adjunto adnominal (AA) e complemento nominal (CN) de substantivo. Considerando-se tal incompatibilidade, delineou-se o objetivo principal da pesquisa relatada neste artigo, qual seja verificar em que medida as características propostas pelas gramáticas normativas como definidoras de CN e AA são realmente comprovadas na análise na língua culta em uso no Brasil.

## **Complemento nominal e adjunto adnominal nas gramáticas normativas**

Complemento nominal e adjunto adnominal são elementos oracionais cujos conceitos são bastante semelhantes, já que ambos servem para completar/alterar o sentido de outra palavra. O complemento nominal completa/altera, sempre por meio de um sintagma preposicionado (SPrep), o sentido de um substantivo, um adjetivo ou um advérbio. O adjunto adnominal completa/altera, por meio de um SPrep, ou de outra unidade linguística, o sentido de um substantivo, o que é representado pelo esquema abaixo:

---

3 O português considerado como língua nativa para este trabalho é o português brasileiro.



Quando o CN de substantivo e o AA são sintagmas preposicionados, são formalmente semelhantes e, portanto, de difícil distinção. As gramáticas, no entanto, procuram estabelecer critérios, em termos de atributos, para a diferenciação desses dois elementos da oração, o que é discutido a seguir.

## Complemento Nominal

Cunha e Cintra (2007, p. 139-140) dividem os termos da oração em essenciais, integrantes e acessórios, e classificam o CN como termo integrante, conceito não detalhado pelos autores. O CN é apresentado como palavra que integra ou limita o sentido de substantivos, de adjetivos e de advérbios, e que se liga a eles por meio de preposição. Sintaticamente, o CN pode ser um substantivo, um pronome, um numeral, uma palavra ou expressão substantivada, ou uma oração completiva nominal.

São características do CN apontadas por Cunha e Cintra (2007, p. 140): pode aparecer integrando o sentido do sujeito, do predicativo, do objeto direto, do objeto indireto, do agente da passiva, do adjunto adverbial, do aposto e do vocativo; integra um nome que geralmente corresponde a um verbo transitivo de radical semelhante, como em “amor *da* pátria” e “ódio *aos* injustos”.

Cegalla também divide os termos oracionais em essenciais, integrantes e acessórios e classifica os CNs como termos integrantes que, conforme o autor, são “os que completam a significação transitiva dos verbos e nomes.

Integram, (inteiram, completam) o sentido da oração, sendo, por isso, indispensáveis à compreensão do enunciado” (2005, p. 348). São características do CN apontadas por Cegalla (2005, p. 154-155): é exigido pela significação transitiva de substantivos, adjetivos e advérbios; vem sempre regido de preposição; é paciente, alvo do que declara o nome que complementa; complementa nomes que correspondem a verbos de mesmo radical, como em “amor *ao próximo*” e “obediente *aos pais*”.

Abaurre e Pontara (2006, p. 404), da mesma maneira que os autores já citados, dividem os termos da oração em essenciais, integrantes e acessórios, classificando o CN como termo integrante, que é definido apenas como termo que completa o sentido do nome ou do verbo. Para as autoras, o CN completa especificando o sentido de nomes (adjetivos e substantivos) e advérbios, relacionando-se com esses nomes e advérbios por meio de preposição, como em “nossas previsões relativamente *ao resultado* das provas confirmaram-se” (ABAURRE; PONTARA, 2006, p. 408).

Cipro Neto e Infante não diferem dos demais autores quanto à divisão dos termos da oração em essenciais, integrantes e acessórios, nem quanto à classificação do CN como termo integrante. De acordo com os autores, CN é o “complemento ligado por preposição a um nome (substantivo, adjetivo ou advérbio) transitivo” (CIPRO NETO; INFANTE, 2003, p. 364).

## **Adjunto adnominal**

Cunha e Cintra classificam o AA como termo acessório, aquele que se junta ao nome ou ao verbo para dar maior precisão ao seu significado, e o conceituam como “termo de valor adjetivo que serve para especificar ou delimitar o significado de um substantivo, qualquer que seja a função deste” (2007, p. 150). Os autores afirmam que o AA pode ser um adjetivo, uma locução adjetiva, um artigo definido ou indefinido, um pronome adjetivo, um numeral ou uma oração adjetiva (CUNHA; CINTRA, 2007, p. 149-150). Abaurre e Pontara

também consideram o AA como termo acessório da oração, aquele que torna mais preciso o significado de nomes e de verbos, e o conceituam como “o termo que vem associado a nomes substantivos que ocupam a posição de núcleo de uma função sintática qualquer, modificando, especificando ou precisando seu sentido no contexto” (2006, p. 412). O AA pode ser expresso por adjetivo; locução adjetiva; artigo definido e indefinido; pronome adjetivo possessivo, demonstrativo, indefinido, interrogativo e relativo; e numeral adjetivo. É interessante notar que o conceito de AA dado pelas autoras é bastante parecido com o de CN, “termo da oração que integra o sentido de certos nomes e advérbios especificando-os” (ABAURRE; PONTARA, 2006, p. 408), o que indica, mais uma vez, que a distinção de CN e AA talvez seja contraproducente.

Cipro Neto e Infante (2003, p. 382) seguem o mesmo raciocínio dos autores anteriores e classificam o AA como termo acessório da oração, sendo aquele que não faz parte da estrutura básica da oração, mas que nem por isso pode ser considerado dispensável. O conceito de AA dado por esses autores é o seguinte: “Termo que caracteriza um substantivo sem a intermediação de um verbo” (CIPRO NETO; INFANTE, 2003, p. 386), podendo ser expresso por adjetivo, locução adjetiva, artigo, pronome adjetivo e numeral adjetivo.

Cegalla considera os termos acessórios como aqueles que “desempenham na oração uma função secundária, qual seja a de caracterizar um ser, determinar os substantivos, exprimir alguma circunstância”, e o AA como “termo que caracteriza ou determina o substantivo” (2005, p. 363) e pode ser um adjetivo, um artigo, um pronome adjetivo, um numeral ou uma locução ou expressão adjetiva.

É interessante observar que os exemplos de CN e AA elencados pelos autores, algumas vezes, contradizem seus próprios conceitos. É o que acontece em um dos exemplos de CN trazidos por Cunha e Cintra (2007, p. 139), “Era um repasto de lágrimas *de ambos*”, em que, como se nota, o CN não integra nome correspondente a verbo transitivo de radical semelhante. Cipro Neto e Infante (2003, p. 365) também se contradizem ao ilustrar o conceito de CN

com a frase “Espero que você tenha feito uma boa leitura *do texto*”, em que um termo integrante liga-se a um nome intransitivo, colocando em xeque a definição de estrutura básica da oração, ou a de termos integrantes, ou a de termos acessórios, ou a de CN, ou todas elas.

Outros casos que podem ser discutidos são os exemplos de AA elencados por Cunha e Cintra (2007, p. 150): “Tinha uma memória de prodígio” e “Era um homem de consciência”. Note-se que, nos dois exemplos, os AA são ligados ao substantivo por uma preposição e que ambos são indispensáveis (não acessórios, como afirmam os autores) à complementação do sentido da oração, já que os artigos indefinidos *um* e *uma* fazem com que os substantivos *homem* e *memória* necessitem de uma complementação em seu significado, principalmente se forem consideradas as formas descontextualizadas propostas pelas gramáticas normativas.

## **Crítérios ou atributos para a distinção de CN e AA**

Como se observou na seção passada, a linha que separa conceitual e gramaticalmente um CN de um AA preposicionado é bastante tênue, para não dizer inexistente. Por isso, alguns autores ocupam-se em estabelecer critérios ou atributos distintivos dos dois termos oracionais. Considerando-se as gramáticas normativas, apenas Cipro Neto e Infante (2003) e Cegalla (2005) fizeram a distinção.

Cipro Neto e Infante individualizam os termos afirmando que o AA somente acompanha substantivo, enquanto o CN acompanha substantivo, adjetivo e advérbio. Sendo assim, quando o significado de um adjetivo ou de um advérbio estiver acompanhado de uma complementação, esta complementação só poderá ser um CN (CEGALLA, 2005, p. 388). No entanto, no caso de o substantivo ser o elemento que está acompanhado de complementação, a dúvida quanto à classificação desse complemento em CN ou AA persiste.

Outro critério apresentado pelos autores para se distinguir CN de AA é o de que o CN é exigido pela transitividade do nome que complementa, por isso é paciente ou alvo do que é expresso por esse substantivo, enquanto o AA é agente ou possuidor da expressão do substantivo a que se liga. Sobre o mesmo critério, Cegalla faz o seguinte alerta:

Não confundir o adjunto adnominal formado por locução adjetiva com complemento nominal. Este, como vimos, representa o alvo da ação expressa por um nome transitivo: a eleição do presidente, aviso de perigo, declaração de guerra, empréstimo de dinheiro, plantio de árvore, colheita de trigo, destruidor de matas, descoberta de petróleo, amor ao próximo etc. O adjunto adnominal formado por locução adjetiva representa o agente da ação ou a origem, pertença, qualidade de alguém ou de alguma coisa: o discurso do presidente, aviso de amigo, declaração do ministro, empréstimo do banco, a casa do fazendeiro, folhas de árvores, farinha de trigo, beleza das matas, cheiro de petróleo, amor de mãe. ( 2005, p. 364)

O estabelecimento desses critérios é uma medida de ordem prática, mas de utilidade duvidosa, para alguns exemplos de CN, como “Aliança *com o estrangeiro*” (CEGALLA, 2005, p. 354), em que *o estrangeiro* não pode ser considerado paciente ou alvo da aliança, uma vez que a aliança se dá igualmente entre todas as partes que dela participam, o que leva ao entendimento de que essas partes são agentes e pacientes ao mesmo tempo. “Empréstimo *do banco*”, considerado um exemplo de AA (CEGALLA 2005, p. 364), pode ser visto também como CN, conforme a regra do agente/paciente, se o banco tomou o empréstimo, é CN, mas, se concedeu o empréstimo, é AA. Isso demonstra que a distinção entre os dois termos oracionais enfocados nesta pesquisa não é tão simples como pretendem as obras prescritivas.

Os critérios descritos acima podem ser resumidos da seguinte maneira:

**Quadro 1:** Características de CN e AA de acordo com as gramáticas normativas

<b>COMPLEMENTO NOMINAL</b>	<b>ADJUNTO ADNOMINAL</b>
Modificam um substantivo <b>ABSTRATO</b> .	Modificam um substantivo <b>CONCRETO</b> .
São <b>PACIENTES</b> da ação expressa pelo substantivo.	São <b>AGENTES</b> da ação expressa pelo substantivo.
<b>NÃO</b> expressam relação de <b>POSSE</b> com o substantivo ao qual se ligam.	Expressam relação de <b>POSSE</b> com o substantivo ao qual se ligam.
<b>NÃO</b> expressam circunstância de <b>TIPO</b> , matéria ou substância.	Expressam circunstância de <b>TIPO</b> , matéria ou substância.
São palavras, grupos de palavras ou orações de valor <b>SUBSTANTIVO</b> .	São palavras, grupos de palavras ou orações de valor <b>ADJETIVO</b> .
São <b>ESSENCIAIS</b> .	São <b>ACESSÓRIOS</b> .

Partindo dessa relação de características, foi desenvolvida, para esta pesquisa, uma metodologia de checagem da pertinência dessa distinção dos dois termos oracionais, por meio da análise de dados empíricos.

## **O que dizem as gramáticas descritivas**

Como se viu na seção anterior, CN e AA possuem, muitas vezes, comportamentos semânticos e, essencialmente, comportamentos sintáticos semelhantes, e as características elencadas pelas gramáticas normativas acabam por indicar que esses elementos não deveriam pertencer a grupos distintos de termos oracionais.

Quanto ao que se encontra nas gramáticas descritivas/funcionais sobre o sintagma nominal (SN), podemos relacionar o seguinte:

Perini descreve a estrutura do SN a partir de uma abstração, o SN máximo, ou seja, aquele que tem todas as posições possíveis preenchidas, mas que nunca ocorreu na realidade, como o exemplo “Os outros dois meus mesmos velhos amigos queridos de salvador” (2009, p. 96).

Castilho (2010) fornece uma regra descritiva para análise de sintagmas: Sintagma → (Especificadores) + Núcleo + (Complementadores), em que os complementadores são SAdv, SAdj ou SPrep encaixados ao núcleo do SN. A partir dessa regra, o SN máximo de Perini seria analisado da seguinte maneira: *Os outros dois meus mesmos velhos* seriam os especificadores, *amigos*, o núcleo e *queridos de salvador*, os complementadores.

Vamos deixar as lições de Castilho de lado, apenas por enquanto, e retomar o SN máximo de Perini. Esse autor divide esse SN em duas porções, a direita e a esquerda, incluindo, respectivamente, os elementos que estão à direita do núcleo e os que estão à sua esquerda. De acordo com Perini, a área esquerda compreende dez posições, das quais seis são fixas, e quatro, variáveis. As seis posições fixas correspondem às seguintes funções: determinante (Det), possessivo (Poss), reforço (Ref), quantificador (Qf), pré-núcleo externo (PNE) e pré-núcleo interno (PNI) (PERINI, 2009, p. 97).

As quatro posições variáveis (PV), que correspondem a um numerador (Num), ocorrem entre as posições fixas, com exceção da posição entre os dois pré-núcleos, em que não há interposição de nenhum elemento. Assim, esquematicamente, a área esquerda ao núcleo do SN máximo é a seguinte: [Det PV4 Poss PV3 Ref PV2 Qf PV1 PNE PNI]. (PERINI, 2009, p. 97).

Os elementos que desempenham as funções de Det, Poss, Ref, Qf, PNI e Num pertencem, segundo o autor, a classes fechadas: Det: *o, este, esse, aquele, algum, nenhum, um*; Poss: *meu, seu, nosso* etc; Ref: *mesmo, próprio, certo*; Qf: *poucos, vários, diversos, muitos, único, primeiro (segundo, terceiro* etc.); PNI: *mau, novo, velho, claro, grande*; Num: *outro, dois, três, quatro* etc (PERINI, 2009, p. 99). Já os elementos que podem representar o PNE pertencem

a uma classe aberta, cujos exemplos podem ser: *mero, pretenso, meio, suposto, reles, inesquecível, ilusório, simples, bom, velho, novo* etc (PERINI, 2009, p. 99).

Na área direita do SN máximo, estão o núcleo do SN (NSN), o modificador interno (ModI) e o modificador externo (ModE), sendo todas essas funções desempenhadas por classes abertas, e podendo as funções de NSN e de ModE ser desempenhadas por sintagmas maiores, e não somente por palavras individuais, como ocorre nos grupos da área esquerda do SN (PERINI, 2009, p. 101). O autor chama atenção para os fatos de que o NSN é o único que pode constituir sozinho um SN e de que uma boa parte das palavras que pode ser PNE também pode ser modificador (PERINI, 2009, p. 103).

Fazendo um paralelo entre o que é exposto por Perini e o que é ensinado nas gramáticas normativas sobre CN e AA, pode-se perceber que o CN e o AA somente podem pertencer à área direita do SN, ao mesmo tempo em que tudo o que está na área esquerda é considerado AA, isto é, todas as formas de adjunto nominal previstas pelas gramáticas normativas e não só o preposicionado.

Muitas palavras, como afirma Perini, podem transitar pelas duas áreas, comportando-se ora como PNE, ora como modificadores, sem causar alteração de sentido, como nos exemplos *Uma fantástica experiência* e *Uma experiência fantástica*. (PERINI, 2009, p. 103). Essas palavras que podem ser PNE ou modificadores são AAs para as gramáticas normativas.

Em termos sintáticos, então, a diferença entre CN e AA está no fato de o primeiro termo somente poder ocupar a área direita do SN, e o segundo poder ser encontrado nas duas áreas e, em alguns casos, nas duas indistintamente. Acontece que essa diferença não soluciona o problema de distinção existente entre o CN e o AA, já que ambos os termos só podem aparecer na área direita do SN porque são antecedidos por preposição, partícula que, quando introdutora de CN e de AA e, na ordem canônica da língua portuguesa, deve se ligar diretamente ao nome cujo sentido será complementado ou modificado.

Considerando o SN e retomando a regra Sintagma → Especificadores + Núcleo + Complementadores, Castilho (2010) observa que os especificadores podem ser artigos, demonstrativos, possessivos, quantificadores, expressões qualitativas, delimitadores, e chama atenção para o fato de que especificadores são “um rótulo de caráter sintático, que designou um constituinte sintagmático e sentencial, qualquer que seja sua interpretação semântica. Assim, haverá especificadores semanticamente determinados e determinantes semanticamente indeterminados” (CASTILHO, 2010, p. 454). Esse autor afirma ainda que o núcleo do SN pode ser constituído por substantivos ou pronomes pessoais, neutros ou adverbiais, “enquanto os complementadores podem ser os sintagmas adjetivais que funcionam como adjunto adnominal [...], sintagmas preposicionais que funcionam como complemento nominal e as sentenças relativas” (CASTILHO, 2010, p. 455).

Nota-se que Perini (2009) e Castilho (2010) chegaram a conclusões bastante parecidas quanto às classes de palavras e aos elementos que podem compor a área direita e a área esquerda de um sintagma nominal. Analisando-se as propostas desses autores, poder-se-ia pensar que uma maneira adequada de se solucionar a questão da distinção entre CN e AA seria considerarmos todos os elementos à esquerda do núcleo como sendo AAs e os à direita, como CNs. Essa solução, no entanto, criaria um problema quando estivesse em questão exemplos como o de Perini (2009) “*Uma fantástica experiência*” e “*Uma experiência fantástica*” (PERINI, 2009, p. 103), em que uma mesma palavra (*fantástica*), em ocorrências em que pertence à mesma classe (adjetivo), poderia ser classificada como pertencente a grupos diferentes (AA e CN), em decorrência, apenas, da sua posição anterior ou posterior ao núcleo.

O fato é que a regra de Castilho (2010) Sintagma → Especificadores + Núcleo + Complementadores pode fazer supor equivocadamente que todos os elementos que estão à esquerda do núcleo comportam-se de uma forma e todos à sua direita comportam-se também de uma mesma maneira, mas distintamente dos elementos à esquerda.

Perini (2010) esclarece a questão enumerando os elementos que aparecem antes do núcleo. De acordo com o autor, esses elementos estão divididos nos seguintes grupos<sup>4, 5</sup> e na seguinte ordem: pré-determinante → determinante → quantificador/possessivo sintético/numeral (PERINI, 2010, p. 260). O autor alerta-nos, no entanto, para o fato de que vários desses elementos podem aparecer também depois do núcleo, como em “*professor nenhum*”, “*pessoa alguma*”. Para ele, a diferença de posição, na maioria das vezes, mas nem sempre, provoca importante diferença de significado. Um exemplo em que a mudança de posição provoca alteração no significado é “*qualquer mulher, mulher qualquer*”. Um exemplo em que a mudança de significado não acontece é “*Esse meu amigo ganhou o prêmio*” e “*Esse amigo meu ganhou o prêmio*” (PERINI, 2010, p. 261).

Castilho (2010), apesar de apresentar ao leitor a regra SN → Especificadores + Núcleo + Complementadores, concorda com Perini que nem sempre os especificadores estarão à esquerda do núcleo e os complementadores estarão à sua direita. Conforme o autor, “de imediato, constata-se que dois deles (dos constituintes dos SN) obedecem a uma regra categórica de colocação: o artigo é sempre pré-nuclear e a sentença relativa é sempre pós-nuclear. Todos os demais Especificadores e Complementadores exemplificam regras variáveis de colocação” (CASTILHO, 2010, p. 461).

---

4 Os elementos que compõem cada grupo, de acordo Perini (2010), são: Predeterminantes: ambos e todos; Determinantes: o, um, esse, aquele, algum, nenhum, cada, que, qual; Quantificadores: quantos, tantos, poucos, muitos, vários, qualquer, certos, meio; Possessivos sintéticos: meu, seu, nosso; Numerais: um, dois, três etc. e primeiro, segundo, terceiro etc. (PERINI, 2010, p. 259-260).

5 Há elementos, por sua vez, que só podem aparecer depois do núcleo, como nominais invariáveis em gênero e número, exemplificados por *alerta*, e os que indicam cores. Também só ocorrem depois do núcleo: ruim, comum (exceto quando na expressão idiomática *de comum acordo*), esnobe, macho, fêmea (PERINI, 2010, p. 264). Outros modificadores, a maioria dos nominais, podem aparecer antes ou depois do núcleo. No primeiro caso, vêm imediatamente antes do núcleo e somente podem ser compostos de uma palavra, porque os nominais formados de mais de uma palavra só ocorrem depois do núcleo, com algumas exceções, como os superlativos “*a mais animada* participante da quadrilha” e os modificadores intensificados “*um bem treinado* cavalo de corrida” (PERINI, 2010, p. 263).

Os demonstrativos, por exemplo, que funcionam como especificadores do SN, não serão sempre encontrados à esquerda do substantivo. O mesmo ocorre com os possessivos, especificadores que podem aparecer na posição pré-nuclear, não marcada, e na posição pós-nuclear, marcada e enfática, como em “*Meu filho/seu filho não anda por aí em más companhias*” e “*Filho meu/filho seu leva as coisas a sério*” (CASTILHO, 2010, p. 503).

Os complementadores são tratados por Castilho como sintagmas adjetivais, preposicionais e sentenças adjetivas encaixadas em outro sintagma. Sobre SPs (o CN e o AA preposicionado), Castilho (2010) os trata a partir da mesma regra  $SP \rightarrow \text{Especificadores} + \text{Núcleo} + \text{Complementadores}$  em que o núcleo é a preposição. O autor afirma que somente os advérbios podem especificar SPs, caso em que esse sintagma poderá se deslocar para antes ou depois do núcleo do sintagma ao qual se encaixa. Os demais SPs são constituídos, de acordo com Castilho (2010), apenas por Núcleo + Complementador, sendo que o núcleo (preposição) ligar-se-á diretamente ao sintagma ao qual o SP se encaixa, indicando que o SP encaixado a SN e formado apenas por núcleo e complementador estará preferencialmente à direita do núcleo desse SN. Dessa forma, demonstra-se, mais uma vez, a semelhança estrutural de CNs de AAs.

Castilho (2008) também afirma que classes de palavras que atuam reconhecidamente como especificadores (determinantes na terminologia de Perini) podem aparecer antes e depois do núcleo. Para aquele autor, por exemplo, a “posição de base dos demonstrativos é antes do N. Entretanto, quando se repete o N, eles podem aparecer pospostos” (CASTILHO, 2008, p. 123). Isso é o que ocorre em *Encontrei esse livro na biblioteca. Livro esse que estava deslocado de sua seção* (CASTILHO, 2008, p. 123).

O mesmo ocorre com os quantificadores indefinidos, que, como especificadores, podem ocupar posição pré ou pós-nominal, sem alteração semântica, como em “na cidade *todas* as pessoas estavam comentando o filme...” e “na cidade as pessoas *todas* estavam comentando o filme” (CASTILHO, 2008, p. 147),

ou com mudança de significado, como em “Pessoas de *certa* idade nunca dizem a idade *certa*” (ILARI et al., 2008, p. 147), caso em que especificador deixa de sê-lo, passando a funcionar como modificador.

AA e CN, devido ao fato de serem sintagmas preposicionados, fazem parte do grupo de elementos, citados por Perini (2009) e Castilho (2010), que só podem vir após o núcleo. Isso comprova que o comportamento dos termos oracionais é sintaticamente semelhante e que eles não devem ser separados em classes distintas, que é o que se pretende comprovar com esta pesquisa, por meio da análise de uso da língua.

Está claro também que a posição de um elemento antes ou depois do núcleo não faz dele um determinante ou um modificador. Essas funções dependem, de acordo com Perini (2010), Castilho (2010) e Ilari *et al.* (2008), do tipo de relação de sentido que será mantida com o núcleo do SN.

Camacho *et al.* tentam separar e enumerar as classes de palavras que podem determinar (especificar) e as que podem modificar (complementar) os substantivos. Conforme os autores, “dentro de um SN o substantivo será sempre o elemento determinado ou modificado, em oposição aos elementos que, funcionando como determinantes e modificadores, permitem diferentes possibilidades de composição nominal” (CAMACHO et al., 2008, p. 23). Os determinantes compreendem os artigos definidos e indefinidos, os pronomes adjetivos, os quantificadores definidos e indefinidos. Já os modificadores, compreendem os adjetivos e as sentenças relativas.

É interessante notar que os adjetivos podem, como demonstrado nos exemplos dos próprios autores, aparecer à esquerda ou à direita do substantivo, como em: “e aí depois fazem vários molhos – você pode escolher – tem *molhos doces* e *molhos salgados*; inclusive o o:... o *antigo procurador* parece que não era... o antigo procurador; Há uma preocupação modernamente em dar *melhor tratamento* possível à sinalização” (CAMACHO et al., 2008, p. 24). Já os especificadores somente podem estar à esquerda do substantivo, enquanto as locuções adjetivas e as sentenças relativas localizam-se à sua direita.

Em que pese a indicação de um caminho para se solucionar a questão de distinção entre CN e AA, qual seja, separar as classes de palavras que podem

ou não modificar um substantivo, deve-se atentar para o fato de que os modificadores apontados pelos autores, quais sejam, adjetivos, locuções adjetivas e orações relativas (adjetivas) englobam apenas ocorrências passíveis de formar AA, e não CN, conforme apontado pelas gramáticas normativas. Ou seja, a divisão dos componentes do sintagma em determinantes e modificadores incluiria apenas os AAs, e não os CNs, o que jogaria por terra a possibilidade de se incluírem os dois termos oracionais em um único grupo, o de modificadores.

O que acontece é que, de fato, os substantivos podem ser modificados por orações substantivas, como em “tive a oportunidade *de trabalhar fazer uma cena com o:: o balê russo.*” (CAMACHO et al., 2008, p. 36) e esse tipo de modificação deveria ter constado na lista dos autores.

Contudo, a identificação de determinantes e modificadores por meio de classes de palavras (por exemplo, afirmando-se que adjetivos serão sempre modificadores e artigos serão sempre determinantes) não é suficiente para se reconhecer como tais um termo oracional. Como se pôde observar até aqui, existem palavras que, mesmo pertencendo prototipicamente a certa classe gramatical, podem se comportar como se pertencessem a outra classe e, assim, ora especificar, ora modificar o núcleo do SN, como em “*qualquer mulher, mulher qualquer*” (PERINI, 2010, p. 261), em que *qualquer*, especifica *mulher*, no primeiro caso, como pronome indefinido, e modifica, no segundo caso, por ganhar valor adjetival (PERINI, 2010, p. 261). Além disso, quase todas as classes de palavras podem se comportar como substantivo e, nesse caso, passar de determinante e modificador a núcleo do SN.<sup>6</sup>

Assim, não parece que transformar a distinção entre CNs e AAs em uma questão somente morfológica (de classes de palavras) ou uma questão

---

6 É o que afirma Neves (2000). Essa autora fornece exemplos interessantes em que palavras que pertencem prototipicamente a outra classe morfológica são usadas como substantivos: “Os *velhos* são surdos e não gostam de ópera”; “Já que não podia guardá-las no próprio cofre: – Partindo do *quatro*, uma volta à direita até o *nove*, duas voltas à esquerda até o *dois*.”; “A dor reduziu-se a um *latejar* regular, mas suportável”; “No ponto culminante do ritual de um amoroso sacrifício, derrubávamos as fronteiras entre a morte e a vida, o *eu* e o *tu*, o *dar* e o *receber*.”; “Só o *aqui* e o *agora* são reais” (NEVES, 2000, p. 70).

sintática resolva com sucesso o problema da separação desses termos oracionais. Pelo contrário, como demonstra Perini (2010), à exceção dos artigos, cuja ocorrência será sempre pré-nuclear, não há como delimitar ocorrências unicamente pré nem pós-nucleares, tendo em vista o grande número de exceções existentes. Além disso, a mudança de posição de um elemento geralmente causa mudança sensível de significado do sintagma, fazendo com que esse elemento deixe de ser determinante a passe a ser modificador e vice-versa.

Com base na discussão apresentada, podemos considerar a possibilidade de se resolver a questão da separação de AAs e CNs, enfocada neste trabalho, mantendo esses elementos oracionais indistintos, classificados simplesmente como pós-modificadores de SNs.

Observando-se a citação abaixo, percebe-se que Vilela e Koch (2001) tomam posição semelhante a essa que acabamos de propor, uma vez que mantêm os dois termos da oração em foco nesta pesquisa unificados sob o rótulo de complementos preposicionais ou frásicos. As autoras afirmam que o SN

[...] pode ser constituído por um núcleo nominal precedido de determinantes e/ou qualificadores, por um nome próprio precedido ou não de determinantes, por um grupo nominal seguido de complementos preposicionais ou frásicos, ou por um grupo nominal em que o nome é precedido ou seguido de adjetivos (VILELA; KOCH, 2001, p. 327)

Esta pesquisa, que objetivou checar a inconsistência da distinção entre AAs e CNs tradicionalmente proposta, foi dividida em duas partes, que apresentaram procedimentos metodológicos específicos. A primeira parte envolveu a análise de dados empíricos, especificamente dos substantivos abstratos de um *corpus*, checando-se, por meio de procedimentos da Linguística de *Corpus*, se as características usualmente propostas pelas gramáticas normativas como sendo típicas de CNs de fato constavam dessas ocorrências. Na segunda parte da pesquisa, para se lidar com a distinção essencial / acessório, de caráter preferencialmente

subjetivo, mas também usualmente empregada na distinção de CN e AA, foi realizado um experimento no qual alguns falantes foram levados a construir pequenos textos contendo determinados SNs. Essas duas partes da pesquisa estão descritas a seguir.

## Pesquisa: Primeira Parte

Com o objetivo de se verificar se as características que compõem os critérios para distinção entre CN e AA, sintetizadas no Quadro 1, de fato estão presentes na língua em uso, ou seja, se efetivamente são levados em conta, ou são acionados, pelos usuários da língua, ao fazerem o processamento dos sintagmas preposicionais que constituem esses pós-modificadores, foram adotados procedimentos metodológicos que incluíram a construção de um *corpus* do português brasileiro culto escrito.

O *corpus* construído para a pesquisa tem um total de 407.482 palavras, o que o caracteriza como um *corpus* médio (250 mil a 1 milhão de palavras), composto de 527 textos, coletados individualmente e por gênero textual. Os textos constantes do *corpus* são representantes de três domínios da atuação humana: textos do domínio jornalístico contribuem com 137.775 palavras; textos do domínio literário, com 133.833; e do domínio científico, com 135.726.

Ao se construir o *corpus*, buscou-se uma variedade de estruturas sintáticas e itens de vocabulário, o que foi obtido com a utilização de colunas jornalísticas, assuntos científicos e autores literários diversificados.<sup>7</sup> Acredita-se que essa variedade tenha proporcionado a formação de um *corpus* rico e confiável para

<sup>7</sup> Os gêneros textuais do domínio jornalístico são ensaios e reportagens retirados das colunas *Política, Mundo, Saúde, Esporte e Opinião*, do jornal *Folha de São Paulo*. Os do domínio científico são artigos científicos sobre assuntos diversos, publicados em *sites* de universidades brasileiras, bem como em *sites* com extensão *gov* e *org*. Já os textos do domínio literário foram escolhidos entre textos de autores brasileiros consagrados na produção de crônicas e contos, escritos desde meados do século XX até os dias atuais. Os gêneros contos e crônicas foram escolhidos por serem representados por textos relativamente curtos, evitando o risco de se encontrarem construções repetidas, o que poderia ocorrer caso se considerasse um romance de um único autor.

os propósitos de investigação da pesquisa. Essa diversidade textual contrasta com a quase exclusividade de textos literários canônicos utilizados como fonte de exemplos pelas gramáticas.

Nesta pesquisa, utilizando-se da ferramenta AntConc 3.2.4w, programa de concordâncias livre para Windows, Macintosh OS X, e Linux, criado pelo pesquisador Laurence Anthony, e disponível para *download* no endereço <<http://www.antlab.sci.waseda.ac.jp/software.html>>, foram buscadas ocorrências de *substantivos abstratos* acompanhados da preposição *de* ('substantivo abstrato + *d\**'). A busca foi feita escrevendo-se o conjunto (*clusters*) *substantivo abstrato + d\**, por exemplo, *necessidade d\*<sup>8</sup>*, no campo de busca do AntConc, que forneceu todos os contextos em que esses *clusters* foram encontrados. A partir daí, as análises foram feitas manualmente. O “\*” permitiu que fossem encontradas as ocorrências em que o substantivo estava acompanhado da preposição *de* sem ou com contração com os artigos *a, o, as, os*, como *necessidade da(s)* e *necessidade do(s)*.

Foram obtidas 381 ocorrências. A intenção da utilização desse procedimento foi a de se investigar a pertinência dos atributos distintivos de um CN, observando-se se o substantivo abstrato vem sempre acompanhado de paciente da ação expressa pelo verbo com o qual se relaciona etimologicamente, e se o sintagma preposicionado que o modifica pode ser representado por substantivo, pronome, numeral, palavra ou expressão substantivada ou oração completiva nominal.

Para tal investigação, todas as ocorrências encontradas para *substantivo abstrato (lema) + de* foram agrupadas nas seguintes categorias: *Lema + de + verbo*; *Lema + de + substantivo*; *Lema + de + artigo com contração (da,*

---

8 Os lemas pesquisados neste trabalho são os seguintes substantivos abstratos: *necessidade, desejo, defesa, realização, suspensão, criação, sensação, pretensão, discussão, decisão, briga, pensamento, recuperação, amor, possibilidade, intenção, prioridade, pagamento, construção, integração*. Essa escolha foi feita a partir dos exemplos de CN encontrados pelas gramáticas pesquisadas, bem como dos conceitos de substantivo abstrato de verbal e dos exemplos desse tipo de substantivo encontrados nas mesmas obras.

*das, do, dos); Lema + de + artigo indefinido; Lema + de + artigo definido sem contração; Lema + de + pronome reflexivo; Lema + de + conjunção subordinativa; Lema + de + outras categorias lexicais.*

Depois dessa categorização, cada ocorrência de cada grupo foi analisada separadamente em termos de: papéis temáticos desempenhados (agente/paciente), relação de posse e classificação morfossintática. Com isso, buscou-se investigar se há padrões de comportamento específicos para CNs que distinguiriam esses termos de AAs, conforme proposto pelas gramáticas normativas.

Os conceitos de ‘agente’ e ‘paciente’ que amparam as análises neste artigo vêm das seguintes propostas: para o primeiro desses conceitos, escolheu-se o proposto por Chafe, de acordo com quem agente “é algo que realiza a ação,” incluindo seres animados, inanimados e forças naturais (1979, p. 100). Tratando esse conceito em termos de papel semântico, agente é, então, o papel semântico que expressa a entidade que realiza a ação. Nesses termos, a definição de agente contrasta ou é complementar à definição de paciente de Perini, também adotada nesta pesquisa, conforme a qual “paciente é o papel semântico que expressa a entidade diretamente afetada por uma ação, ou que sofre a ação, para utilizar o termo tradicional” (2009, p. 261).

Os conceitos de agente e paciente utilizados têm, assim, sentidos bem amplos, envolvendo papéis semânticos (ou temáticos) mais específicos, como experienciador (para agente) e tema (para paciente). A escolha de tais conceitos permitiu que a análise se coadunasse com a proposta das gramáticas normativas consultadas, que não se preocupam em definir esses conceitos ao mencioná-los nas caracterizações de CN e AA. Essa nossa opção abre a possibilidade para que os conceitos de agente e paciente sejam utilizados de maneira a abarcar o maior número possível de situações.

A análise das ocorrências em termos de agente e paciente foi feita, na pesquisa, considerando-se o papel temático desempenhado pelos termos nos contextos em que aparecem. Há casos em que se observa que um sintagma é

agente e paciente ao mesmo tempo, o que também é analisado em contexto, como ocorre em *Anna Maria da Trindade dos Reis*, como parte da **defesa do consórcio** contra a Eletronorte (o consórcio se defende, logo defendeu e foi defendido ao mesmo tempo).

Os resultados desta primeira parte da pesquisa, encontrados a partir da análise dos dados do *corpus* descrita acima, estão no quadro abaixo, que contém também alguns exemplos de cada caso analisado.

**Quadro 2:** Características de CN e AA em dados da língua em uso

COMPLEMENTO NOMINAL	ADJUNTO ADNOMINAL
<p>Modificam um substantivo <b>ABSTRATO</b></p> <p>São <b>PACIENTES</b> da ação expressa pelo substantivo (240 ocorrências) Quando é que se inicia a <u>construção</u> de uma casa? O município foi escolhido para a <u>realização</u> deste trabalho</p> <p>Terecemos pela <u>recuperação</u> de todas as jogadoras (9)</p>	<p>Modificam um substantivo <b>CONCRETO</b></p> <p>São <b>AGENTES</b> da ação expressa pelo substantivo. (37 ocorrências)</p> <p>A <u>decisão</u> do Banco Central Não parece ser a <u>prioridade</u> de um país que anunciou cortes</p> <p>A <u>defesa</u> da Eletronorte contra o <u>Cnec</u> (Ocorrências)</p>
<p><b>NÃO</b> expressam relação de <b>POSSE</b> com o substantivo ao qual se ligam.</p>	<p>Expressam relação de <b>POSSE</b> com o substantivo ao qual se ligam</p> <p><u>Decisão</u> de vários membros da Otan <u>Prioridade</u> de um país <u>Desejo</u> dos cidadãos</p>
<p><b>NÃO</b> expressam circunstância de <b>TIPO</b>, matéria ou substância.</p>	<p>Expressam circunstância de <b>TIPO</b>, matéria ou substância.</p> <p><u>Briga</u> de facções <u>Briga</u> de marido e mulher <u>Briga</u> de rua <u>Amor</u> de perdição <u>Amor</u> da minha vida (5 ocorrências)</p>
<p>São palavras, grupos de palavras ou orações de valor <b>SUBSTANTIVO</b></p> <p><u>Decisão</u> de enfrentar o combate à inflação (90 ocorrências) <u>Decisão</u> do júri <u>Decisão</u> do Ministério da Previdência</p>	<p>São palavras, grupos de palavras ou orações de valor <b>ADJETIVO</b></p> <p><u>Briga</u> de facções <u>Briga</u> de marido e mulher <u>Briga</u> de rua <u>Amor</u> de perdição</p>

O quadro acima deve ser analisado da seguinte forma: do lado esquerdo estão as características que, de acordo com as gramáticas normativas, pertencem aos CNs e, do lado direito, as que pertencem aos AAs. Das 381 ocorrências analisadas, em 291 (240 + 37 + 9 + 5), o SN formado pelo *substantivo abstrato* + *de* aparece acompanhado por um SN (e não por uma oração) assumindo a forma sintática prototípica para CN prevista pelas gramáticas normativas: SUBSTANTIVO ABSTRATO + DE + SN. Das 381 ocorrências analisadas, em 90 delas, o substantivo *abstrato* + *de* é acompanhado por uma oração (SUBSTANTIVO ABSTRATO + DE + ORAÇÃO), padrão sintático não previsto pelas gramáticas normativas. Das 291 ocorrências sintaticamente prototípicas, em 240, ou seja, em 82%, o SN formado pelo *substantivo abstrato* + *de* comporta-se da forma prevista nas gramáticas normativas em termos de características de CN e AA e, em 51 (37 + 9 + 5) ocorrências sintaticamente prototípicas (18%), o SN formado por *substantivo abstrato* + *de* apresenta comportamento distinto do previsto pelas gramáticas normativas em termos dessas características. O comportamento que foge às características de CN e AA previstas pelas gramáticas normativas está exemplificado em molduras dentro do Quadro 2.

Detalhando a informação contida no Quadro, tem-se que, em 37 das 291 ocorrências prototípicas, o substantivo abstrato pesquisado liga-se a agentes da ação expressa pelo substantivo, como nos exemplos *A decisão do Banco Central* e *Não parece ser a prioridade de um país que anunciou cortes*.

Em 9 das 291 ocorrências, o substantivo abstrato pesquisado liga-se a sintagma que exerce, ao mesmo tempo, papel de agente e de paciente, como em *A defesa da Eletronorte contra o Cnec* e *Torcemos pela recuperação de todas as jogadoras*.

Em 5 das 291 ocorrências, existe relação de tipo entre o substantivo abstrato e o sintagma ao qual se liga. É o que se verifica em *Briga de facções*; *Briga de marido e mulher*; *Briga de rua*; *Amor de perdição* e *Amor da minha vida*.

Finalmente, 90 das 381 ocorrências apresentam a estrutura SUBSTANTIVO ABSTRATO + DE + ORAÇÃO. Em todos esses casos, a oração que se liga

ao substantivo abstrato é substantiva. Contudo, se forem observados todos os grupos nominais, sintagmas e orações aos quais se ligam os substantivos abstratos pesquisados, é preciso considerar que nem sempre esses grupos terão valor substantivo, como preveem as gramáticas normativas, haja vista os exemplos encontrados no Quadro 2, em que existe relação de tipo entre o sintagma e o substantivo ao qual esse sintagma se liga. Havendo relação de tipo, haverá, por certo, sintagma de valor adjetivo.

Uma questão que merece destaque é a da relação de posse entre os substantivos abstratos e os sintagmas aos quais se ligam. Embora as gramáticas normativas e os dicionários do português brasileiro somente prevejam a possibilidade de existência de relação de posse entre substantivos concretos e o AA que os seguem, é possível pensar nessa relação entre substantivos abstratos e CN. Se o falante do português pode dizer algo do tipo *Você roubou minha ideia, Eu tenho um sonho, Essa briga é sua, não minha*, existe um indicativo de que a relação de posse pode sim envolver substantivos abstratos. Considerando-se, então, a possibilidade de haver relação de posse entre substantivos abstratos e os sintagmas aos quais esses substantivos se ligam, tal relação pôde ser observada em 47 das 381 ocorrências analisadas.

Apesar da importância dessa discussão, os dados referentes à relação de posse não foram considerados para o resultado final da pesquisa em virtude da ausência de previsão do conceito de posse, em dicionários e gramáticas, relacionado a coisas imateriais. Assim, foi possível notar, como se disse, que, em 82% das ocorrências em que o substantivo abstrato pesquisado se liga a sintagmas, há uma correspondência entre o que se encontrou nos dados da língua em uso e a previsão gramatical. Porém, há 18% de ocorrências, porcentagem nada desprezível, em relação às quais a previsão gramatical não encontra amparo na língua culta em uso no Brasil. Neste último grupo de ocorrências, as características de CN e AA misturam-se, indicando não haver justificativa ou embasamento empírico para a classificação distinta (em CN e AA) dos termos analisados.

## Pesquisa: Segunda Parte

Para a checagem dos atributos essencial e acessório, sendo esses conceitos muito abstratos para serem avaliados por meio dos instrumentos da Linguística de *Corpus*, optou-se pela realização de um experimento, que envolveu a solicitação de que falantes produzissem pequenos textos contendo determinados SNs. A principal hipótese que sustenta a segunda parte da pesquisa é a de que, em certas situações discursivas, um substantivo concreto acompanhado da preposição *de* pode ser tão predicador quanto um substantivo abstrato e, por isso, um AA pode ser semanticamente<sup>9</sup> tão essencial quanto um CN.

É bastante usual as gramáticas normativas separarem, de forma engessada, o que é essencial do que é acessório em relação a termos da oração. Essencialidade, no entanto, deve ser observada no discurso. Mesmo quando as gramáticas utilizam dados reais da língua, tratam-se de exemplos pinçados da língua-discurso que se enquadrem em suas prescrições conceituais. Esse é um procedimento que ignora os contextos discursivos em que se deram tais ocorrências e que não legitima afirmações do que seja essencial e acessório.

A constatação da importância de se analisar o enunciado,<sup>10</sup> e não a mera possibilidade de língua, vem do fato de que todo enunciado é um resgate de nossas memórias enunciativas. Conforme explica Orlandi (1992 p. 89-90):

---

<sup>9</sup> Diz-se que um AA pode ser tão semanticamente essencial quanto um CN, mas também é possível dizer que um CN pode ser tão sintaticamente acessório quanto um AA. Isso porque, se uma oração faz sentido com ou sem AA, ou com ou sem CN, mesmo que com sentidos diferentes daqueles que as orações têm com o acréscimo desses termos, isso quer dizer que os dois termos são essenciais para o sentido da oração, mas podem ser sintaticamente dispensáveis.

<sup>10</sup> O uso que se faz neste trabalho de nomenclaturas referentes à Teoria da Enunciação é restrito àquilo que é essencial para se deixar mais clara a argumentação aqui conduzida, sem gerar incompatibilidade de natureza epistemológica com a análise realizada.

[...] o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciador. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso.

Assim, considerando-se um enunciado com todas as suas especificidades discursivas, principalmente no que diz respeito às memórias que esse enunciado resgata, é temerário dizer, sem uma análise bastante cautelosa, que um termo de dada oração é dispensável (ou acessório).

Os atributos acessório e essencial parecem estar relacionados à (in) saturação de um dado elemento oracional e à relação entre esse elemento e os elementos a ele relacionados.

- (1) Casa de vó<sup>11</sup> é tudo de bom.
- (2) Todo mundo tem necessidade de afeto.

Em (1) e (2), os substantivos *casa* e *necessidade* projetam um lugar sintático de pós-modificador cada um, porque *de vó* e *de afeto* são elementos essenciais para o significado pretendido pela enunciação. No entanto, de acordo com as gramáticas normativas, só *de afeto* é essencial porque só o substantivo *necessidade* é transitivo e o substantivo concreto é saturado.

É possível interpretar, em termos de saturação, o que as gramáticas normativas tratam como termos essencial e acessório, ou seja, exigência ou não de complementação. Assim, pode-se dizer que, para as gramáticas normativas, os substantivos concretos, como *casa*, são exemplos de elementos saturados, enquanto alguns substantivos abstratos, como *necessidade*, são casos de palavras insaturadas. Como, ainda de acordo com as gramáticas, ser formado por substantivo concreto é característica de AA e ser formado por

---

<sup>11</sup> Acredito que as mesmas reflexões feitas aqui para o sintagma “casa de vó” caberiam a outros sintagmas, como “casa materna”, por exemplo. Deixo de dar atenção a este último tipo de sintagma para focar os adjuntos adnominais preposicionados em comparação a complementos nominais, considerando que a presença da preposição é elemento primordial nessa comparação.

substantivo abstrato é característica de CN, a saturação poderia explicar o fato de essas obras considerarem CN como elemento essencial e AA como elemento acessório.

Parece, no entanto, que, nos exemplos (1) e (2), *casa* é tão predicador quanto *necessidade*. Desse modo, seria possível pensar, a partir daí, em exemplos em que os dois substantivos fossem saturados como ocorre em (3) e (4).

(3) Gosto muito da minha casa.

(4) A necessidade faz milagres.

O CN e o AA, de acordo com as gramáticas normativas, são agregados a outro termo com a finalidade de alterarem ou completarem a significação desse outro termo. Parece correto, então, pensar que, se um termo requer modificação ou complementação, é justamente porque está insaturado, independentemente da função sintática que esse CN ou AA venha assumir na relação com o “possível” ou “hipotético” verbo derivado do nome ao qual se liga.

Haveria, no entanto, diferença entre a “força” da ligação existente entre *casa* e *de vó* e entre *necessidade* e *de afeto*, nos exemplos (1) e (2)?

De acordo com o prescrito pelas gramáticas normativas, essa “força” seria muito mais intensa entre *necessidade* e *de afeto*, que entre *casa* e *de avó*, nos exemplos (1) e (2), o que não parece ser verdade. Entende-se que, nesses dois casos, a “força” que une os substantivos *casa* e *necessidade* a *de vó* e *de afeto*, respectivamente, possua intensidade bastante parecida e diretamente relacionada ao contexto enunciativo, e não à classificação gramatical que afirma que *necessidade* é substantivo transitivo/insaturado e *casa* é substantivo intransitivo/saturado.

Para justificar essa posição, as gramáticas alegam que *de vó* é dispensável<sup>12</sup> para o sentido da frase, enquanto *de afeto* não o é. Vejamos os exem-

---

12 A maioria das gramáticas utilizadas nesta pesquisa faz a divisão dos termos oracionais entre essenciais, integrantes e acessórios (CUNHA; CINTRA, 2007; ABAURRE; PONTARA, 2006; CACCONI, 2010a; 2010b; CIPRO NETO; INFANTE, 2003; CEGALLA; 2005). Entre essas, existem

plos (5) e (6) a seguir.

- (5) Casa é tudo de bom.
- (6) Todos têm necessidade.

Nota-se que é possível se construir sentido a partir da frase (5); no entanto, de forma alguma, esse sentido é o mesmo que o que se constrói a partir da frase (2). Já na frase (6), o sentido parece mesmo estar incompleto. Será que esse fato faz com que se deva considerar a relação entre *casa* e *de vó* como uma relação de limite e a relação entre *necessidade* e *de afeto* como sendo de fronteira, por exemplo?

Para esta segunda parte da pesquisa, um experimento foi realizado com catorze voluntários. Nesse experimento, os participantes foram divididos em 3 grupos e receberam a seguinte instrução: “Elabore um pequeno texto (no máximo 5 linhas) em que apareçam as frases abaixo. A frase tem que ser reproduzida exatamente como está e pode estar em qualquer lugar do texto (princípio, meio ou fim). Não ultrapasse o limite de linhas proposto pela atividade”.

As frases foram as seguintes:

---

as que afirmam que um termo é acessório por não ser fundamental à estrutura sintática da oração, como Abaurre e Pontara (2006), e Cipro Neto e Infante (2006), para quem os termos acessórios entram na composição da estrutura básica da oração. Todas as outras gramáticas afirmam que um termo é acessório por questões semânticas: por não serem indispensáveis para o entendimento do enunciado (CUNHA; CINTRA, 2007), porque não há prejuízo ao entendimento da oração a falta desses elementos (SACCONI, 2010a; 2010b). Entende-se, neste trabalho, que no caso de certos AAs preposicionados, como *de vó*, em *casa de vó*, são essenciais ao sentido do enunciado da mesma forma que alguns CNs, como *ao próximo*, em *amor ao próximo*, porque a retirada desses dois termos gera enunciados com sentidos diversos aos dos primeiros, como em *Casa é tudo de bom* e *O amor é a salvação*. Quanto à essencialidade sintática, o raciocínio é o mesmo: se na oração *Casa de vó é tudo de bom*, o AA *de vó* é sintaticamente acessório, devemos entender que *ao próximo*, em *O amor ao próximo é a salvação*, é tão acessório quanto *de vó*, porque ambos se ligam ao núcleo do sujeito especificando-o e, sem os dois termos, teríamos orações sintaticamente completas e coerentes: *Casa é tudo de bom* e *O amor é a salvação*, o que indica que acessório e essencial não é um bom critério de diferenciação para CN e AA, que é justamente a hipótese que se investiga na segunda parte desta pesquisa.

*Grupo A (5 participantes):* Casa de vó é tudo de bom; Livro de matemática tem que ser bonito; A caixa de madeira serve para guardar goiabada; Jaula de macaco tem que ser espaçosa; Cinema de cidade grande vende pipoca doce.

*Grupo B (5 participantes):* Casa é tudo de bom; Livro tem que ser bonito; A caixa serve para guardar goiabada; Jaula tem que ser espaçosa; Cinema vende pipoca doce.

*Grupo C (4 participantes):* A casa da vovó tem paredes pintadas de amarelo; O Livro do meu primo está com a capa rasgada; A caixa de bala fica dentro da cristaleira; Jaula de madeira tem que ser espaçosa; Cinema de cidade pequena vende pipoca doce.

Nos textos elaborados pelos participantes, houve uma tendência de se colocar o AA como foco<sup>13</sup> do texto quando esse AA indica tipo, substância, finalidade e procedência. Foram produzidos, ao todo, 70 textos, dos quais 45 partiram de frases cujo núcleo do sujeito estava acompanhado por AA (grupos A e C) e 25 partiram de frases cujo núcleo do sujeito não estava acompanhado por AA (grupo B).

Dos 45 primeiros textos, 38 deram ênfase ao AA, e não ao núcleo do sujeito, ou seja, esse AA foi o tópico discursivo. Esse resultado indica que o AA é essencial para o sentido do texto.

Eis algumas das respostas produzidas pelos participantes:

(7) Texto 1. *Matemática é complicada de aprender.* Os números principalmente o que fazer com eles, somar, multiplicar, dividir, ajuntar as dezenas, centenas, milhares, onde colocar tantos números? O livro de matemática tem que ser bonito.

---

13 Diz-se que o AA é foco de texto porque em *Livro tem que ser bonito*, por exemplo, os participantes falam sobre um livro qualquer, mas em *Livro de matemática tem que ser bonito*, os participantes falam sobre matemática, não sobre livro, nem sobre livro de matemática.

Quando os AAs não estão presentes, como no Texto 1, há, de fato, uma tendência de se enfatizar o núcleo substantivo, acionando-se referências bem diferentes de quando eles estão. Vejamos:

- (8) Texto 2. Bons tempos aqueles em que se ia ao cinema. *Estou falando do espaço físico denominado Cinema*. Mas o que há de especial naquele cinema? Cinema vende pipoca doce. Mais que isso: cada qual um endereço, prédios antigos cada qual com sua história.

No trecho acima, percebe-se que, na ausência de complementos para o núcleo *cinema*, o texto enfatiza o próprio núcleo.

Nos 9 textos correspondentes às frases *Caixa de madeira serve para guardar goiabada* e *Jaula de madeira tem que ser espaçosa*, esperava-se que os participantes considerassem o AA *de madeira* como sendo um AA de substância, mas isso só aconteceu nos seguintes textos, em que os enunciadores consideraram as propriedades da madeira:

- (9) Texto 3. Dependendo da presa, jaula de madeira tem que ser espaçosa. Já imaginaram gorilas, leões enormes presos: os animais merecem proteção. *Podem morder a madeira* e uma bela noite, fugirem.

Nos outros 7 textos, os participantes parecem ter considerado o AA *de madeira* como AA de tipo. Nesses casos, há um indicativo de que a atenção do enunciador realmente voltou-se para o núcleo do sujeito e não para o AA, situação em que se poderia pensar em uma menor essencialidade do AA (como prescrevem as gramáticas) em questão, com relação aos demais AAs analisados no teste. Exemplo:

- (10) Texto 4. “A caixa de madeira serve para guardar goiabada”. Bom, foi isso que meu avô me falou. Mais tarde descobri que *ele guardava outras coisas lá*. Mas isso é outra história.

O experimento aqui descrito e discutido indica que os usuários da língua dão importância especial aos pós-modificadores (adjuntos adnominais para as

gramáticas normativas), indicando que tais termos são semanticamente essenciais, e não acessórios como pretendem os gramáticos normativos. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que eles são sintaticamente acessórios, já que, em sua ausência, o usuário continua a construir sentidos a partir das orações, só que sentidos bem diferente daqueles produzidos na presença dos pós-modificadores.

## Conclusão

A pesquisa cujos resultados foram discutidos neste trabalho pretendeu responder às seguintes perguntas: A distinção entre Complemento Nominal que se liga a substantivos (CN) e Adjunto Adnominal preposicionado (AA) em termos de atributos específicos encontrada nas gramáticas normativas do português pode ter sua eficácia comprovada pela língua em uso? Os atributos “essencial” e “acessório” são adequados para essa distinção?

A resposta à primeira indagação é negativa. A investigação da língua em uso, feita a partir de um *corpus* construído especificamente para a investigação descrita aqui, demonstrou que os conceitos de CN e AA trazidos nas gramáticas normativas, que são baseados em características ou atributos, não se sustentam. Pôde-se concluir, a partir da observação das ocorrências aqui analisadas, que os substantivos abstratos, nas estruturas lema + *de*, ligam-se tanto a agentes, quanto a pacientes das ações expressas por esses substantivos, enquanto as gramáticas pretendem que essa ligação ocorra somente com sintagmas pacientes. Apesar de, na maioria das ocorrências, os substantivos abstratos ligaram-se a sintagmas pacientes, em um número expressivo delas, esses substantivos estavam ligados a agentes.

À segunda pergunta dá-se também resposta negativa. A segunda parte da pesquisa evidenciou o fato de que a presença de um pós-modificador (AA) fez com que o usuário da língua desviasse seu foco de atenção do núcleo para esse modificador, indicando a essencialidade desse elemento no sentido construído.

As gramáticas normativas costumam trazer exemplos descontextualizados que, por isso mesmo, encaixam-se nos conceitos por elas propostos. Essas abstrações linguísticas nem sempre correspondem ao uso efetivo da língua, ao que o usuário do português verifica no seu dia a dia. Dessa forma, são geradas falsas percepções do que é a língua portuguesa e distorções ou inconsistências do ponto de vista pedagógico, que são desmotivadoras para os aprendizes.

Neste trabalho, evidenciou-se, tanto por meio da análise de dados empíricos extraídos de *corpora*, quanto do experimento envolvendo produção textual, que as características distintivas propostas pelas gramáticas normativas não diferenciam, de fato, o complemento nominal do adjunto nominal preposicionado.

Abordagem que mais se aproximou da realidade linguística em termos de CN e AA, foi aquela apresentada pelas gramáticas descritivas, em que os dois termos oracionais são colocados em um mesmo grupo.

Argumentamos, então, que a separação desses elementos oracionais em dois grupos distintos não se justifica. Consideramos que eles podem ser tratados de maneira unificada, como pós-modificadores de substantivos.

Os resultados encontrados neste trabalho indicam a necessidade de se reverem os conceitos propostos pelas gramáticas normativas. A inconsistência entre o fato empírico e sua descrição linguística, ou seja, a incompatibilidade entre a língua em uso e a descrição dessa língua nos manuais didático-pedagógicos resulta em fator dificultador do processo de ensino/aprendizagem da língua portuguesa.

CAMPOS, Anya Karina; TENUTA; Adriana Maria. Post-modifiers of nouns: the distinction between noun complement and noun adjunct. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 110-141, 2014.

**ABSTRACT:** *This article discusses the relevance of the traditional separation of post-modifiers in noun phrases into two groups, complemento nominal (noun complement) and adjunto adnominal (noun adjunct) found in normative reference grammars. It presents the results of a usage-based corpus research and shows that the characteristics proposed as distinctive of these two types of units are not similarly identified in the data. The research results indicate that the most appropriate way of referring to those elements is to treat them, in a unified manner, as post-modifiers of nouns, since the supposedly distinctive features of noun complements and noun adjuncts are not taken into account, or are not triggered by language users when processing the prepositional phrases that constitute these post-modifiers.*

**KEYWORDS:** *Complement. Adjunct. Post-modifier. Corpora. Usage-based.*

## Referências

ABAURRE, Maria Luiza M.; PONTARA, Marcela. **Gramática:** texto, análise e contração de sentido. São Paulo: Moderna, 2006. 607p.

CAMACHO, Roberto Gomes et al. O substantivo. In: ILLARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2008. v. 2, 21-84p.

CASTILHO, Ataliba T. Demonstrativos. In. ILLARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2008. v. 2, 117-136p.

\_\_\_\_\_. **Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2010. 768p.

CASTILHO, Célia Maria Moraes de. Quantificadores indefinidos. In: ILLARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2008. v. 2, 137-162p.

CEGALLA, Domingos Pascoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 46. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 695p.

CHAFE, Wallace L. **Significado e Estrutura Linguística**. Tradução de Maria Helena de Moura Neves, Odette Gertrudes Luiza Altmann de Souza Campos e Sônia Veasey Rodrigues. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979. 376p.

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2006. 567p.

CUNHA, Celso; CINTRA Lindley. **A Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2007. 748p.

ILARI, Rodolfo *et al.* (2008) A preposição. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (Org.) **Gramática do Português Culto Falado do Brasil**. Vol. II: Classes de Palavras. Campinas, Ed. da Unicamp, 2008. v. 2, p. 626-808.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramáticas de Usos do Português**. São Paulo: Editora Unesp, 2000. 1037p.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp. 1992.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática Descritiva do Português**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2009. 380p.

\_\_\_\_\_. **Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Afiliada, 2010. 366p.

SACCONI, Luiz Roberto. **Novíssima Gramática Ilustrada**. 23. ed. São Paulo: Nova Geração, 2010a. 496p.

\_\_\_\_\_. **Nossa Gramática Completa**. 30. ed. São Paulo: Nova Geração, 2010b. 592p.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Villaça. **Gramática da Língua Portuguesa**. Coimbra: Almedina, 2001. 565p.

# AS BASES ACÚSTICA E ARTICULATÓRIA DAS TEORIAS DE PERCEPÇÃO DA FALA

Gustavo NISHIDA<sup>1</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é apresentar, a partir de uma pesquisa bibliográfica, duas soluções articulatórias para o problema da percepção da fala. Embora ambas sejam soluções articulatórias, mostramos que os primitivos de análise perceptual são de natureza distinta. Enquanto a Teoria Motora da Percepção da Fala (LIBERMAN; MATTINGLY, 1985) propõe uma saída mentalista e modular, a Teoria do Realismo Direto da Percepção da Fala (FOWLER, 1996) decide lidar com unidades reais. Além dessas diferenças, apresentamos como os componentes acústicos e articulatórios tomam lugar nas teorias: para a primeira, como o articulatório é de natureza mental, o sinal acústico é tido como um epifenômeno; por sua vez, a segunda considera o sinal acústico como parte integrante da percepção, pois a sua proposta é antes de tudo multissensorial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Primitivos da percepção da fala. Teoria motora da percepção da fala. Teoria do realismo direto da percepção da fala. Base acústica. Base articulatória.

## Introdução

Desde a década de 1950, com os estudos conduzidos por Liberman e seus colaboradores<sup>2</sup> nos Laboratórios *Haskins*,<sup>3</sup> há o chamado *problema* para a percep-

1 Professor do Departamento de Comunicação e Expressão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba. [nishida.gustavo@gmail.com](mailto:nishida.gustavo@gmail.com)

2 Tais estudos e reflexões estão reunidos em Liberman (1996[1957]).

3 Os Laboratórios *Haskins* são um instituto de pesquisa (privado e sem fins lucrativos) sobre fala, linguagem, leitura e suas bases biológicas. Foi fundado em 1935 e possui sede, desde 1970, em New Haven (Connecticut – EUA). Também apresenta filiação formal com a Universidade de Connecticut e a Universidade de Yale. Para mais informações sobre o instituto, visite [www.haskins.yale.edu](http://www.haskins.yale.edu).

ção da fala. Trata-se do fato de que nesse período, sob as premissas da linguística estruturalista, tais pesquisadores buscavam descobrir quais eram as pistas acústicas que promoviam distinção fonêmica das consoantes da língua inglesa, com o auxílio de um sintetizador de fala chamado *Pattern Playback*<sup>4</sup> (que convertia espectrogramas desenhados à mão em som). O problema reside justamente na descoberta de que os sons da língua inglesa não apresentavam uma relação de um para um entre o sinal acústico e a articulação realizada, i.e., não havia uma única característica acústica que promovesse a distinção de um /p/ de um /t/, uma vez que dentro da própria categoria fonêmica havia uma variação. Em outras palavras, tais achados mostravam que a consoante tinha suas transições alteradas a depender do contexto vocálico em que se encontrava. Para os autores, isso sugeria que a percepção da fala somente era possível se o ouvinte estivesse sendo guiado pela articulação e não pela audição, devido à falta de invariância do sinal acústico.

A proposta de que a percepção é guiada pela articulação e não pela audição é chamada de solução articulatória para o problema da percepção da fala. Ela surge a partir desses achados e promove a proposição de duas teorias para tratar do assunto: a Teoria Motora da Percepção da Fala (LIBERMAN; MATTINGLY, 1985) – doravante TM – e a Teoria do Realismo Direto de Percepção da Fala (FOWLER, 1996) – doravante TRD. Diante da extravagância dos primitivos teóricos (OHALA, 1996), há certa relutância em se aceitar tais hipóteses justamente pelo fato de essas propostas não nos serem intuitivas. Ora, é comum nos perguntarmos: se a fala é transmitida no meio acústico, como e por que percebemos as articulações? É claro, tal extravagância teórica não é amparada apenas com esses primeiros achados dos Laboratórios *Haskins*. Há evidências experimentais que sugerem a adoção de primitivos articulatórios para a análise da percepção da fala, tal como o Efeito *McGurk*<sup>5</sup> (MCDONALD; MCGURK, 1976).

4 Para obter informações sobre o funcionamento do *Pattern Playback* ver a Introdução e o Capítulo 2 de Liberman (1996[1957]).

5 Esse efeito será apresentado nas próximas seções.

Diante disso, temos por objetivo geral apresentar essas duas teorias de percepção da fala (TM e TRD), pois elas apresentam soluções distintas para o problema encontrado na década de 1950. Na seção seguinte, deixaremos clara a maneira como cada uma das teorias considera a contraparte acústica e articulatória da percepção da fala. Para realizar isso, apresentaremos as explicações de cada uma das teorias sobre o Efeito *McGurk*. A nossa proposta é a de que, por mais que o fenômeno de “perceber a fala” seja observacionalmente o mesmo, as teorias tomam os elementos acústicos e articulatórios como distintos, o que as faz incomensuráveis (KUHN, 1975[1962]).

Antes de avançar com o texto, é preciso salientar que nossa reflexão não traz novos dados para o debate. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com o intuito de deixar claro que as teorias sobre a percepção da fala consideram distintos os elementos envolvidos no “circuito comunicativo”. Isso se faz necessário por dois motivos: 1) para se ter em conta quais são os elementos de interesse para uma determinada teoria, de modo que os respectivos adeptos consigam conduzir suas pesquisas em sintonia com tais premissas teóricas; e 2) para que se tenha mais discussões acerca da pluralidade teórica na linguística (BORGES NETO, 2004).

## **Duas teorias de base articulatória para tratar a percepção da fala**

### **A Teoria Motora de Percepção da Fala**

As origens da TM datam da década de 1950 com os trabalhos de Liberman e colegas, nos *Laboratórios Haskins*. Nesses trabalhos inaugurais discutiam-se quais seriam os padrões acústicos responsáveis pela percepção de um dado som da fala. Os pesquisadores sugeriram que os padrões acústicos de fala sintetizada (tal como o *locus* das transições de consoantes oclusivas) tinham que ser alterados para que um “percept” fonético invariante fosse percebido

como uma categoria fonêmica em diferentes contextos. Tais observações provenientes desses dados apontavam para o fato de que os objetos da percepção não estariam no sinal acústico. Os objetos da percepção da fala talvez estivessem em processos motores simbólicos. Após aproximadamente 30 anos do levantamento dessa proposta, os autores estabelecem quais são as bases para uma teoria de percepção da fala de base articulatória. A versão mais conhecida da teoria é a de 1985, na qual os autores apresentam a sua versão revisada<sup>6</sup> (LIBERMAN; MATTINGLY, 1985).

A novidade com que é tratada a percepção da fala pela TM se dá basicamente por dois pontos adotados logo de saída. O primeiro deles se refere aos objetos da percepção, que seriam gestos fonéticos pretendidos pelo falante. Tais gestos seriam “representados no cérebro como comandos motores invariáveis que ‘chamam’ os movimentos dos articuladores em certas configurações linguisticamente significativas” (LIBERMAN; MATTINGLY, 1985, p. 237).

É preciso, contudo, deixar claro aqui que a proposta da TM assume a dicotomização entre os elementos fonéticos e fonológicos da gramática fônica da linguagem. Ou seja, no âmbito fonético, assume-se que os “comandos motores invariáveis” seriam a realidade física subjacente às noções fonéticas tradicionais, i.e., trata-se de um olhar mais minucioso (uma tentativa de trazer mais elementos físicos para as representações) sobre o que estaria por trás da realização fonética (ou implementação) de um som. Por sua vez, no âmbito fonológico,

[...] os gestos por si só devem ser vistos como grupos de traços, tais como “labial”, “oclusivo”, “nasal”, mas esses traços são atributos dos eventos gestuais, não eventos em si. Perceber uma sentença, então, é perceber um padrão específico de gestos pretendidos. (LIBERMAN; MATTINGLY, 1985, p. 238)<sup>7</sup>

---

6 Em Nishida (2012) apresento como se dá o processo de “construção” da versão revisada, que só foi possível após alguns marcos teóricos como Chomsky e Halle (1968) e Fodor (1983).

7 No original: “[Phonologically, of course,] the gestures themselves must be viewed as groups of features, such as ‘labial’, ‘stop’, ‘nasal’, but these features are attributes of the gestural events, not events as such. To perceive an utterance, then, is to perceive a specific pattern of intended gestures”.

Em outras palavras, pode-se notar que a concepção de gestos pretendidos surge como uma solução para os efeitos de coarticulação que fazem com que os gestos não fossem manifestados diretamente no sinal acústico ou em movimentos articulatórios observáveis ou implementados.

O segundo ponto proposto pela teoria é o referente ao fato de que produção e percepção da fala são tomados como intimamente ligadas. Isso se dá (e só seria possível) porque elas devem compartilhar de um mesmo conjunto de invariantes, i.e., para a proposta, o *link* entre a produção e a percepção não pode ser uma associação aprendida. Para os autores, ela é inatamente especificada, requerendo “apenas desenvolvimento epigenético para trazê-la à tona” (LIBERMAN; MATTINGLY, 1985, p. 238). Esse ponto da teoria, claramente de influência gerativo-transformacional, considera a fala especial e, por isso, como sendo passível de tratamento modular:

Neste ponto, a percepção dos gestos ocorre em um módulo especializado, importantemente diferente do módulo auditivo, responsável também pela produção de estruturas fonéticas, e parte da grande especialização da linguagem. (LIBERMAN; MATTINGLY, 1985, p. 238)<sup>8</sup>

Em suma, pode-se dizer que a saída dos autores para a falta da invariância acústica dos fonemas de uma dada língua é a de propor símbolos subjacentes à produção que, mesmo sem pistas presentes durante a sua realização física, seriam recuperados por estruturas modulares que fariam “a conversão do sinal acústico para o gesto automaticamente” (LIBERMAN; MATTINGLY, 1985, p. 238). Para entender melhor como se dá essa “conversão” do sinal acústico em gesto, os autores definem módulo como uma “estrutura neural especial, desenhada para tomar vantagem sistemática, mas apenas de uma única relação entre um *display* proximal de um órgão do sentido e alguma propriedade de um

8 No original: “On this claim, perception of the gestures occurs in a specialised mode, different in important ways from auditory mode, responsible also for the production of phonetic structures, and part of the larger specialization for language”.

objeto distal” (LIBERMAN; MATTINGLY, 1985, p. 241). Como se pode notar, a existência de um módulo específico para a fala garante que:

[...] um resultado em todos os casos é que não há, primeiro, uma representação cognitiva do padrão proximal que é modalmente geral, seguido pela tradução de uma propriedade distal particular; ao invés disso, a percepção de uma propriedade distal é imediata, isso significa que o módulo fez todo o trabalho pesado. (LIBERMAN; MATTINGLY, 1985, p. 241)<sup>9</sup>

Como se pode notar, a TM propõe um tratamento diferente para a percepção da fala, uma vez que

[...] a percepção da fala não é explicada por princípios que se aplicam à percepção de sons em geral, mas deve, ao contrário, ser vista como uma especialização para os gestos fonéticos. Incorporar uma conexão biologicamente baseada entre a percepção e a produção é uma especialização que impede os ouvintes de tomar o sinal como sons ordinários, mas permite que eles usem a relação sistemática, ainda especial, entre sinal e gesto para perceber o gesto. A relação é sistemática porque resulta de uma dependência de fidelidade entre os gestos, movimentos articulatórios, formatos de cavidade oral e sinal acústico. Ela é especial porque ocorre apenas na fala. (LIBERMAN; MATTINGLY, 1985, p. 240-241)<sup>10</sup>

---

9 No original: “A result in all cases is that there is not, first, a cognitive representation of the proximal pattern that is modality-general, followed by translation to a particular distal property; rather, perception of the distal property is immediate, which is to say that the moule has done all the hard work”.

10 No original: “[...] speech perception is not to be explained by principles yhat apply to perception of sounds in general, but must rather be seen as a specialization for phonetic gestures. Incorporating a biologically based link between perception and production, this specialization prevents listeners from hearing the signals as an ordinary sound, but enables them to use the systematic, yet special, relation between signal and gesture to perceive the gesture. The relation is systematic because it results from lawful dependencies among gestures, articulators movements, vocal-tract shapes, and signal. It is special because it occurs only in speech”.

O que deve ficar claro é o tratamento especializado que a TM dá à fala ao se basear em uma abordagem modular. Essa proposta, além do poder explicativo proporcionado, dá conta da questão com que toda teoria de percepção da fala vai se deparar: como dar conta da falta de relação biunívoca entre os padrões acústicos e as categorias fonêmicas? Para a TM só há uma saída possível para lidar com essa questão: “os padrões acústicos proximais devem ser os objetos distais percebidos. Embora a relação entre o gesto e o sinal acústico não seja estreita [...]” (LIBERMAN; MATTINGLY, 1985, p. 238). Para os proponentes da teoria, essa relação só pode ser garantida ao assumir os gestos pretendidos como primitivos da percepção.

Por sua vez, a especialidade da fala se manifesta não só na falta da relação biunívoca entre pistas acústicas e uma categoria fonêmica. Os autores sugerem que é possível propor que o *timing* dos gestos realizados não é o mesmo dos gestos envolvidos em um dado símbolo, i.e., nível simbólico e implementacional não precisam necessariamente estarem estreitamente ligados. Em suas palavras:

[...] os movimentos dos gestos em decorrência de um único símbolo não são tipicamente simultâneos, e os movimentos decorrentes de símbolos sucessivos sempre se sobrepõem extensivamente. Esta coarticulação significa que a mudança do formato do trato vocal, e, por consequência, o sinal resultante, é influenciado por vários gestos ao mesmo tempo. Portanto, a relação entre gesto e sinal é sistemática de uma maneira que é peculiar à fala. (LIBERMAN; MATTINGLY, 1985, p. 238-239)<sup>11</sup>

Esse olhar diferenciado sobre a fala sugere que um mesmo gesto pode possuir mais de um correspondente acústico. Essa “saída” daria conta, por exemplo, do fato de que as transições das consoantes variassem de acordo

<sup>11</sup> No original: “[...] the movements for gestures implied by a single symbol are typically not simultaneous, and the movements implied by successive symbols often overlap extensively. This coarticulation means that the changing shape of the vocal tract, and hence the resulting signal, is influenced by several gestures at the same time. Thus, the relation between gesture and signal, though certainly systematic, is systematic in a way that is peculiar to speech”.

com o contexto (vogal adjacente à consoante). Em suma, isso garantiria o fato de que percebemos os gestos pretendidos (e não os realizados) como sendo uma mesma consoante.

## A Teoria do Realismo Direto de Percepção da Fala

Uma segunda saída para o problema da percepção da fala é a saída articulatória da Teoria do Realismo Direto da Percepção da Fala (TRD) de Fowler (1996). Para sistematizar a proposta da teoria, vamos tomar como referência Fowler (1996). É preciso salientar essa questão por dois motivos: 1) a TRD se encontrava “dispersa” em trabalhos de natureza experimental que apontavam para um tratamento de natureza realista sobre a percepção; 2) é com essa publicação que a autora sistematiza sua proposta em decorrência de uma “confusão” que Ohala (1996) havia feito ao considerar TM e TRD como equivalentes, i.e., tratava-se, segundo Ohala, de teorias extravagantes sobre a percepção da fala pois tomavam como primitivos a articulação e não os sons.<sup>12</sup>

De maneira sintética, pode-se dizer que a TRD considera a percepção da fala a partir de duas premissas: uma relacionada à natureza dos primitivos de percepção da fala; e outra, aos indivíduos. Passemos a cada uma delas separadamente.

Primeiramente, Fowler assume que “os gestos fonológicos são ações públicas<sup>13</sup> do trato vocal que causam estrutura nos sinais acústicos da fala” (1996, p. 1731). Isso significa que, ao contrário da TM, os gestos do trato vocal possuem propriedades invariantes próprias e seriam eles mesmos os

---

12 É preciso salientar, ainda, que TM e TRD parecem não competir. As disputas se dão mais entre uma abordagem acústica contra uma articulatória. Por este motivo, não apresentaremos aqui contra-argumentações entre TM e TRD pelo simples fato de elas não existirem. Aos interessados em conhecer mais a disputa entre uma abordagem acústica e uma articulatória ver Ohala (1996), Fowler (1996) e Diehl, Lotto e Holt (2004).

13 A autora considera os gestos fonológicos como *ações públicas* pelo fato de eles serem reais.

componentes fonológicos de uma sentença: Uma vez que há propriedades articulatórias invariantes, há “resultados” acústicos especificados que permitem que a percepção das propriedades fonológicas seja direta, i.e., não haveria um módulo específico fazendo o “trabalho pesado” de traduzir os estímulos acústicos em intenções (articulatórias) do falante.

Com relação aos indivíduos, a TRD assume que os usuários de uma língua percebem os gestos porque os sistemas perceptuais têm uma função universal de perceber as causas do mundo real em mídias como a luz, o ar e as superfícies. Em outras palavras, há aqui uma mudança de concepção com relação aos indivíduos, trata-se de seres que percebem o seu nicho de sobrevivência. Isto é, por sermos percebedores,<sup>14</sup> percebemos a fala (e o mundo em geral) de maneira real e direta pois isso promove sobrevivência.

Essas premissas acentuam um ponto de discordância com relação à TM. Trata-se do fato de a TRD não tomar a percepção da fala como especial. Para Fowler (1996), não há motivo para se propor sistemas especializados para tratar de cada sentido animal. Sua abordagem sugere que um sistema motor de percepção da fala funciona a partir de um mesmo princípio que um para percepção visual do sistema de locomoção: os seres percebem os movimentos reais, sejam eles referentes à fala ou à visualização dos movimentos envolvidos na locomoção, porque os seres captam as informações de seu nicho de maneira direta e real.

Uma maneira de compreender a proposta da TRD é considerar que a percepção direta dos gestos reais obedece a funções universais de percepção. Para isso, a autora utiliza a proposta realista e evolucionista dos “sistemas perceptuais” de Gibson (1966). Essa proposta sugere que os seres em geral percebem seu nicho de maneira direta e multissensorialmente para promover a sobrevivência da espécie.

O que se pode notar a partir dessas premissas é que a autora tenta inserir conhecimentos sobre outros sentidos para compreender a percepção da

---

14 Fowler utiliza a palavra *perceiver*.

fala. Ao fazer isso, Fowler diminui ainda mais as “distâncias” entre os dados de produção e percepção da fala, sintonizando os achados acerca da produção e percepção da fala. O que queremos dizer com isso é que a autora se filia a uma teoria de percepção mais ampla. Da mesma forma que a TM se vê revisada a partir de marcos teóricos (mencionados anteriormente), a TRD fundamenta a proposta de que percebemos os gestos reais do trato vocal a partir das teorias de produção da fala desenvolvidas por Fowler e Saltzman (1993) e de fonologia de Browman e Goldstein (1986, 1992).

O que o leitor deve estar se perguntando a essa altura da exposição da proposta da TRD é como os dados sobre a fala podem ser acomodados em uma teoria geral de percepção.

Primeiramente, Fowler (1996) sugere que tudo que percebemos é decorrente de eventos públicos presentes no ambiente ou nicho de atuação do percebedor. Tais eventos provêm informações que dão pistas para a sobrevivência dos animais, uma vez que, através de investigação empírica, os animais (ou percebedores) coletam tais informações para guiar suas ações.

As informações que guiam a ação dos seres são coletadas pelos sistemas perceptuais independentemente da mídia que veicula as informações sobre a sua fonte de estimulação. Para a proposta, só há sobrevivência se os órgãos do sentido perceberem o que causou os estímulos e não as mídias que “transportam” tais pistas, i.e., “essencialmente para sua sobrevivência, eles percebem os componentes do seu nicho que causaram essa estrutura” (FOWLER, 1996, p. 1732). Esse aspecto da teoria é inovador por salientar o interesse pela multissensorialidade para compreender a percepção da fala.

Ao fim, Fowler embasa sua proposta de que percebemos gestos reais diretamente com o argumento sobre a seleção natural:

Esses sistemas perceptuais foram moldados pela seleção natural para obedecerem à função de familiarizar os percebedores com os componentes de seus nichos. A percepção auditiva apenas pode ser selecionada para a mesma função. Não há

vantagem de sobrevivência em ouvir ar estruturado, mas há vantagem, por exemplo, para localizar um animal pesado fora do campo de visão e para detectar de uma maneira, com relação a si mesmo, que se trata de algo pesado. (FOWLER, 1996, p. 1732)<sup>15</sup>

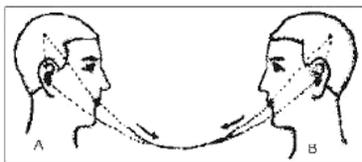
Em suma, a proposta da TRD de se adotarem primitivos perceptuais como gestos reais está em sintonia com uma abordagem dita ecológica (influenciada por Gibson – 1966), pois tenta dar conta da percepção dos sons da fala sem considerá-la especial ou com características exclusivas. A autora tenta relacionar a sua teoria a questões de ordem evolutiva, uma vez que perceber diretamente os gestos e o ambiente promove a sobrevivência dos seres.

## **O que é o acústico e o articulatório para cada uma das teorias de percepção da fala**

Após a apresentação esquemática da TM e da TRD, trataremos nesta seção de como cada uma das teorias considera os aspectos acústicos e articulatórios no processo de percepção da fala. Para realizar essa discussão é importante não perder de vista que o fenômeno de perceber a fala deve ser visto como o mesmo para todas as abordagens. O que muda para cada uma delas é o estatuto que se dá para cada um dos processos envolvidos durante o processo perceptual. Diante disso, podemos dizer que todas as teorias têm que levar em conta que perceber a fala envolve pelo menos três processos físico-fisiológicos.

---

15 No original: “These perceptual systems were shaped by natural selection to serve the function of acquainting perceivers with components of their niches. Auditory perception can only have been selected for the same function. There is no survival advantage to hearing structured air, but there is an advantage, for example, to locating a large lumbering animal out of view and to detecting which way, in respect to one’s self, it is lumbering”.



**Figura 1:** Circuito comunicativo entre A e B proposto por Saussure (1969, p. 19).

Considerando a Figura 1, acima, podemos dizer que, primeiramente, é indispensável que tenhamos um falante (A) que é considerado a fonte de emissão da fala. Esse indivíduo, com o auxílio de seus órgãos e articuladores, faz com que seu aparelho fonador ressoe e produza sons que, em segundo lugar, serão transmitidos pelo ar até os ouvidos de seu interlocutor. Terceiro, também é fundamental levar em conta que para se perceber a fala precisamos de um ouvinte (B)<sup>16</sup> que receba e interprete essas vibrações do ar.

Essas condições são as mesmas para todas as teorias. Em outras palavras, estamos dizendo que o fenômeno de perceber a fala é o mesmo para todas elas, uma vez que é inegável que há o envolvimento da movimentação de articuladores (uma contraparte articulatória) que promovem vibrações das partículas de ar que, por sua vez, são transmitidas (uma contraparte acústica) até os ouvidos de um receptor presente num dado momento comunicativo.<sup>17</sup>

O que queremos apresentar nas linhas a seguir é que esse mesmo fenômeno de perceber a fala tem seus elementos tomados de maneira distinta a depender da teoria que o está considerando. Focaremos principalmente nos papéis assumidos pelas contrapartes acústica e articulatória envolvidas no processo de percepção e produção da fala.

---

<sup>16</sup> Nessa abordagem de natureza psico-física sobre a percepção da fala, é possível falar em ouvinte. Uma abordagem de base realista e, conseqüentemente, mais ampla é preciso falar em percebedores, já que se trata de seres que percebem o mundo multissensorialmente.

<sup>17</sup> É claro que é possível perceber fala através de outros meios, como via telefone, por gravações ou pela interceptação de uma mensagem que não foi endereçada diretamente aos nossos ouvidos (i.e., quando se escuta a conversa de outra pessoa). No entanto, o que não devemos perder de vista é que em todos esses casos alguém estava produzindo fala para alguém ouvir, i.e., há uma contraparte articulatória e uma acústica.

Por exemplo, no período Estruturalista, o meio acústico era visto como um canal de transmissão de informações. Nesse domínio, era esperado que os invariantes perceptuais fossem encontrados, pois assim o sistema fonológico de uma dada língua conseguiria representar as distinções suficientes e necessárias para a transmissão satisfatória de uma mensagem para um dado destinatário. Tais considerações sobre o conteúdo informativo (e distintivo) das mensagens estão presentes nas páginas iniciais dos *Preliminaries of Speech Analysis* (JAKOBSON; FANT; HALLE, 1952):

Qualquer distinção mínima carregada pela mensagem coloca o ouvinte diante de uma situação de duas escolhas. Dentro de um determinado idioma cada uma das oposições tem uma propriedade específica que a diferencia de todas as outras. O ouvinte é obrigado a escolher ou entre duas qualidades polares de uma mesma categoria, tais como grave *versus* agudo, compacto *versus* difuso, ou entre a presença e ausência de uma certa qualidade, tais como vozeado *versus* não vozeado, nasalizado *versus* não nasalizado, incisivo *versus* raso (plano). (JAKOBSON; FANT; HALLE, 1952, p. 3)<sup>18</sup>

Ainda mais, a procura por unidades mínimas distintivas (tanto para a produção quanto para a percepção da fala) era justificada pelo fato de os usuários da língua terem acesso exclusivamente ao meio acústico. Diante disso, esse domínio passa a ser o foco dos estudos do período, uma vez que a contraparte acústica do processo de produção da fala em um dado sistema comunicativo passa a ser considerada fundamental (e a única saída) para tratar a percepção.

É importante notar que, ao se olhar exclusivamente para a mensagem, deixa-se de lado o ouvinte envolvido no processo perceptual. Melhor dizendo: o ouvinte possui um papel passivo na percepção da fala. Isto é, considerando

---

18 No original: “Any minimal distinction carried by the message confronts the listener with a two-choice situation. Within a given language each of these opposition has a specific property which differentiates it from all the others. The listener is obliged to chose either between two polar qualities of the same category, such as grave vs. acute, compact vs. diffuse, or between the presence and absence of a certain quality, such as voived vs. unvoiced, nasalised vs. non-nasalized, sharpened vs. Non-sharpened (plain)”.

que todas as distinções já estão presentes no domínio acústico, o destinatário apenas recebe passivamente a mensagem através desse meio (canal).

Antes de passarmos às considerações articulatórias dos períodos seguintes, é preciso salientar (principalmente ao leitor atento) que, ao nos debruçarmos sobre o domínio articulatório, é possível notar que desde o Estruturalismo já há a utilização do termo gesto, que hoje nos remeteria diretamente (e, por consequência, anacronicamente) a uma abordagem de natureza articulatória sobre a linguagem. Entretanto, nesse período o termo gesto era tratado de outra maneira. E esse é o ponto interessante para a discussão realizada aqui. Em suma, falava-se de gesto muito mais como sinônimo de movimento, que, devido às propostas estruturalistas, não apresentava relevância linguística, i.e., não produzia distinções fonológicas. Isso se deve ao fato de que o movimento dos articuladores estava vinculado muito mais à fonética do que à fonologia, i.e., o gesto estava vinculado ao que se produzia e não ao que se acreditava realizar (TROUBETZKOY, 1970[1939]).

De modo distinto do período estruturalista, o Gerativismo imprime um outro olhar para o sinal acústico e para as articulações. Embora fonética e fonologia apresentassem uma tímida tentativa de tratar aspectos fonéticos como fonológicos na proposta do *Sound Pattern of English* (SPE) (CHOMSKY; HALLE, 1968), o sinal acústico continua tratado como epifenômeno dentro do processo de produção e percepção da fala.

Do ponto de vista da produção da fala, o sinal acústico é o resultado físico de toda a implementação motora dos símbolos que compõem a gramática fonológica das línguas, i.e., trata-se do resultado da realização motora das regras simbólicas envolvidas nas transformações mentais e abstratas que precedem a enunciação. Do ponto de vista da percepção, o sinal acústico será o estímulo proximal que alimentará a mesma gramática fonológica a partir da audição. Em seguida, fazendo uso de transformações, o módulo fonético traduzirá os estímulos proximais para que se recuperem os estímulos distais,

i.e., o módulo fonético fará com que essa parte física (as ondas sonoras) seja convertida em símbolos de base articulatória. Para a TM, tais articulações sequer precisam ser realizadas, uma vez que o módulo fonético consegue recuperar o comando neuromotor (o gesto) pretendido.

Como se pode notar, ao contrário do estruturalismo, o usuário da língua do gerativismo possui papel importante no que concerne à implementação das regras armazenadas (como representações mentais) que geram a cadeia da fala. E estando esse falante em “posse” de um sistema que converte símbolos de base articulatória (tal como a proposta de Chomsky e Halle (1968)) em ondas sonoras, nada mais esperado que o ouvinte (um interlocutor num dado momento comunicativo qualquer), também “equipado” pelo mesmo sistema que converte símbolos em ondas sonoras e ondas sonoras em símbolos, consiga recuperar as articulações pretendidas pelo emissor de uma mensagem.

Em outras palavras, cabe ao interlocutor (o ouvinte) perceber o dado articulatório, pois o sinal acústico é considerado consequência da articulação. Esse aspecto confere ao domínio acústico um lugar secundário no processo de percepção da fala. Em suma, no gerativismo, há um ouvinte parcialmente ativo, porque ele recebe o sinal acústico e o módulo fonético faz todo o trabalho de recuperar os estímulos distais (as articulações pretendidas) através da recepção e tradução dos estímulos proximais (as ondas sonoras) a partir de regras fonológicas. A citação de SPE salienta a preocupação de que a fonologia dê conta tanto da produção quanto da percepção, evidenciando uma tentativa de integrar na fonologia alguns aspectos tradicionalmente tidos como fonéticos:

Dada a estrutura superficial de uma sentença, as regras fonológicas de uma língua interagem com certas restrições fonéticas universais para derivar todos os fatos determinados gramaticalmente sobre a produção e a percepção desta sentença. (CHOMSKY; HALLE, 1968, p. 293)<sup>19</sup>

---

19 No original: “Given the surface structure of a sentence, the phonological rules of the language interact with certain universal phonetic constraints to derive all grammatically determined facts about the production and perception of this sentence”.

Seguindo essa lógica, ao pensarmos no domínio articulatório da produção e percepção da fala, a TM gramaticaliza o gesto, porque ele passa a fazer parte da fonologia da língua. Nesse modelo, o gesto (ainda concebido como o movimento pretendido dos articuladores) assume as características estáticas, mentais e simbólicas compatíveis com a abordagem gerativo-transformacional de SPE.

A partir da proposta da Fonologia Articulatória (FAR) (BROWMAN; GOLDSTEIN, 1992), poderíamos conjecturar que o sinal acústico não seria importante para o desenvolvimento da teoria. Do ponto de vista da sua proposta de base dinâmica, a FAR tinha como objetivo tratar dos aspectos puramente articulatórios da produção da fala – ou da ação envolvida na sua produção (GOLDSTEIN; FOWLER, 2003). No entanto, ao considerarmos as propostas da TRD, conseguimos notar que o domínio acústico desempenha papel fundamental na efetivação do processo comunicativo, i.e., é possível notar que tanto o domínio acústico quanto o articulatório devem ser tomados como fundamentais para a produção e percepção da fala.

Contrariamente às abordagens estritamente auditivas dos estruturalistas e simbólicas dos gerativistas, a dinâmica sugere que, embora o primitivo acional e perceptual sejam de base articulatória e real, o sinal acústico possui uma posição de suma importância para a transmissão das informações acerca dos movimentos realizados pelos articuladores no interior do trato vocal. As ondas sonoras são fundamentais para que os estímulos sejam interceptados pelos usuários da língua a partir da estimulação dos órgãos do sentido que compõem o sistema (multi)perceptual humano.

Por exemplo, um indivíduo tem a tarefa de articular um determinado som da sua língua. Ele o faz através da imagem mental que tem estocada e que é relativa ao conjunto dos articuladores que têm de ser acionados para o cumprimento dessa tarefa. Aliado a isso, o falante sabe qual é o tempo de ativação de cada articulador, a maneira como cada articulador se coordena com os demais e o movimento que esse articulador tem de descrever (e.g.,

ele pode se encostar totalmente noutro para realizar uma plosiva ou apenas se aproximar maximamente dele para produzir fricção suficiente para a realização de uma fricativa). Toda essa complexa organização das tarefas envolvidas produz o sinal acústico que “carrega” ao receptor da mensagem todas essas informações que têm de ser interceptadas por ele, para que ele consiga “perceber” o que foi articulado.

Como se pode notar, acústico e articulatório são fundamentais para a percepção da fala no arcabouço da TRD. Ao contrário de se falar em decodificação ou tradução das informações articulatórias presentes no sinal acústico, é preciso tratar a percepção como um processo ativo de interceptação dos estímulos disponíveis nas mídias informacionais que carregam as características dos movimentos realizados pelos usuários das línguas. É essa característica direta e realista que possibilita a incorporação da variável tempo nas representações fonológicas que, por sua vez, é percebida pelos usuários de uma determinada língua.

Mais detalhadamente, a TRD propõe que o indivíduo que “percebe” o sinal acústico tem de depreender dele relações temporais entre os movimentos dos articuladores. Tais variações de relações temporais fazem com que se percebam, por exemplo, as diferenças entre um /l/ de início de sílaba ou palavra como *light* e um de coda silábica ou de final de palavra como *dark*. Sproat e Fujimura (1993) não trabalharam com análises perceptuais sobre a natureza ora *light* e ora *dark* do /l/ da língua inglesa. A questão de seu trabalho não era se havia variantes *dark* ou *light*, e, sim, se só havia essas variantes. Se pensarmos categoricamente e se assumirmos essa hipótese bigestual de organização das laterais do inglês, é indiscutível que as diferentes relações temporais são veiculadas pelo sinal acústico e, conseqüentemente, percebidas. Para se corroborar essa hipótese ainda é preciso verificar se os usuários da língua percebem as diferenças gradientes que se distribuem no *continuum* entre uma categoria e outra.

Por fim, falta ainda mencionar que a proposta da TRD de dar importância de mesmo peso para os níveis acústico e articulatorio só é viável se os envolvidos na percepção da fala forem tidos como usuários ativos da língua. Ao contrário da percepção passiva do estruturalismo e parcialmente ativa do gerativismo, o percebedor da TRD se desloca em seu nicho em busca de informações nas mais diferentes mídias (ar, tato ou luz refletida) para interceptar as fontes dos estímulos que alimentam os sistemas perceptuais. Ou seja, como os usuários são ativos, eles buscam outras fontes de estimulação na ausência de informações em uma das mídias. Essa é a base de um sistema multimodal de percepção que o faz totalmente distinto da abordagem abstrata, simbólica e estática da TM. Um exemplo disso é quando tentamos conversar em um ambiente com um som muito alto. Diante dessa situação, imediatamente (e ativamente) buscamos informações visuais com relação aos movimentos dos articuladores de nosso interlocutor. Isso somente é possível se considerarmos a percepção como um sistema complexo que tem suas modalidades perceptuais ajustadas (e integradas) em decorrência das alterações (in)disponibilizadas pelo ambiente.

## **Um fenômeno com duas interpretações**

Uma maneira de entender como as teorias de percepção da fala consideram os elementos acústicos e articulatorios envolvidos na sua produção e recepção é tomar um fenômeno comentado por cada uma das abordagens e mostrar como elas lidam com esses componentes de maneira distinta. Antes de prosseguirmos com a apresentação e considerações acerca do Efeito McGurk (MCDONALD; MCGURK, 1976), é preciso deixar claro que essa disputa entre TM e TRD não existe – pelo menos publicamente (DASCAL, 2006). Nosso objetivo é deixar claro como cada uma das teorias considera tais elementos envolvidos na percepção da fala. Voltamos a dizer: tais considera-

ções se fazem necessárias para que os estudos perceptuais sejam teoricamente embasados, uma vez que, sendo teoricamente orientados, pode haver coleta maior de dados em benefício de uma teoria ou a testagem dela. Diante disso, passaremos agora ao Efeito McGurk (doravante EM) para depois argumentar como cada uma das teorias lida com ele.

McDonald e McGurk (1976) publicam os resultados de um experimento que inaugura um olhar multimodal sobre a percepção da fala. Nesse estudo, os autores solicitavam que os participantes, num primeiro momento, ouvissem amostras de sílabas e identificassem o que estava sendo ouvido. Num segundo momento, os indivíduos eram solicitados a assistirem a um vídeo com o rosto de uma pessoa produzindo tais sílabas. A novidade dessa segunda etapa é que a imagem estava dublada por outras sílabas.

Por exemplo, o experimento consistia de duas etapas: uma auditiva e outra visual. Na auditiva, os participantes ouviam apenas estímulos sonoros tais como as sílabas [baba]. Sistemáticamente, os participantes as identificavam como [baba]. O mesmo ocorria para [dada] e [gaga]. No entanto, na fase visual, os informantes experienciavam uma versão dublada: o vídeo mostrava uma pessoa articulando [baba], mas com o áudio de [gaga]. Ao presenciarem essa versão dublada do estímulo visual, os informantes diziam ter percebido [dada]. Na Tabela 1, abaixo, é possível verificar uma sùmula do experimento.

**Tabela 1:** Sùmula dos resultados do Efeito McGurk

<b>Estímulos dublados</b> Áudio: [baba] Vídeo: [gaga]	
<b>RESPOSTAS</b>	
<i>Estímulo acústico</i>	<i>Estímulos visual e acústico (dublado)</i>
[baba]	[dada]

Como se pode notar, o EM se mostra um problema para teorias de percepção da fala que apenas lidam com o sinal acústico, uma vez que, se a percepção fosse unissensorial (ou de exclusividade auditiva), perceber-se-ia apenas o sinal acústico, i.e., ao presenciar a imagem dublada, os indivíduos identificariam as sílabas pronunciadas sem “interferência” dos aspectos visuais.

Para a TM (LIBERMAN; MATTINGLY, 1985), o EM é uma prova cabal para a existência de um processamento modular e especial para a fala. Ao considerarem que há divergência entre sinal físico e real dos domínios acústico e visual-articulatório, a saída é considerar que a fonte da percepção (ou o estímulo distal) esteja na mente do usuário da língua. Em outras palavras, se os elementos físicos relevantes para a percepção não estão no sinal acústico e tampouco no visual, só podem estar na mente.



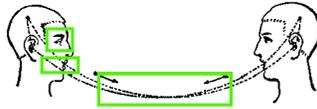
**Figura 2:** A mente é o domínio de interesse para a TM.

Considerando a Figura 2, podemos sugerir que, em vez de se procurarem os dados relevantes para a percepção da fala no domínio acústico (como se pretendia no Estruturalismo), a TM está interessada em buscar os elementos simbólicos (mentais) subjacentes à percepção da fala. Isto é, o EM seria o caso que comprova a falta de relação biunívoca entre o sinal acústico e a articulação realizados (implementados) e o nível simbólico da linguagem.

Em contrapartida, a TRD (FOWLER, 1996) busca interpretações a partir dos elementos reais da fala. Para essa teoria, os indivíduos percebem [da] nos dados dublados por que deve haver alguns elementos compartilhados multissensorialmente entre os estímulos experienciados. A explicação endossada pela autora é a mesma exposta por McDonald e McGurk (1976): percebe-se [d] nos estímulos dublados pois deve haver elementos acústicos

compartilhados entre [b] e [d] (pois os estímulos auditivos são [b]) e elementos visuais compartilhados entre [g] e [d] (pois os estímulos visuais são [g]); diante disso, [d] seria o candidato que melhor equaciona o “desencontro” entre as informações acústicas e visuais.

Ainda mais, o dado mais interessante para a abordagem realista de Fowler está na pequena parcela dos informantes do experimento que acabaram percebendo [bagba]. Essa resposta sugere que os indivíduos estão percebendo os estímulos auditivos e visuais (articulatórios) ao mesmo tempo. Trata-se de um ponto importante para a adoção de um olhar multissensorial sobre a percepção da fala.



**Figura 3:** Os domínios de interesse para a TRD são a audição e visão (articulação).<sup>20</sup>

Como se pode notar, a TRD busca suas interpretações com as informações reais e disponíveis aos usuários da língua. Para essa teoria, ao contrário da abordagem mentalista da TM, interessam os domínios acústicos e visuais (articulatórios). Trata-se de uma abordagem realista que busca a integração de todos os sentidos como um sistema multissensorial (GIBSON, 1966), i.e., há uma “expansão” dos domínios de interesse da teoria: enquanto para a TM os elementos acústicos e articulatórios são epifenômenos devido ao seu ponto de partida nitidamente mentalista, a TRD contempla em suas explicações os elementos reais disponíveis a mais de um domínio sensorial.

<sup>20</sup> Aqui apenas dissemos que os domínios de interesse para a TRD são a audição, visão e a articulação. Apenas lidamos com esses domínios como uma estratégia didática para que consigamos comparar as teorias de alguma forma. Frisamos isso pelo fato de a proposta da TRD estar em sintonia com a de Gibson (1966). Nela, todos os sentidos são interessantes, pois não se trata de perceber apenas a fala; trata-se de se perceber o mundo.

## **Considerações finais**

O objetivo deste trabalho é o de trazer à luz algumas teorias de percepção da fala. Como foi possível notar em seu desenvolvimento, as teorias cotejadas aqui poderiam, em princípio, ser tidas como soluções articulatórias para o problema da falta de relação biunívoca entre a articulação e o sinal acústico dos sons. Contudo, um olhar minucioso sobre as propostas teóricas faz com que notemos que as teorias tratam da percepção de maneira distinta, de modo que as contrapartes acústicas e articulatórias de se perceber a fala ganham lugares distintos para cada uma delas. Vale lembrarmos o olhar estritamente direcionado para os fenômenos acústicos do período estruturalista, que desconsiderava o receptor de uma mensagem como responsável pela sua decodificação.

Em contrapartida, a abordagem de base gerativo-transformacional da TM propõe um ouvinte parcialmente ativo que tem por objetivo converter a mensagem acústica em símbolos de base articulatória a partir de regras fonológicas que fazem essa tradução. Aqui, o sinal acústico estimula o sistema perceptual dos ouvintes para que se percebam as articulações pretendidas pelo falante da língua. Ou seja, o domínio acústico é um epifenômeno. O importante para essa teoria é a abstração articulatória pretendida no momento em que se produz a fala.

Por sua vez, há o olhar da TRD que busca os invariantes articulatórios reais que são transmitidos pelo sinal acústico. Nessa perspectiva, os usuários da língua são considerados seres ativos no processo de percepção da fala, pois os percebedores interceptam o sinal acústico em busca de informações acerca do seu ambiente de sobrevivência. Em outras palavras, tanto os aspectos acústicos quanto os articulatórios são importantes para a TRD. Ainda mais, por influência de Gibson (1966), todos os sentidos passam a ser relevantes para a percepção dos seres. Trata-se de um olhar multimodal (e multissen-

sorial) sobre a percepção, i.e., a percepção da fala é entendida de maneira não especial,<sup>21</sup> mas sim como uma capacidade ecológica que integra todos os sistemas perceptuais disponíveis nos seres (ROSENBLUM, 2005).

Em suma, numa abordagem dinâmica, o gesto assume *status* central no modelo. O gesto passa a ser também o movimento real do articulador, não apenas o pretendido, tal como queria a TM.

Por fim, consideramos que saber essas diferenças acerca das teorias de percepção da fala faz com que os fonólogos interessados em percepção comecem a tratá-la dentro dos respectivos arcabouços teóricos, pois, como se pode ver neste trabalho, o primitivo de análise fonológica assumido pelas teorias parece estar em sintonia com os primitivos de percepção da fala propostos pelas respectivas abordagens teóricas.

NISHIDA, Gustavo. Acoustic and articulatory basis of speech perception theories. **Revista do Gel**, v. 11, n. 1, p. 142-167, 2014.

**ABSTRACT:** *The main issue of this paper is to shed some light on two articulatory solutions to the speech perception problem by comparing different approaches available in the literature. Although both are articulatory solutions, we argue that the perceptual primitives are ontologically different. The Motor Theory of Speech Perception (LIBERMAN; MATTINGLY, 1985) proposes a mentalistic and modular approach. The Direct Realism Theory of Speech Perception (FOWLER, 1996) considers real units as primitives. Besides these differences, we also present the way that acoustic and articulatory components take place in both theories: in the Motor Theory, the acoustic counterpart is taken as an epiphenomenon, since the theory assumes a mental approach to the articulatory basis; on the other hand, Direct Realism Theory integrates acoustics as part of perception, because of its multisensory approach.*

---

21 O fato de a proposta da TRD não ser *especial* é uma oposição à abordagem da TM que previa mecanismos específicos (como o módulo fonético) para tratar da fala enquanto um “código especial”. Para aprofundar essa questão, consultem Fowler e Rosenblum (1991a) para críticas à especialidade e modularidade da fala; Fowler e Rosenblum (1991b) para problematizar o efeito duplex; e Rosenblum (2005) para salientar os achados neurofisiológicos que embasam a proposta multimodal da percepção.

**KEYWORDS:** *Speech perception primitives. Motor theory of speech perception. Direct realism theory of speech perception. Acoustic basis. Articulatory basis.*

## Referências

BORGES NETO, José. **Ensaio de filosofia da linguística**. São Paulo: Parábola, 2004.

BROWMAN, C.; GOLDSTEIN, L. Towards an articulatory phonology. **Phonology Yearbook**, v. 3, p. 219-252, 1986.

\_\_\_\_\_. Articulatory Phonology: an overview. **Phonetica**, v. 49, p. 155-180, 1992.

CHOMSKY, N.; HALLE, M. **The Sound Pattern of English**. New York: Harper & Row, 1968.

DASCAL, M. **Interpretação e compreensão**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2006.

DIEHL, R.; LOTTO, A.; HOLT, L. Speech perception. **Annual review of Psychology**, v. 55, p. 149-179, 2004.

FODOR, J. A. **Modularity of Mind: An Essay on Faculty Psychology**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1983.

FOWLER, C. A.; ROSENBLUM, L. D. Perception of the phonetic gesture. In: MATTINGLY, I. G.; STUDDERT-KENNEDY, M. (Eds.). **Modularity and the Motor Theory**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1991a. p. 33-59.

\_\_\_\_\_. Duplex perception: A comparison monosyllables and slamming doors. **Journal of Experimental Psychology: Human Perception and Performance**. v. 16, p. 742-754, 1991b.

FOWLER, C. Listeners do hear sounds, not tongues. **The Journal of the Acoustical Society of America**, v. 99, n. 3, p. 1730-1741, 1996.

FOWLER, C. A.; SALTZMAN, E. Coordination and Coarticulation in Speech Production. **Language and Speech**, v. 36, p. 171-195, 1993.

GIBSON, J. J. **The senses considered as perceptual systems**. Boston: Houghton Mifflin, 1966.

GOLDSTEIN, L.; FOWLER, C. A. Articulatory phonology: a phonology for public language use. In: SCHILLER, N. O.; MEYER, A.S. (Eds.). **Phonetics and phonology in language comprehension and production**. Berlin/Boston: Mouton de Gruyter, 2003. p. 159-207.

JAKOBSON, R.; FANT, G.; HALLE, M. **Preliminaries to speech analysis**. Cambridge: MIT Press, 1952.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975[1962].

LIBERMAN, A. Some results of research on speech perception. In: \_\_\_\_\_. **Speech: a special code**. Cambridge, MA: MIT Press, 1996[1957].

LIBERMAN, A. M.; MATTINGLY, I. G. The motor theory of speech perception revised. **Cognition**, v. 21, p. 1-36, 1985.

MCGURK, H.; MACDONALD, J. Hearing Lips and Seeing Voices. **Nature**, v. 264, p. 746-48, 1976.

NISHIDA, G. **Sobre teorias de percepção da fala**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

OHALA, J. Speech perception is hearing sounds, not tongues. **Journal of the Acoustical Society of America**, v. 99, p. 1718-1725, 1996.

ROSENBLUM, L. D. The primacy of multimodal speech perception. In: PISONI, D.; REMEZ, R. (Eds.). **The handbook of speech perception**. Malden: Blackwell, 2005. p. 51-78.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. (Org. Charles Balley e Albert Sechehaye). São Paulo: Cultrix, 1969.

SPROAT, R.; FUJIMURA, O. Allophonic variation in English /l/ and its implications for phonetic implementation. **Journal of Phonetics**, n. 21, p. 291-311, 1993.

TRUBETZKOY, N. **Principes de Phonologie** [Grundzuge der Phonologie]. Paris: Klincksieck, 1970[1939].

# A TRADUÇÃO PARA O INGLÊS DO LÉXICO TABUIZADO NO UNIVERSO ERÓTICO MAIRUM: UM ESTUDO BASEADO NO CORPUS DA OBRA MAÍRA, DE DARCY RIBEIRO

Talita SERPA<sup>1</sup>

Marilei Amadeu SABINO<sup>2</sup>

Diva Cardoso de CAMARGO<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo observar o processo tradutório na direção português → inglês no que concerne às metáforas das unidades léxicas específicas referentes às zonas erógenas e ao ato sexual na contextualização da produção literária da obra *Maira* (1978), de Darcy Ribeiro, e na respectiva tradução, *Maira* (1985), realizada por Goodland e Colchie. Para tanto, apoiamo-nos em uma abordagem interdisciplinar que associa o arcabouço dos Estudos do Léxico (BIDERMAN, 1996; LAKOFF; JOHNSON, 2002; ORSI, 2007; 2009; ORSI; ZAVAGLIA, 2007; 2012; PRETI, 1984; XATARA; RIVA; RIOS, 2002; XATARA, 2004), dos Estudos da Tradução Baseados em *Corpus* (BAKER, 1993; 1995; CAMARGO, 2005), da Linguística de *Corpus* (TYMOCZKO, 1998; BERBER SARDINHA, 2004) e, em parte, da Terminologia (COELHO, 2003; BARROS, 2004; FAULSTICH, 2004). Quanto à metodologia, utilizamos as ferramentas, *WordList* e *Concord*, disponibilizadas pelo programa

---

1 Doutoranda pelo programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual Paulista (IBILCE/UNESP). [talitasrp82@gmail.com](mailto:talitasrp82@gmail.com)

2 Docente do Departamento de Letras Modernas e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do IBILCE/UNESP. [amadeusm@ibilce.unesp.br](mailto:amadeusm@ibilce.unesp.br)

3 Professora Convidada do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e do Programa de Pós-Graduação em Letras do IBILCE/UNESP. [divaccamargo@gmail.com](mailto:divaccamargo@gmail.com)

*WordSmith Tools*, as quais nos proporcionaram os recursos para o levantamento e a exploração dos dados. Desse modo, procuramos verificar o valor concedido à linguagem erótico-obscena na construção literário-textual darcyniana e analisar a reformulação lexical tabuizada em língua inglesa. Nesse sentido, tencionamos refletir sobre as traduções dessas unidades lexicais consideradas socialmente desprestigiadas, assim como oferecer possíveis subsídios para tradutores, linguistas, literatos e cientistas sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Léxico erótico-obsceno. Tabu. Linguística de *Corpus*. Estudos da Tradução baseados em *Corpus*. Darcy Ribeiro.

## Introdução

A compreensão de elementos que compõem a socialização humana constitui o embasamento para a formulação e para o desenvolvimento das chamadas Ciências Sociais. Essa vertente científica destina-se à análise de temas socioculturais, ramificando-se em várias subáreas como a antropologia, a ciência política, a economia, a sociologia, etc.

No âmbito dos estudos voltados às questões culturais, a antropologia destaca-se, dedicando-se a explorar teorias sobre a origem e a diferenciação entre homens e sociedades, e buscando identificar funções e estruturas capazes de proporcionar o conhecimento de *costumes* e *representações sociais* dentro de um eixo comum. Ressalta a investigação de *mitologias*, *mitos* e *cultos*, formas de *casamento*, nomenclaturas de *parentesco* e sistemas de poder, o que permite desvendar a dinâmica de certas construções que, uma vez institucionalizadas, regulam e dão sentido a práticas sociais complexas. Os conjuntos de comportamentos orientam as atividades humanas de modo que as *tradições* agem como instituições e fontes de valor (MICELI et al., 1989).

Nesse sentido, antropólogos voltam-se para a interpretação dos distintos modos pelos quais os indivíduos interagem, os quais relativizam os padrões de *comportamento familiar* e as escolhas por certas configurações

*genealógicas*.<sup>4</sup> No contexto dessa ciência, *sexo* e *sexualidade* atuam como componentes determinantes para a formação de um povo, bem como de seus *tabus*<sup>5</sup> e *preceitos morais*, que direcionam a *organização sociocultural* e os *hábitos grupais*.

No Brasil, a *sexualização* da sociedade ganha importância ainda maior devido aos episódios do processo civilizatório, que colocam em contato *valores* das culturas africanas, europeias e indígenas e produzem novos arquétipos a serem estudados pela antropologia nacional. Com referência a esse objeto de análise, circundado de *princípios* marcados por regras de *conduta*, autores como Gilberto Freyre (1933; 1936), Viveiros de Castro (2002) e Darcy Ribeiro (1970; 1972; 1995) dedicam-se à verificação das características do universo social brasileiro, ressaltando as *interações sexuais* e suas influências na composição de um povo novo. Assim, os aspectos que norteiam esses *intercâmbios* fundamentam parte da formulação teórica que se dedica ao estudo das *permissões* ou *proibições rituais* nacionalistas.

No domínio das obras de Darcy Ribeiro, esses dados permitem-lhe verificar uma intensa *miscigenação*, fenômeno que conduz ao que chama de *caldeamento cultural*. Por conseguinte, com base em seus conhecimentos da culturalidade do país, Ribeiro reelabora o modelo da sociedade, trazendo à baila temas essenciais para o entendimento da formulação do identitário do Brasil. É interessante notar que o estudioso não se restringe aos textos especializados; reutiliza e revisita doutrinas da composição da população brasileira e as recoloca na conjuntura literária, publicando dois romances intitulados *Maira* (1978) e *O mulo* (1981), que retratam a influência indígena e negra na realidade da nação.

Dentro desse quadro, voltamos nossa atenção para a primeira obra citada, na qual Ribeiro, tendo percorrido o caminho da antropologia para a lite-

4 Entende-se por genealogia a constituição da ascendência de uma pessoa, grupo, tribo ou bando (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1986, p. 512).

5 Tabu: O termo refere-se geralmente a uma restrição ou proibição (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1986, p. 11970).

ratura, arquiteta o arcabouço de uma tribo inexistente, os *Mairuns*, e confere a esse agrupamento as principais características nacionais, entre as quais salientamos a *sexualidade*, utilizada para cunhar uma terminologia voltada ao mito de criação e à geração das unidades familiares matrilineares.<sup>6</sup> Desse modo, no que diz respeito aos subsídios linguísticos, o autor trabalha a liberdade do uso lexical *erótico-obsceno*, atribuindo a este significados metaforizados e relacionados à formação da identidade *Mairum*. Estrutura e desestrutura, por meio das escolhas de vocabulário e de *lendas*, rompe *preconceitos* e apresenta normas sociais ocultadas em paradigmas estigmatizados.

Diante dessa abordagem que valoriza o rompimento de *interditos*, consideramos que a análise da tradução, na direção português → inglês, da linguagem que circunscreve os *folclores sexuais* como parte determinante da identidade brasileira, torna-se relevante por nos permitir refletir sobre o processo de concepção de conceitos<sup>7</sup> marcados socioculturalmente, o que parece ser evocado na relação estabelecida entre textos originais (TOs) e textos traduzidos (TTs).

Observamos, por conseguinte, o comportamento linguístico<sup>8</sup> de dois tradutores ao lidarem com dificuldades oriundas do processo tradutório de uma terminologia transferida da esfera antropológica para a literatura, ou seja, *termos* relacionados às zonas erógenas feminina e masculina, assim como ao ato sexual. Para tanto, apresentamos os resultados da pesquisa realizada a partir do TO em português, *Maira* (1978) e da respectiva tradução para o inglês, *Maira* (1985), realizada por Goodland e Colchie.

---

6 Matrilinear: o termo designa um método para se traçar descendência por meio do reconhecimento das relações estabelecidas a partir de um antepassado comum (masculino ou feminino), apenas pelo lado feminino (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1986, p. 732).

7 Um conceito é qualquer conteúdo de uma representação que é estritamente limitado pelo pensamento de forma diferente de uma representação, não é nunca algo encontrado pronto, completo em nossa consciência, mas é essencialmente uma soma de atos de pensamentos e julgamentos (SAGER, 1998, p. 48; traduzido por Esteves, 2010, p. 50).

8 Entende-se por comportamento linguístico as escolhas léxico-semânticas adotadas pelos tradutores na composição de seu TT.

Objetivamos, com isso, desvendar, por meio do auxílio dos Estudos da Tradução Baseados em Corpus (BAKER, 1993, 1995; CAMARGO, 2005), da Linguística de Corpus (TYMOCZKO, 1998; BERBER SARDINHA, 2004) e, em parte, da Terminologia (COELHO, 2003; BARROS, 2004; FAULSTICH, 2004), os mecanismos de reinterpretação cultural da *sexualidade* por meio da tradução. Nesse sentido, valemo-nos, também, das teorias dos Estudos do Léxico (BIDERMAN, 1996; LAKOFF; JOHNSON, 2002; ORSI, 2007; 2009; ORSI; ZAVAGLIA, 2007; 2012; PRETI, 1984; XATARA; RIVA; RIOS, 2002; XATARA, 2004), com o propósito de descobrir se há a reconstrução do universo metaforizado relacionado aos órgãos, atividades sexuais e tabus erótico-obscenos na prática tradutória intercultural de textos literários de Darcy Ribeiro.

## **Fundamentação teórica**

Para a análise do uso lexical erótico-tabuizado na obra darcyniana em Língua Fonte (LF) e em Língua Meta (LM), considerando sua intersecção com a perspectiva antropológica de formulação do povo brasileiro via *relações sexuais*, valemo-nos do arcabouço teórico dos Estudos da Tradução Baseados em *Corpus*, da Terminologia e da metodologia fornecida pela Linguística de Corpus e de princípios pertinentes aos Estudos do Léxico.

## **Estudos da tradução baseados em *corpus* e a terminologia antropológica**

A evolução das pesquisas em tradução permite à pesquisadora Mona Baker (1993; 1995) propor uma nova leitura teórico-metodológica, na década de 90, que assume posição de destaque no meio acadêmico. Dessa maneira, para a autora:

[Os] textos traduzidos registram eventos comunicativos genuínos e como tais não são nem inferiores nem superiores a outros eventos comunicativos em qualquer língua. Entretanto, eles são diferentes, e a natureza dessa diferença precisa ser explorada e registrada.<sup>9</sup> (BAKER, 1993, p. 234)

A abordagem na qual se pauta a estudiosa para os Estudos da Tradução Baseados em *Corpus* fundamenta-se nos Estudos Descritivos da Tradução, com embasamento nos trabalhos de Even-Zohar (1978) e de Toury (1978). A teórica também se apoia nas investigações de Sinclair (1991), no tocante ao aporte teórico-metodológico da Linguística de *Corpus* e ao uso de *corpora* eletrônicos e ferramentas computacionais para a realização de pesquisas nos TTs.

Baker (1995) apresenta sua concepção de *corpus* na qual explicita a preferência pela análise por meio de computador:

[...] corpus é um conjunto de textos naturais (em oposição a exemplos/sentenças), organizados em formato eletrônico, passíveis de serem analisados, preferencialmente, em forma automática ou semi-automática (em vez de manualmente).<sup>10</sup> (BAKER, 1995, p. 226)

O uso de *corpora* para a investigação em tradução contribui para que autores como Tymoczko (1998) destaquem como principais vantagens para as análises na área: a) a integração de abordagens linguísticas e de estudos culturais à tradução; b) a obtenção de resultados teóricos e práticos; c) o potencial de se investigar as particularidades de fenômenos específicos da linguagem; d) a flexibilidade e adaptabilidade dos *corpora*.

---

9 No original: “Translated texts record genuine communicative events and as such are neither inferior nor superior to other communicative events in any language. They are however different, and the nature of this difference needs to be explored and recorded.”

10 No original: “corpus mean[s]any collection of running texts (as opposed to examples/sentences), held in electronic form and analysable automatically or semi-automatically (rather than manually).”

A Linguística de *Corpus*, dessa forma, caracteriza-se por seu caráter transdisciplinar e pela possibilidade de análise de grandes quantidades de informações. Fundamenta-se a partir de uma base empirista e considera a linguagem como um sistema probabilístico. Para Berber-Sardinha, “a visão da linguagem como sistema probabilístico pressupõe que, embora muitos traços linguísticos sejam possíveis teoricamente, não ocorrem com a mesma frequência”. (2004, p. 30)

Compreendemos, com isso, que a linguagem apresenta regularidade, o que permite que seja mapeada de acordo com o contexto de uso. Sendo assim, no âmbito da tradução, é possível delinear, por meio da análise de *corpora*, quais os comportamentos mais recorrentes no processo de transposição de uma língua à outra. Isso significaria dizer que, como afirma Berber-Sardinha (2004, p. 31), a linguagem é padronizada e não um conjunto de escolhas aleatórias de indivíduos isolados.

Em complementação a essas teorias, o presente trabalho também faz uso de pressupostos da terminologia. Assim, o tradutor que se dedica a uma área de especialidade, como no caso do presente trabalho, da antropologia, inevitavelmente utiliza em seu trabalho termos e a linguagem adequada ao campo escolhido.

De acordo com Barros (2004), a definição de *termos* caracteriza-se por designar conceitos específicos de um domínio de especialidade. No âmbito da construção do vocabulário marcado por elementos culturais, Barros (2004) aponta que os povos recortam a realidade de maneiras diferenciadas e as conceituações das representações sociais são designadas por unidades lexicais (vocábulos)<sup>11</sup> que compõem universos nacionais próprios. Verifica-se que cada antropólogo delimita seu campo de estudo e procura conceber nomeações para seus objetos de análise. Temos, por conseguinte, que as subáreas das ciências sociais apresentam vocabulários de conceitos que assumem características próprias dentro da obra de cada pesquisador.

11 Unidade lexical ou vocábulo: “é um signo linguístico composto de expressão e de conteúdo, que pertence a uma das grandes classes gramaticais (substantivo, verbo, adjetivo ou advérbio)” (BARROS, 2004, p. 40).

No caso das pesquisas realizadas no Brasil, podemos considerar esses fatores como índices linguísticos da identidade do povo brasileiro, os chamados *brasileirismos* (COELHO, 2003). Na perspectiva de Faulstich (2004), algumas dessas entidades linguístico-culturais assumem um quadro conceitual que, por estar vinculado aos constructos de nacionalidade, admite variações e recriações de usos e de opções de tradução.

Com isso, os cientistas sociais, ao introduzirem novos constructos, geralmente atuam para que os vocábulos empregados sejam aceitos pela comunidade científica e se universalizem dentro desse público, passando a constituir *termos*. Os conceitos que transmitem são, em geral, socialmente determinados, solicitando dos tradutores especial atenção no momento de vertê-los para as LMs.

Tendo por base tais questões, apresentamos uma análise da tradução de *termos* socialmente marcados recorrentes na produção literária darcyniana, observando as semelhanças e diferenças de opções utilizadas pelos tradutores na tentativa de transmitir ao público-alvo conceituações voltadas à atmosfera estigmatizada das práticas sexuais brasileiras.

## **A linguagem obscena e o léxico tabuizado: metáforas do universo erótico**

A transição da terminologia do texto antropológico de Darcy Ribeiro para a conjuntura da narrativa literária permite-nos verificar a intensificação do uso de itens lexicais erotizados para descrever e emoldurar aspectos culturais, míticos e religiosos da tribo dos *Mairum*, a qual representa o conjunto sociocultural de *valorações* típicas dos brasileiros. O autor vincula o *sexo* às *crenças* e, por meio de *incursões* entre grupos diferenciados, constitui o surgimento da *brasilidade*.

Faz-se necessário, nesse contexto, atentar para a formulação de uma

linguagem obscena, a qual se refere à *verbalização* dos elementos sociointeracionais brasileiros que, por sua vez, se opõem ao contíguo moral e ético de costumes comuns a essa comunidade (PRETI, 1984). Arango (1991) salienta que as unidades lexicais “impudicas” tratam, pois, da expressão da cultura de um povo, desvelada e despudorada, ou seja, a apresentação, em palavras, daquilo que vai contra os princípios e comportamentos aceitáveis pelos grupos humanos.

Logo, notamos que a realidade extralinguística, exposta pelos signos léxicos, designa elementos de um universo sociocultural, “segundo o recorte feito pela língua e pela cultura correlatas. Assim, o léxico é o lugar da estocagem da significação e dos conteúdos significantes da linguagem humana” (BIDERMAN, 1996, p. 27).

Conforme Preti (1984),

[O] léxico representa para o lingüista um campo de difícil análise, pelas implicações culturais que possui e porque nele, mais do que em nenhum outro, se observa melhor a condição dinâmica da língua, sua contínua renovação para atender às necessidades de comunicação, fato que reflete a mobilidade das estruturas sociais, que também se renovam incessantemente. (PRETI, 1984, p. 59)

Para o teórico, no contexto do vocabulário erótico-sexualizado, ocorrem, ainda, tênues linhas que determinam os limites dos bons usos. O autor salienta que:

A vida das palavras torna-se um reflexo da vida social e, em nome de uma ética vigente, proibem-se ou liberam-se palavras, processam-se julgamentos de ‘bons’ ou ‘maus’ termos, apropriados ou inadequados aos mais variados contextos. (PRETI, 1984, p. 61)

Verificamos, com isso, que a delimitação do que seria a linguagem erótico-obscena é difícil de ser fixada, visto que, como aponta Preti (1984),

palavras comuns podem tornar-se desprestigiadas ao receberem uma carga semântica chula ou insultosa. Tais vocabulários estão vinculados à possibilidade de uma comunidade atribuir valores estigmatizados a um conjunto de palavras. Trata-se de um processo de aceitação ou de recusa por meio de convenções sociais, as quais sancionam dadas condutas (BONA, 2008, p. 21).

Em consonância com a proposta de *brasileirismos* de Coelho (2003) e de Faulstich (2004) vinculada ao princípio da *nacionalidade*, a *lexia* obscena também pode ser compreendida como uma forma de *exteriorização linguística* de elementos essenciais ao entendimento do Brasil. Autores como Arango (1991) e Augras (1989) conferem a essa tipologia lexical o papel de revelar as principais *proibições* e *permissões* de uma sociedade, estando, geralmente, vinculadas também à maneira de compreender superstições e tradicionalismos.

Para Xatara (2004), a linguagem indecorosa relaciona-se a grupos sociais específicos, visto que é possível trabalhar fatores vinculados à *sexualidade* sem fazer uso de palavras vulgares. Portanto, distintas classes sociais expressam-se por meio de *lexias* que lhes são próprias, de modo que o ofensivo e o corrupto geralmente se concentram entre os núcleos de nível social mais baixo.

Lane (1985, p. 9) sustenta que “as palavras, através dos significados atribuídos por um grupo social, por uma cultura, determinam uma visão de mundo, um sistema de valores e, conseqüentemente, ações, sentimentos e emoções decorrentes”.

Tais pontos de vista, atividades e anseios podem assumir certas interdições, as quais são transmitidas por regras de emprego de vocábulos “condenados”. “Existem, portanto, [...] palavras-tabu no nosso mundo civilizado” (ARANGO, 1991, p. 12). Nesse universo proibitivo, o *sexo*, entre muitos outros aspectos da vida em coletividade, assume características cuja menção deve ser evitada ou velada, principalmente no que se refere ao emprego do erótico-obsceno que o circunda. De acordo com Guérios (1956),

[...] é vedado pronunciar uma palavra, se esta é tabu, então qual é o recurso ou processo de que se lança mão para exteriorizar a idéia expressa por ela, uma vez que se faz mister exprimi-la? O recurso empregado são meios indiretos e meios diretos dissimulados, i.e., substitutos que velem de qualquer modo o ser sagrado-proibido. (GUÉRIOS, 1956, p. 20)

Nesse domínio, reconhecemos que os itens lexicais relacionados aos órgãos e atos sexuais são embargados, sancionados, restritos por escrúpulos sociais, ou seja, tabuizados e subversivos (ORSI, 2009).

Dessa forma, toda construção linguística está associada a universos socializados e moralizantes; mundos em que as relações humanas determinam as formas e as escolhas do léxico dentro de cada contextualização em que é aplicado. Isso permite que diferentes significados sejam atribuídos e que processos de metaforização se consolidem, compondo ideologias e conceitos próprios, ou seja, no campo tabuizado, são as metáforas sociais que constituem os sistemas de ideias que admitem ou coíbem determinados usos das palavras ou *termos*.

Em sua obra, *Metáforas da vida cotidiana* (2002), Lakoff e Johnson sustentam que a língua que usamos diariamente se convencionou em uma base em grande parte metafórica. Para os teóricos,

[...] a metáfora está infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação. Nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual não só pensamos mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza. (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 4)

O mesmo ocorre quando empregamos uma metáfora relativa ao universo erótico-obsceno, principalmente no que se refere aos substitutos dos nomes oficiais dos órgãos e atos sexuais, como, por exemplo: *sexo, transa, vulva, pênis, nádegas, ânus, testículos e seios*. Nesse ambiente linguístico, existem inúmeros itens que não podem ser ditos a não ser por meio de

metáforas (LAKOFF; JOHNSON, 2002). Os autores apontam, então, que a conjunção e a história determinam o significado das unidades léxicas erótico-tabuizadas, visto que as crenças que se relacionam à genitália são campos férteis para a produção e invenção de novos vocábulos metaforizados.

Orsi e Zavaglia (2012, p. 162) asseguram que nesse domínio

Por vezes, surgem itens curiosos, engraçados, provenientes da imaginação humana e criados a partir de metáforas, que tentam reduzir seu impacto ou esconder o sentido do nome real por soar rude, grosseiro ou imoral. Evidencia-se que várias das lexias referentes à nomeação dos órgãos dependem, em muitos casos, exclusivamente da pressuposição erótico-obscena indicada pela metáfora [...] para serem compreendidas.

As autoras asseveram que se criam novos nomes e *termos* para se desviar dos tabus e preconceitos sociais. As metáforas sofrem, então, influência da inventividade humana e podem se alterar de acordo com os agrupamentos de uso, assumindo características e significados bastante próprios de cada núcleo, o que infere na necessidade de se trabalhar atentamente o processo tradutório desse conjunto léxico.

Por tal razão, nosso trabalho busca, pois, aliar as teorias dos Estudos do Léxico aos princípios dos Estudos da Tradução Baseados em *Corpus* (BAKER, 1993; 1995; CAMARGO, 2005) e da Linguística de *Corpus* (TYMOCZKO, 1998; BERBER-SARDINHA, 2004), de modo a explorar as opções léxico-semânticas de Goodland e Colchie (1985) para a tradução em língua inglesa das construções do universo sexual da tribo fictícia de Darcy Ribeiro. Procuramos desvendar as relações estabelecidas pelo autor entre os *brasileirismos* antropológicos e sua reconstituição de uso dentro de uma obra de cunho literário, bem como analisar o comportamento linguístico adotado pelos tradutores no processo de reformulação dos *intercursos sexuais* do ambiente tribal *mairum*, atentando, com maior ênfase, para a metaforização do léxico erótico que compõe a *sexualização* desse “povo” em LF e em LM.

## Material e método

Para esta investigação, foi compilado um *corpus* principal paralelo, composto pela obra *Maira* (1978), de autoria de Darcy Ribeiro, e pela respectiva tradução para o inglês: *Maira* (1985), realizada por Goodland e Colchie.

O levantamento dos dados foi realizado com a utilização das ferramentas *WordList* e *Concord* do *software WordSmith Tools*, as quais facilitam a compilação dos *termos*, assim como de seus contextos de uso.

A seleção dos vocábulos organizou-se pela ordem de frequência. Focamos nas palavras de cunho substantival e verbal as quais serviram como diretrizes para a escolha dos possíveis candidatos a *termos* que compõem nosso estudo. Os itens lexicais substantivais e verbais foram priorizados, em nossa investigação, em decorrência de sua maior ocorrência no TO darcyniano no que tange ao vocabulário erotizado.

No tocante ao contexto de uso dos vocábulos, utilizamos a ferramenta *Concord* para gerar as linhas de concordância com as palavras de busca (ou nódulos). Nesta pesquisa, as palavras de busca nas listas de concordância correspondem às palavras do léxico obsceno com base em sua frequência de uso, as quais foram obtidas por meio do levantamento realizado com o uso da ferramenta *WordList*.

Após termos procedido à compilação do léxico a ser analisado, passamos a estudar as variações nas opções de tradução ocorridas no *subcorpus* do TT, as quais poderiam representar dissociações metafóricas decorrentes das diferenças culturais entre a sociedade de partida e a sociedade de chegada.

Dessa forma, selecionamos alguns *termos* (vocábulos), no decorrer da análise dos dados, a fim de exemplificar as possíveis aproximações e distanciamentos entre a linguagem de especialidade em LF e em LM, respectivamente. Para tanto, utilizamos o *corpus* de apoio formado por dicionários e produções voltados para o léxico tabuizado (ALMEIDA, 1981; ARARIPE, 1999;

GOMES, 2002; FERREIRA, 1975 HOUAISS, 2004; 2013; CALDAS AULETE, 2013; CAMBRIDGE DICTIONARY, 2013; LONGMAN DICTIONARY OF ENGLISH LANGUAGE AND CULTURE, 1993; OXFORD ENGLISH DICTIONARY, 2005) para verificar a origem e a compreensão das concepções dos *termos* utilizados por autor e tradutores, e as relações de sentido que se estabelecem em culturas e sociedades distintas.

## Análise dos resultados

Para a análise da tradução do universo metafórico pertinente ao léxico erótico-obsceno na obra *Maíra*, foram utilizadas as listas de frequência de palavras extraídas do TO e do TT com o auxílio da ferramenta *WordList*.

Ao verificarmos as listas, selecionamos as palavras mais representativas de base verbal e substantival, conforme exposto no item anterior. Abaixo, apresentamos as tabelas 1 e 2, com os verbos voltados ao ato sexual presentes nos *subcorpora* do TO e do TT de *Maíra*.

**Tabela 1. Lista de frequência dos vocábulos verbais relacionados ao ato sexual na cultura *mairum* na obra em LF**

Vocábulo- verbal em LF	Frequência de uso
Sururucar	31
Foder	24
Trepar	17
Gozar	14
Fornicar	8
Esporrar	6
Meter	4

**Tabela 2. Lista de frequência dos vocábulos verbais relacionados ao ato sexual na cultura *mairum* na obra em LM**

Vocábulo- verbal em LM	Frequência de uso
To Fuck	67
To enjoy	18
To Make Love	8
To Sleep With	7
To Fornicate	6
To Lie Down	4
To Writhe	2
To Bulge	1
To Tumble	1

Darcy Ribeiro se apodera de um universo lexical tabuizado e repleto de não-ditos para criar seu texto e perpassa valores éticos e morais na confecção de um mundo totalmente idealizado, o qual representa, de maneira generalizável, os aspectos comuns ao constructo de *brasileirismo*. Nesse mundo, o *sexo* é visto como algo natural e necessário, fonte de prazer e compositor de sentidos sociais plenos, como, por exemplo, o ideário formulador da *família*. O autor utiliza os padrões de formulação metafórica, já constituídos, para desenvolver quebras de paradigmas sociais e novas figuras de linguagens. O sentido primário é mantido e associa-se ao contexto para auxiliar na composição de um panorama mais complexo para a sociedade dos *Mairuns*.

Sendo assim, focamos, primeiramente, na investigação das metáforas referentes ao ato sexual presentes na obra darcyniana, e elegemos os dois primeiros verbos de maior frequência, com o intuito de observar seu emprego em LF, observando as construções ideológicas de Darcy Ribeiro para o entendimento do papel da *sexualidade* na tribo, a qual configura um microcosmo da sociedade nacional. Em seguida, atentamos para a relação estabelecida entre o TO e o TT, concentrando a análise nas escolhas léxico-semânticas dos tradutores para os verbos em questão.

Na obra em português, ao avaliarmos os verbos concernentes ao *sexo*, foi possível verificar que Ribeiro utiliza um repertório menos variado de vocábulos que podem apresentar conotação sexual em comparação ao número de palavras ocorridas com esse sentido no TT. Constatamos, ainda, que os verbos *sururucar e foder* representam o principal foco de uso para constituir a ideia do ato sexual nessa comunidade.

É interessante ressaltar que, no *Dicionário Caldas Aulete* (2013), *sururucar* é explicitado como o ato de “remexer, menear o corpo, rebolar”. O movimento corporal também pode vincular esse verbo a outro vocábulo utilizado pelo autor, o *trepar*, que traz elementos de intensa movimentação e de vínculo corpóreo. Sendo assim, na obra darcyniana, constrói-se a proposta de que a ação sexual envolve uma oscilação ritmada dos corpos dos amantes. Abaixo, apresentamos o Quadro 1, com exemplo do contexto de uso do verbo *sururucar*.

**Quadro 1. Exemplos de uso do vocábulo-verbo obsceno  
*sururucar* no contexto da obra *Máira* em LF**

---

Como poderiam tratá-la? Quem pode trepar com ela? Ela é irmã ou cunhada de quem? Quem pode **sururucar** com ela sem cometer incesto?

---

— Pra mim — diz Anoá — ela começou a **sururucar** muito antes de ser flechada. Vai ver que nem pode ter filho de tanto que já **sururuçou** em menina.

---

Os Caraíbas que andavam por aqui, antigamente, gostavam demais de **sururucar**. Depois é que vieram esses pajés-sacaca e esses pajés de cu branco que não são de nada. Conta direito como é a sururucação e a parição de meninos lá. Você viu?

---

— Filho de não sei quem, já vou parir? Veja bem, você nasce sem pai. Não **sururuquei** com a verga de Deus. Como é que você vai nascer, se não é filho do Sem-Nome?

---

— Mentira, é mentira! Não **sururuquei** antes de flechada, nunca. Nem **sururuquei** durante minha reclusão. Só uma vez. Depois sim. Você é que sempre foi muito safadinha, muito sururuqueira.

---

Entre os muitos aspectos desse verbo, observamos que traz à baila proibições tabuísticas das uniões sexuais e parentais incestuosas. Ribeiro usa do verbo obsceno para questionar fatores culturais de desenvolvimento dos

conceitos de *parentesco* e de *linearidade*. Contudo, o significado produzido tem um caráter de suavização do ato e mesmo de atenuação do sentido obsceno e proibitivo.

Na quarta ocorrência, é possível compreender a interação com os *ritos de passagem* e com os vínculos estabelecidos com os *deuses*, os quais, por sua vez, no contexto da *tribalidade* assumem características humanas e se colocam próximos dos anseios e desejos sexuais comuns a homens e mulheres. Essa interação esclarece valores que regem a formação dos *clãs* e as ordenações de domínio *religioso*, *bélico* e *econômico* da comunidade. São as atividades sexualizadas que determinam o pertencimento a um grupo social, sendo assim, o verbo *sururucar* atua como um determinante de ações sociais, agregando, de modo metafórico, o movimento sexual ao movimento das atuações cotidianas da tribo de Darcy Ribeiro.

Na definição do dicionário *Houaiss* (2013), notamos que essa acepção mais socializada do ato sexual ocorre entre os índios urubu-kaapor, para os quais o verbo *sururucar* significa “cópula”. Dessa forma, há uma metáfora produzida entre os conceitos dos índios para compor o ideário que envolve o *sexo* na obra.

No que diz respeito ao segundo verbo de maior frequência em LF, ou seja, *foder*, observamos que se trata de um claro tabuísmo linguístico relacionado ao ato de introdução do órgão masculino no corpo feminino. O verbo representa, primariamente, a ideia de “escavar” e de “cavoucar”, o que constitui uma metáfora para o esforço do homem em penetrar a vagina da mulher. Essa ação sexual também se aproxima de outra ocorrência de vocábulo verbal na criação darcyniana, o *meter*. No Quadro 2, encontram-se alguns dos exemplos de uso do vocábulo pelo autor.

**Quadro 2. Exemplos de uso do vocábulo-verbo obsceno *foder* no contexto da obra *Máira em LF***

---

E quem está **fodendo** agora com fulana ou quem, de tanto **fodê-la**, a prenhou e ficou como pai da criançada.

---

— Que fornicar, que merda nenhuma, Isaías: trepar, **foder**. Que mania é essa de pecado, de fornicação. Eu não fornico com ninguém não! Eu trepo, **fodo**.

---

Durante toda a tarde a aldeia, sentada no círculo do sol se por, olha as meninas-moças que servem seu leite-chibé aos homens com que hão de **foder**.

---

As mulheres que arrebanham são incorporadas ao bando. Os homens elas usam para **foder** e reproduzir-se e depois matam e comem. Matam e comem também os filhos machos que parem.

---

Raramente **fodemos** aqui em casa, muito raramente. Sinto que isso o perturba demais. Também jamais trepamos no pátio, como faço com tantos outros.

---

Ao contrário da proposta construída para o verbo *sururucar*, o verbo *foder* estabelece uma relação menos socializada para o ato sexual, vinculando-se mais precisamente à atividade em si e ao momento em que ocorre. Na obra de Ribeiro, o uso das variações do verbo *foder* está mais relacionado ao prazer do sexo, à penetração e as suas consequências. Trata-se de uma relação carnal e física.

Ao passar para o plano do TT, o universo metaforizado do sexo no ambiente tribal em LM se expande no que se refere ao uso de distintas *verbalizações*. Podemos elencar, por exemplo, os vocábulos: *to make love* (fazer amor); *to lie down* (deitar-se) e *to sleep with* (dormir com), como possíveis representações da atividade sexual. No entanto, comparado aos usos de *sururucar*, *foder*, *trepas* e *meter*, essas construções lexicais não se configuram como correspondentes tradutórios em termos de metaforização, vistos que, em muitos de seus significados, suas acepções remetem a um sentido envolvido por moderações e abrandamentos do ato em si, voltam sua perspectiva para a posição dos corpos, como em *to lie down*; à ideologia de uma companhia posterior ao coito, como em *to sleep with*; e, por fim, o suposto sentimento de reciprocidade amorosa envolvido na cópula, como em *to make love*.

Contudo, embora Goodland e Colchie tenham criado essa ambientação menos agressiva, no tocante aos verbos voltados para a descrição da cópula, na maior parte de suas escolhas lexicais de tradução, eles fixaram o comportamento no uso do verbo *to fuck*. O *Longman Dictionary of Language and Culture* (2013) define esse verbo como *to have sex* (fazer sexo), o que o adéqua aos atos propostos na obra darcyniana. Entretanto, essa palavra também assume um cunho negativo, ou seja, causar malefícios, prejudicar.

Abaixo, apresentamos o Quadro 3, com as opções oferecidas pelos tradutores na reconstituição semântica em LM para os verbos *sururucar* e *foder* presentes na produção de Darcy Ribeiro.

**Quadro 3. Opções de tradução para a LF adotadas por Goodland e Colchie para os vocábulos-verbos obscenos *sururucar* e *foder***

---

**Opções de tradução para o inglês do vocábulo-verbo *sururucar* em contexto**

---

“How must she be treated? Who will be allowed **to fuck** her without committing incest? Whose sister or sister-in-law is she?”

“As far as I know,” says Anoã, “she started **to fuck** long before she was wounded. You’ll see how she won’t be able to have children because she was **fucking** so much even as a child.”

The white people who came here in the old days, they liked **to fuck** a lot. Later, these false witch doctors and white-assed sorcerers who are good for nothing arrived. Tell us in plain words what fucking and childbirth are like over there. Did you get to see?

“Child of I don’t know whom, am I about to give birth? Think well: you will be born without a father. I never **writhed** on the prick of God. How are you going to be born if you are not the child of the Nameless One?”

“Lie, that’s a lie! I never **fucked** before I was wounded, never. Nor did I **fuck** while I was secluded. Only once. Afterward, yes. You were the one who always had no shame; you were the one always doing it.

---

**Opções de tradução para o inglês do vocábulo-verbo *foder* em contexto**

---

He is the one now **fucking** so-and-so, or who, **having fucked** her so much that he got her pregnant, and ended up father of the whole brood.<lit.corpprinc.ing.>

“What’s this ‘fornicate’ shit, Isaías? To lie down and **fuck**, yes. What a mania for sinning, for fornicating? I don’t fornicate with anyone! I lie down, I **fuck**.”

---

---

All afternoon the Mairuns, sitting in a circle on the side of the setting sun, watch the nubile girls serving their cassava beer to the men whom they are going **to fuck**.

---

The women they capture are incorporated into their band. They use men **to fuck** and have children, then they kill and eat them. They also kill and eat their male offspring.

---

We rarely **fuck** here in the house, very rarely. I sense that it upsets him too much. And we never fuck on the dancing ground as I do with so many others.

---

Como exposto, *to fuck* é utilizado com maior frequência (67 ocorrências), representando a penetração e trazendo, para o ambiente do *sururucar*, uma conotação física que não parece estar presente no TO. Por conseguinte, este vocábulo não tem a mesma carga de “amenização” que observamos em LF. Configura, assim, a concepção do identitário *mairum* voltado para o corporal, o que não ocorre claramente no uso de *sururucar*, o qual tem uma acepção leve e jocosa. Notamos, ainda, que somente em uma ocorrência do verbo, os tradutores optam pelo vocábulo verbal *to writhe*, o qual, de acordo com o *Oxford Advance Learner's Dictionary* (2005), significa *to make large twisting movements with the body* (realizar movimentos ritmados com o corpo), aproximando-se da ideia construída pelo texto em LF, na qual vimos haver a proposta de ritmo e movimentação no conteúdo semântico da palavra.

Quanto ao uso para representar o verbo *foder* em LM, *to fuck* corresponde de modo adequado aos propósitos apresentados no TO, visto que se vincula ao esforço masculino para forçar a entrada no corpo feminino. São traçados valores sociais semelhantes e as construções das figuras de linguagem condizem entre a obra em LF e a respectiva tradução.

Tendo realizado o estudo do processo tradutório dos principais verbos presentes na obra darcyniana para o ato sexual, passamos, agora, a verificar como se fundamenta o comportamento dos tradutores para os *termos* (vocábulos) substantivais obscenos, os quais se relacionam ao mundo *mairum*.

Abaixo, apresentamos as tabelas 3 e 4, com os substantivos voltados à descrição do ato sexual presentes nos *subcorpora* do TO e do TT de *Maira*.

**Tabela 3. Lista de frequência dos vocábulos substantivais relacionados ao ato sexual na cultura *mairum* na obra em LF**

Vocábulo-substantival em LF	Frequência de uso
Trepada/s	3
Fodazinha	2
Sururucação	2
Renque-renque	2
Fodeção	1
Siriricagem	1
Fornicação	1
Gozo	1

**Tabela 4. Lista de frequência dos vocábulos substantivais relacionados ao ato sexual na cultura *mairum* na obra em LM**

Vocábulo- substantival em LM	Frequência de uso
Fucking	23
Fuck	2
In-out	2
Lovemaking	2
Copulation	1
Fornicating	1
Tumble	1
Mate	1
Fingering	1

Com o propósito de compreender o processo de tradução desse recorte do léxico erótico-obsceno construído por Darcy Ribeiro e pelos tradutores, selecionamos as três primeiras palavras de maior frequência com carga semântica sexualizada, a saber: *trepada*, *fodazinha* e *sururucação*. Os quadros 4, 5 e 6 mostram os contextos de utilização desses termos (vocábulos) dentro do universo *mairum*.

**Quadro 4. Exemplos de uso do vocábulo-substantivo obsceno  
*trepada* no contexto da obra *Máira* em LF**

---

— Que é isto? Como é que todos sabem? Se sabem é porque ele contou! Então eu dou uma **trepada** no escuro do pátio e todo mundo já sabe que eu andei fodendo?

---

Poderão até vir a ser as mais lindas, as preferidas de todos os homens para as **trepadas** de puro gozo.

---

Principalmente pais e tios de sogros; irmãos e primos de cunhados e filhos; sobrinhos de genros e noras. Tudo isso para a gente se comunicar sem se isolar. Cada um de nós, desde então, tem de buscar suas **trepadas** longe de casa. Lá é proibido. Incesto!

---

**Quadro 5. Exemplos de uso do vocábulo-substantivo obsceno  
*fodazinha* no contexto da obra *Máira* em LF**

---

Melhor seria se Jaguar estivesse aqui em cima de mim, no renque-renque, renque-renque, de uma **fodazinha** legal.

---

Mas uma boa pisa é indispensável, ao menos para provar que aquela mulher tem dono que zela por ela. E sobretudo para fazer as pazes depois, na rede, com uma **fodazinha** chorosa.

---

**Quadro 6. Exemplos de uso do vocábulo-substantivo obsceno  
*sururucação* no contexto da obra *Máira* em LF**

---

Os Caraíbas que andavam por aqui, antigamente, gostavam demais de sururucar. Depois é que vieram esses pajés-sacaca e esses pajés de cu branco que não são de nada. Conta direito como é a **sururucação** e a parição de meninos lá. Você viu?

---

Acabado o serviço, todos já eram homens com seus rancuais e saíram para foder com as mulheres, lá fora, pelo pátio, onde quisessem. Foi aquela festa de **sururucação**.

---

O desenvolvimento da composição literária darcyniana fundamenta-se sobre a égide de escolhas de figuras de linguagem. A literatura abre-se como um campo de possibilidades e permissividades lexicais, favorecendo a ordenação das características míticas, religiosas, fabulosas do contexto brasileiro e permitindo que Ribeiro utilize-se de valores metaforizados para, não apenas formular, mas também destacar atitudes e padrões sociais, além de criticar valorações importadas, pudores das civilizações europeias e contrastá-los com a formação de um povo novo. O escritor utiliza-se do campo literário

para colocar em evidências aspectos da *brasilidade* que estão presentes em sua antropologia. *Maira* (1978) surge como uma forma de exemplificar, de expor abertamente e de quebrar esses valores. Nesse sentido, o uso do léxico erótico-obsceno assume o caráter de terminologia dentro do texto literário e auxilia na composição de um ideário tribal típico nacional, o qual, por sua vez, tende a favorecer a compreensão de como se fundamentam as relações, no caso, sexuais, no Brasil.

Tendo isso em mente, verificamos que, quanto ao vocábulo *trepada*, Ferreira (1975) considera como “contato carnal, relação sexual”. Há, no entanto, na definição de *trepapar*, uma significação negativa que a vincula a um ato difamador. Observamos que, no contexto da obra em análise, essa visão se confirma, visto que, em duas das ocorrências (primeiro e terceiro exemplos do Quadro 4), a cópula deve ser escondida, estando relacionada a atos libidinosos e mesmo contrários à lei *mairum*.

Por outro lado, quando o autor faz uso do vocábulo *fodazinha*, a construção semântica torna-se positiva, de modo que o *termo* refere-se a uma premiação, a um ato não condenável, mas realizável e aceitável pela comunidade. Por fim, a composição da ideologia que envolve o conceito de *sururucação* aproxima-se intensamente da proposta sugerida para o verbo *sururucar*. Assim como no trato com o verbo, Ribeiro coloca o substantivo conexo a *rituais*, a *mitos* e, principalmente, correlaciona-o ao *choque de etnias*. A *sururucação*, mais que qualquer outro vocábulo utilizado para referir-se ao *sexo*, tem uma significação profunda, que vai além do ato carnal, traz gozo físico, mas também origina questões de *linhagem*, *proibições* e *permissões* que favorecem a *matrilinearidade*. Dessa forma, parece haver uma relação mais intrínseca de sentido com as formulações antropológicas da *genealogia mairum* e com as definições das *famílias clânicas*<sup>12</sup> da tribo. Por conseguinte, a *sururucação* faz parte do conjunto de atividades socioculturais dos membros dessa comu-

12 Clã é um grupo de descendência unilinear. Pode ser patrilinear ou matrilinear, mas não forçosamente corporativo, exógamo, totêmico e localizado (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1986, p. 190).

nidade, o que podemos ampliar e considerar uma generalização para a cultura brasileira.

No tocante à tradução desses vocábulos erotizados, apresentamos o Quadro 7, com as opções adotadas pelos tradutores da obra.

**Quadro 7. Opções de tradução para a LF adotadas por Goodland e Colchie para os vocábulos-substantivos obscenos *trepada*, *fodazinha* e *sururucação***

---

**Opções de tradução para o inglês do vocábulo-substantivo *trepada* em contexto**

---

“What do you mean? How do they all know? If they know, it is because he told them! So if I give someone a **tumble** in the darkness on the dancing ground everyone will know that I’ve been fucking?”

---

Our descendants could even end up being the most beautiful, preferred by all the men for **lovemaking** out of pure pleasure.

---

He organized families and taught the proper words to differentiate relatives. Chiefly: fathers and uncles of fathers-in-law; brothers and cousins of brothers-in-law. All of this so that people can communicate without isolating themselves. Since then each one of us has had to seek a **mate** far from the house. There it is forbidden; it is incest!

---

**Opções de tradução para o inglês do vocábulo-substantivo *fodazinha* em contexto**

---

Better still it would be if Jaguar were here on top of me, with the in-out, in-out of a sweet **little fuck**.

---

But a good spanking is indispensable, if only to prove that the woman has a master who is jealous, and, above all, to make up afterward in the hammock, with a tearful **fuck**.

---

**Opções de tradução para o inglês do vocábulo-substantivo *sururucação* em contexto**

---

The white people who came here in the old days, they liked to fuck a lot. Later, these false witch doctors and white-assed sorcerers who are good for nothing arrived. Tell us in plain words what **fucking** and childbirth are like over there. Did you get to see?

---

At the end of this task, all were now men with their own pricks, and they went out to fuck the women there outside on the dancing ground or wherever they liked. What a feast of **copulation** it was.

---

No contexto de tradução dos substantivos vinculados ao ato sexual, Goodland e Colchie tendem a um comportamento voltado para a variação

léxico-terminológica. Observamos, assim, certa relação com as teorias de Faulstich (2004) para a tradução dos chamados *brasileirismos*.

Durante o processo tradutório, é possível observar as mudanças de perspectiva analítica de um idioma para outro, por meio da identificação das alternâncias de funções que as variantes sofrem dentro das sociedades. Para Faulstich (2002, p. 76), os *termos* estão intimamente relacionados à colocação que exercem dentro de um sistema social, sendo seu desempenho parte de uma entidade de natureza pragmática, a qual condiciona os possíveis “mecanismos de variação”.

Sendo assim, para *trepada*, encontramos três possibilidades de opção lexical: *tumble*, *lovemaking* e *mate*. Ao analisarmos os significados desses vocábulos, notamos que *tumble*, de acordo com o *Longman Dictionary of Language and Culture* (2013), refere-se ao *act of having sex* (ato de fazer sexo); para a palavra *lovemaking*, o *Cambridge Dictionary* (2013) atribui o sentido de *sexual activity* (atividade sexual). Por fim, para *mate*, encontramos a definição de *sexual partner* (parceiro sexual), no mesmo dicionário. Lembramos, ainda, que *to mate*, enquanto verbo, pode representar: 1) to join closely, pair; 2) to unite in marriage; 3) to pair (animals) for breeding; 4) to become joined in marriage; 5) to be paired for reproducing; breed; e 6) to copulate (THE FREE DICTIONARY, 2014). A escolha por variar representa a mudança de perspectiva; contudo, também confere aos itens lexicais escolhidos outros sentidos. Não se trata de construir um ambiente metafórico para um único *termo*, mas sim para várias palavras, de modo que cada uma se constrói em um contexto diferente.

O mesmo ocorre com a formulação da ideia de *sururucação*, que sofre variação entre os termos *fucking* e *copulation*. Nesse exemplo os tradutores optam ora por uma palavra que pode ser considerada obscena e tabuízada e ora por outra palavra do léxico padrão e formal, estabelecendo uma relação de significados que não acontece no TO. Novamente a construção metafórica

fica associada ou a um vocábulo que remete à penetração ou a um vocábulo que restringe a ideia ao coito e não a todo o conteúdo semântico idealizado para a tribo dos *Mairuns*.

Porém, ao observarmos as opções de tradução concernentes a *fodazinha*, notamos que os tradutores escolhem a palavra *fuck* nas duas ocorrências, compondo a mesma significação. Assim como em relação ao termo em português, existe uma construção positiva para o ato sexual, a mesma premiação como prazer da penetração.

Após considerarmos os valores atribuídos ao léxico erótico voltado para a atividade sexual, passamos a investigar as formas de construção ideológico-metafóricas atribuídas às zonas erógenas mencionados na obra de Darcy Ribeiro. Abaixo, apresentamos, nas tabelas 5 e 6, os substantivos voltados à descrição dos órgãos sexuais masculino e feminino no TO e no TT.

**Tabela 5. Lista de frequência dos vocábulos substantivais relacionados aos órgãos sexuais na cultura *mairum* na obra em LF**

Vocábulo-substantival em LF	Frequência de uso
Pau	14
Rancuai	11
Bunda	9
Cu	9
Carapuá	8
Uluri	7
Pica	6
Boceta	5
Bá	3
Piriquita	3
Tubi	3
Goto	3
Verga	2
Porra	1
Carapuá-itã	1

**Tabela 6. Lista de frequência dos vocábulos substantivais relacionados aos órgãos sexuais na cultura *mairum* na obra em LM**

Vocábulo-substantival em LM	Frequência de uso
Cunt	16
Prick	15
Ass	6
Uluri	6
Penis	3
Backside	3
Asshole	3
Piriquita	3
Clitóris	3
Bunda	2
Buttock	2
Tick	2
Bá	2
Pikestaff	1
Carapuá	1

Bem como nas demais análises, avaliamos os dois vocábulos mais utilizados para descrever o órgão masculino, a saber: *pau* e *rancuai*. No caso do primeiro vocábulo, autores como Almeida (1981), Araripe (1999), Gomes (2002) e Orsi (2009) consideram que o *pênis* é comparado a um pedaço de madeira, o que remete à metáfora da rigidez e da dureza.

Para Orsi (2009, p. 104), “[a]ssocia-se à dureza o órgão sexual masculino e, com base nisso, criam-se inúmeras metáforas. Além das possíveis semelhanças visuais, também é relacionado a ele o símbolo de poder, concedido sempre ao homem”.

No que diz respeito ao uso de *rancuai*, notamos que esse vocábulo tem seu sentido construído por meio da nomenclatura indígena para o órgão sexual, assim como ocorre uma formulação sonora que traz à tona a ideia de firmeza. Como na concepção de *pau*, sugere-se “algo agressivo, que pode ser empre-

gado para matar, machucar, inerente às estimulações dadas aos meninos, desde pequenos, tais como jogos, brinquedos e brincadeiras considerados mais violentos” (BRAGA; RIBEIRO, 2008, p. 11).

O corpo feminino, por sua vez, é trabalhado por Darcy Ribeiro com o uso mais frequente dos vocábulos *carapuá* e *boceta*.

Os conceitos darcynianos se fundamentam, a princípio, na imagem da *carapuá*, que se constitui pelos valores tribais e pela sonoridade, a qual sugere uma abertura da última sílaba, bem como a figura do orifício vaginal.

No tocante ao vocábulo *boceta*, Orsi (2009, p. 105) salienta que

O formato da genitália feminina, com a cavidade por onde entra o pênis na relação sexual, por onde se dá à luz, ou onde se poderia armazenar qualquer objeto – como um receptáculo – é motivo de várias criações metafóricas, cujo sema evidente é / abertura/. Um dos exemplos merece atenção especial. É sabido que *boceta*, antes uma caixa redonda de pequeno tamanho para guardar objetos, hoje é um tabuísmo referente à vulva.

Dessa forma, o entendimento de como o autor buscou utilizar essas palavras em sua obra nos coloca diante de uma primeira tentativa de tradução, a interpretação de fatos sociais, a tradução de um conjunto de *ritos*, *crendices* e *místicas* para o suporte da linguagem. No Quadro 8, elencamos alguns dos excertos produzidos por Darcy Ribeiro com o uso desses vocábulos:

**Quadro 8. Exemplos de uso dos vocábulos-substantivos obscenos *pau* e *rancuai* no contexto da obra *Máira* em LF**

---

Vivemos divididos segundo regras do sim e do não, do frio e do quente, da sorte e do azar, da vida e da morte, da alegria e da dor, do cru e do cozido, da boca e do cu, do **pau** e da boceta, da cabeça e do umbigo, do sangue e do leite, do sêmen e do cuspe, do nu e do vestido, do silêncio e da fala, da raiz e da fronde, da pele e do osso, do animal e do vegetal, da caça e do peixe, do riso e do choro, do tubi e do goto.

---

Mas o melhor que lhe dei são essas suas bolas doloridas de tesão, esse **pau** pica caralho fodedor. Só de tocá-lo está teso de dar gosto, duro de doer, de tão bom para foder. Goza menino, goza. Esporra nesses panos. Isso não é roupa de gente.

---

Esta foi a palavra do velho aroe. Não é uma ordem, ordem ele não me pode dar. Também não é um conselho. Como poderia um aroe aconselhar a um tuxauarã? Tuxaua não sou, mas tuxaua serei. Que é que hei de fazer? Serei eu o primeiro tuxaua que amarrará o seu **pau**?

---

Ele e o herói perdido que volta com seu **rancuai** enorme, coroado de pelos espessos, como um pentelhame de arame farpado e salienta:

---

— Maité! Maité! — Quer dizer, espantoso, mas verdadeiro. Espantoso!

---

O autor associa, primeiramente, os órgãos sexuais a um contexto de dualidade e dialética de formação da sociedade *mairum*. Coloca as oposições e suas relações de reconstituição contínua. A seguir, confere ao *pau* e ao *rancuai* um valor desprestigiado, associado diretamente à valoração do órgão por parte dos homens e à erotização obscena e libidínosa de seu uso. No Quadro 9, verificamos o posicionamento do uso dos vocábulos para os órgãos femininos no âmbito do contexto da obra *Máira*.

**Quadro 9. Exemplos de uso do vocábulos-substantivos obscenos *boceta* e *carapuá* no contexto da obra *Maira* em LF**

---

Vivemos divididos segundo regras do sim e do não, do frio e do quente, da sorte e do azar, da vida e da morte, da alegria e da dor, do cru e do cozido, da boca e do cu, do pau e da **boceta**, da cabeça e do umbigo, do sangue e do leite, do sêmen e do cuspe, do nu e do vestido, do silêncio e da fala, da raiz e da fronde, da pele e do osso, do animal e do vegetal, da caça e do peixe, do riso e do choro, do tubi e do goto.

---

— Você mesmo é o culpado. Até parece que pegou o tal complexo de castração dos mairuns. Jaguar me contou a história da mulher com **boceta** dentada que nem boca de piranha.

---

Que tal esse oxim? Preciso ver o que sente essa coisa que Micura fez cuspidando na **boceta** da mãe dele.

---

Canindejub tem uma **carapuá** enorme, redonda, macia, como uma batata-doce, maité. Maité!

---

Quanto ao órgão feminino, o autor assume um comportamento semelhante para suas escolhas lexicais, colocando a *boceta* em oposição ao *pau*; e a *carapuá* voltada para o ato e para o formato do órgão utilizado para o prazer físico.

No caso do processo tradutório para o inglês, apresentamos o Quadro 10 com as opções de tradução para os termos voltados à descrição das genitálias masculina e feminina.

**Quadro 10. Opções de tradução para a LF adotadas por Goodland e Colchie para os vocábulos-substantivos obscenos *pau*, *rancuai*, *boceta* e *carapuá***

---

**Opções de tradução para o inglês do vocábulo-substantivo *pau* em contexto**

---

We live divided according to rules of yes and of no; of heat and of cold; of luck and of hazard; of life and of death; of joy and of pain; of raw and of cooked; of the mouth and of the rectum; of the **penis** and of the vagina; of the head and of the naval; of blood and of milk; of semen and of saliva; of the nude and of the clothed; of silence and of speech; of the root and of the branch; of skin and of the bone; of animal and of vegetable; of game and of fish; of laughter and of tears; of the clitoris and of the glottis.

---

---

But the best things I gave him are these balls aching with desire, that **pikestaff** always ready for fucking. Touch it and it stiffens with pleasure, so hard it hurts from being so good to fuck with. Enjoy it, my boy, enjoy it. Bulge in those rags. They are not proper clothing for people.

---

These were the words of the old guide of souls. It was not an order, he can't give me orders. Neither was it advice. How could a guide of souls advise a chieftain-to-be? I am not a chieftain, but I will be one. What am I supposed to do? Will I really be the first chieftain to tie up his own **prick**?

---

**Opções de tradução para o inglês do vocábulo-substantivo *rancuai* em contexto**

He is the lost hero who returns with his enormous **prick** crowned at its base by thick hair thorny as barbed wire, and Jaguar shouts:

“Maité! Maité!” That is to say, it's astonishing, but true. Astonishing!

---

**Opções de tradução para o inglês do vocábulo-substantivo *boceta* em contexto**

We live divided according to rules of yes and of no; of heat and of cold; of luck and of hazard; of life and of death; of joy and of pain; of raw and of cooked; of the mouth and of the rectum; of the penis and of the **vagina**; of the head and of the naval; of blood and of milk; of semen and of saliva; of the nude and of the clothed; of silence and of speech; of the root and of the branch; of skin and of the bone; of animal and of vegetable; of game and of fish; of laughter and of tears; of the clitoris and of the glottis.

---

You yourself are to blame. It even seems as if you have contracted the castration complex of the Mairuns. Jaguar told me the story of the woman whose **cunt** had teeth like the mouth of a piranha.

---

How about that oxim, that sorcerer? I need to feel what it is like to be what Micura created by spitting into his mother's **womb**.

---

**Opções de tradução para o inglês do vocábulo-substantivo *carapuá* em contexto**

---

Her father is the chief of all the false sorcerers. Canindejub, the yellow macaw, has an enormous **cunt**, round and soft, like a sweet potato. “Maité! Maité!”

---

Goodland e Colchie redesenham a estrutura de compreensão do uso dos vocábulos para os órgãos sexuais, fazendo uso da variação e adotando-a como uma constante para os termos erótico-obscenos.

A construção de sentido voltada para a análise da composição das regras da tribo é atribuída à nomenclatura padrão dos órgãos: *pênis* e *vagina*,

de modo que parece haver uma preocupação com associar o padronizado da tribo ao padronizado da língua.

No que diz respeito aos demais usos, notamos a escolha de *pikestaff*, vocábulo que significa, de acordo com o *Cambridge Dictionary* (2013), *the shaft of a pike* (haste de uma lança) ou *a walking stick tipped with a metal spike* (estaca ou flecha com ponteira de metal), nos remete à metáfora do símbolo fálico. Em ambas as acepções, há relação com *pau*, *flecha* ou *arpão*. A metáfora também se constrói pelo formato e pela tendência a utilizar-se esse instrumento para abrir ou rasgar a carne, como ocorreria no ato sexual, principalmente com a perda da *virgindade*, considerada como *ritual de passagem* para a mulher *mairum*, o que envolve o sangramento e o rompimento do hímen. No mesmo sentido se fundamenta o uso de *prick*, o qual representa *a pointed object, such as an ice pick, goad, or thorn* (instrumento pontiagudo, tal como uma estaca de gelo, um ferrão ou chifre).

Para *boceta*, encontramos também um uso obsceno e vulgarizado do vocábulo para o qual a palavra foi traduzida. Primeiramente os tradutores optaram por *cunt*, que faz direta menção à *vulva*, sendo também utilizada como forma desprestigiada de se referir à mulher, bem como associada a outros vocábulos com a mesma carga de significação, como: *pussy*, *puss* e *slit*.

Os tradutores mostram, ainda, a probabilidade de se criar uma metáfora com base no corpo feminino que vai além das palavras obscenas. Ao utilizarem *womb* como correspondente para *boceta*, estão criando um universo de criação e maternidade que não está presente na obra em português, a qual, na verdade, enfatiza questões mais sexuais e eróticas do que de criação e nascimento.

Os exemplos relacionados apresentam grande variação lexical no processo tradutório dos vocábulos obscenos, corroborando a teoria de Baker para a constituição de um estatuto de obra para o TT. Verificamos, também, que os estudos do léxico muito ajudam a compreender os aspectos tradutórios,

principalmente quando relacionados ao fundo metafórico atribuído à sexualidade brasileira, que é intensificada e ressaltada, além de quebrar tabus das *normatizações* sociais comuns aos povos colonizadores.

Compreendemos que, de modo geral, os tradutores depreendem os usos léxico-terminológicos do antropólogo e literato Darcy Ribeiro por meio de suas escolhas no âmbito da linguagem de especialidade erótica e obscena que compõe a *mairunidade*, bem como a *brasilidade*. Suas condutas e comportamentos tradutórios recaem na variação linguística, a qual, em um ciclo de desenvolvimento constante, gera novas metáforas para as terminologias e léxicos do TT, que irão, por sua vez, agir ativamente na compreensão por parte do público-alvo. Conseguimos, pois, observar como o processo e o produto tradutórios repercutem na constituição da linguagem tabuízada e proibida e como a variação nas escolhas do léxico pode também alterar os conceitos e promover novas interpretações.

## Considerações finais

A interdisciplinaridade adotada para nossa investigação, bem como o uso de ferramentas de busca, permitiram-nos verificar se os *termos* utilizados para compor a *sexualidade* dentro da produção literária de Darcy Ribeiro em LF encontra correspondência com os vocábulos da LM escolhidos pelos tradutores para reformular a ambientação das relações sexuais presentes na tribo dos *Mairuns*.

Verificamos, ainda, as possíveis alterações de sentido contidas nas escolhas lexicais de autor e tradutores para *termos* ou vocábulos erótico-obscenos, os quais, em alguns casos, podem designar *brasileirismos*, como: *sururucação*, *rancuai* e *carapuí*. Com isso, procuramos encontrar as bases formadoras para um comportamento tradutório que se fundamenta em um princípio de variação das escolhas lexicais.

A escolha pela obra darcyniana como *corpus* principal paralelo adequou-se aos propósitos de nossa pesquisa por favorecer o contato com uma teorização e terminologia voltada para a formulação e exemplificação de um microcosmo da cultura nacional. Sendo assim, Darcy Ribeiro trouxe à tona diversos aspectos da *brasilidade* a serem trabalhados no âmbito da linguagem de especialidade da antropologia, criando novos *termos* para a construção de seu ambiente de análise, os quais compuseram o núcleo do léxico erótico-obsceno observado em nossa pesquisa.

O *software WordSmith Tools*, por meio de suas ferramentas e utilitários, facilitou consideravelmente a pesquisa de uma grande quantidade de dados, obtidos de maneira muito mais rápida e precisa do que manualmente. As linhas de concordância serviram de apoio e esclareceram dúvidas em relação às lexias levantadas, ao apresentarem os contextos nos quais estão inseridas. As concordâncias também permitiram observar a organização das palavras dentro dos sintagmas, favorecendo a análise de que os vocábulos não têm significado independentes, visto que seus elementos interrelacionam-se criando especificidades próprias de acordo com o ambiente a que se aplicam na *cultura fonte* ou na *cultura meta*.

A utilização de dicionários especializados mostrou-se essencial para o desenvolvimento de estudo dessa natureza. Com isso, notamos que, em grande parte, o conjunto do léxico obsceno caracterizou-se pela variação tanto no TO quanto no TT.

Ao compararmos os *termos* erotizados empregados com maior frequência na literatura darcyniana, bem como seus correspondentes utilizados pelos tradutores, nos deparamos com um intenso diálogo e com uma interação lexical e metafórica rica, a qual repercute em possíveis conceituações diferenciadas e em tabuizações, proibições e permissões pertinentes a cada um dos idiomas envolvidos, confirmando a hipótese de que o TT configura uma obra *per se*.

Podemos dizer que, nas obras em análise, o léxico erótico-obsceno assume um caráter de terminologia da antropologia e permite estabelecer vínculos de significação não somente com as construções metafóricas dos vocábulos e palavras isolados do contexto; esse significado, que é mais reconhecido pela sociedade, ganha um panorama ideológico de desenvolvimento de uma comunidade. As valorações de classe, como apontadas por Xatara (2004), recebem um reposicionamento social, de modo que os interditos e o tabuizado tornam-se claramente expostos e partes constituintes do meio cultural.

Esses fatores favoreceram a observação de um comportamento recorrente por parte dos tradutores, o qual nos levou a trabalhar as questões sociais envolvidas no processo e no produto tradutório (TT) por meio da verificação da variabilidade lexical das escolhas no campo erótico-obsceno com o auxílio da teoria e das ferramentas da Linguística de *Corpus*.

Ao analisarmos esses elementos, notamos que a tradução do léxico obsceno, como uma linguagem de especialidade, constitui-se enquanto ato social, perpassando fatores linguísticos e atribuindo às palavras, e mais precisamente aos *termos*, valores a serem negociados entre as comunidades de partida e de chegada.

Por fim, partindo das ideologias sociais da antropologia que Darcy Ribeiro propunha para a constituição de uma investigação cultural nacionalista, observamos como os tradutores se adaptaram à formulação de uma exemplificação vívida do convívio tribal brasileiro, buscando, dentro do universo *mairum*, encontrar respostas pertinentes para a socialização do ato sexual e para adequá-lo ao ambiente da *cultura de chegada*. Assim, após deprendermos os constituintes da conduta do autor e dos tradutores, podemos associá-los aos princípios apontados por Biderman (1996), Preti (1984) e Orsi (2007; 2009) de que a linguagem coloca em evidência valores sociais. Sendo assim, o uso do vocabulário obsceno se redesenha e se redefine dentro da estrutura narrativa em LF e em LM, carregando um sentido que deixa as metáforas do universo cotidiano para penetrar em um ambiente todo próprio e ilustrativo dos sujeitos nacionais brasileiros.

SERPA, Talita; SABINO, Marilei Amadeu; CAMARGO, Diva Cardoso de. Translation from Portuguese to English of the erotic lexicon *mairum*: a study based on *corpus* from *Maira* by Darcy Ribeiro. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 168-208, 2014.

**ABSTRACT:** *The main purpose of this paper is to observe the Portuguese into English translational process regarding the metaphors of specific lexical units related to erogenous zones and to intercourse in the context of the literary work Maira (1978), written by Darcy Ribeiro, as well as in its translation, Maira (1985), performed by Goodland e Colchie. We based our study on an interdisciplinary proposal that associates the theoretical framework of Lexical Studies (BIDERMAN, 1996; LAKOFF; JOHNSON, 2002; ORSI, 2007, 2009; ORSI; ZAVAGLIA, 2007; 2012; PRETI, 1984; XATARA; RIVA; RIOS, 2002; XATARA, 2004), Corpus-Based Translation Studies (BAKER, 1993, 1995; CAMARGO, 2005), Corpus Linguistics (TYMOCZKO, 1998; BERBER SARDINHA, 2004), and, in part, Terminology (COELHO, 2003; BARROS, 2004; FAULSTICH, 2004). Concerning the methodology, we used the program WordSmith Tools, which provided the tools WordList and Concord, for collection and observation of data. We thus verified the value attributed to the erotic-obscene lexicon in Darcy Ribeiro's literary-textual construction, and we also analyzed the reformulation of taboo lexicon in English. Finally, we intended to reflect on the process of translation of these lexical units considered socially disreputable, in an attempt to provide a possible support for translators, linguists, writers and social scientists.*

**KEYWORDS:** *Erotic-obscene lexicon. Taboo. Corpus Linguistics. Corpus-Based Translation Studies. Darcy Ribeiro.*

## Referências

ALMEIDA, H. **Dicionário de termos eróticos e afins**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

ARANGO, A. C. **Os palavrões**. Tradução de Jasper Lopes Bastos. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ARARIPE, M. **Linguagem sobre sexo no Brasil**. São Paulo: Lucerna, 1999.

AUGRAS, M. **O que é tabu**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BAKER, M. Corpus linguistics and translation studies: implications and applications. In: BAKER, M.; FRANCIS, G.; TOGNINI-BONELLI, E. (Org.). **Text and technology**: in honour of John Sinclair. Amsterdam: John Benjamins, 1993. p. 233-250.

\_\_\_\_\_. Corpora in translation studies: an overview and some suggestions for future research. **Target**, Amsterdam, v. 7, n. 2, p. 223-243, 1995.

BARROS, L. A. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Edusp, 2004.

BERBER SARDINHA, T. **Linguística de Corpus**. Barueri, SP: Manole, 2004.

BIDERMAN, M. T. C. Léxico e vocabulário fundamental. **Alfa**, São Paulo, v. 40, p. 27-46, 1996.

BONA, A. F. **Il turpiloquio nel serial**: approccio alla traduzione. 2008, 54f. Tesi di laurea. (Laurea in Mediazione Linguistica e Culturale) – Università degli Studi di Milano, Milano, 2008. Disponível em: <[http://www.focus.it/Community/cs/blogs/vito\\_dixit/default.aspx](http://www.focus.it/Community/cs/blogs/vito_dixit/default.aspx)>. Acesso em: 20 jul. 2013.

BRAGA, E. R. M.; RIBEIRO, P. R. M. Palavras, “palavrões”: um estudo sobre a repressão sexual a partir da linguagem empregada para designar a genitália e práticas sexuais, na cultura brasileira. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31, Caxambu, MG, 2008. **Anais...** Caxambu, MG: ANPED, 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT23-4982-Int.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

CAMARGO, D. C. **Padrões de estilo de tradutores**: um estudo de semelhanças e diferenças em corpora de traduções literárias, especializadas e juramentadas. 2005. 512 f. Tese (Livre-Docência em Tradução) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2005.

CAMBRIDGE DICTIONARY ONLINE. Disponível em: <[dictionary.cambridge.org](http://dictionary.cambridge.org)>. Acesso em: 21 jul. 2013.

COELHO, O. Léxico, Ideologia e a Historiografia Linguística do Século das Identities. **Revista Letras**, Editora UFPR, Curitiba, n. 61, p. 153-166, 2003.

DICIONÁRIO CALDAS AULETE ONLINE. Disponível em: <[www.aulete.com.br](http://www.aulete.com.br)>. Acesso em: 20 jul.2013.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1986.

ESTEVES, M.B. **Um estudo sobre a equivalência conceitual entre termos do português do Brasil e do inglês: aspectos lexicais e semânticos**. 2010. Dissertação (Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas) – Universidade de Brasília, Brasília.

EVEN-ZOHAR, I. The position of translated literature within the literary polysystem. In: HOLMES, J.; LAMBERT, J; VAN DEN BROECK, R. (Ed.). **Literature and translation**. Leuven: ACCO, 1978 p. 117-127. [Versão revisada em VENUTI, L. (Ed.). **The translation studies reader**. London/ New York: Routledge, 2000. p. 199-204].

FAULSTICH, E. Duas questões em discussão: o que são brasileirismos nos dicionários de Língua Portuguesa? Existem brasileirismos terminológicos? In: JORNADA SOBRE “VARIACION GEOLECTAL I TERMINOLOGIA” RED PANLATINA DE TERMINOLOGIA REALITER/ IULAterm/ Institut Universitari de Linguística Aplicada. **Atas...** Barcelona, Espanha, 24 nov. 2004. Disponível em: <[www.realiter.net/spip.php?article209](http://www.realiter.net/spip.php?article209)>. Acesso em: 01 jan. 2012.

FERREIRA, A.B.H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

GOMES, L. L. **Inglês proibido: dicionário do sexo vulgar.** São Paulo: Pioneira/ Thomson Learning, 2002.

GUÉRIOS, R. F. **Tabus lingüísticos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1956.

HOUAISS, A. **Os nomes do prazer.** Disponível em: <[http://www.achetudoeregiao.com.br/ATR/os\\_nomes\\_do\\_prazer.htm](http://www.achetudoeregiao.com.br/ATR/os_nomes_do_prazer.htm)>. Acesso em: 11 out. 2004.

\_\_\_\_\_. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa.** Disponível em: <<http://200.241.192.6/cgi-bin/houaissnetb.dll/frame>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana.** (Coordenação da tradução: Mara Sophia Zanotto). Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002.

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

LONGMAN DICTIONARY OF ENGLISH LANGUAGE AND CULTURE. Longman, 1993.

MICELI, S. et. al. **História das Ciências Sociais no Brasil.** V.1. São Paulo: Inep, 1989.

ORSI, V. **Vocabulário erótico-obsceno dos órgãos sexuais masculino e feminino em português e italiano.** 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2007.

\_\_\_\_\_. **Metáforas do universo lexical português e italiano das zonas erógenas:** ânus, nádegas, pênis, seios, testículos e vulva. 2009. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2009.

ORSI, V.; ZAVAGLIA, C. Léxico erótico-obsceno em italiano e português: algumas considerações. **Tradução e Comunicação**, São Paulo, Anhanguera, n. 16, 2007.

\_\_\_\_\_. Itens lexicais tabus: “Usá-los ou não. Eis a questão”. **TODAS AS LETRAS T**, v. 14, n. 2, p. 156-166, 2012.

OXFORD ENGLISH DICTIONARY. Oxford: Clarendon Press, 2005.

OXFORD ADVANCED LEARNER’S DICTIONARY. Oxford: Clarendon Press, 2005.

PRETI, D. **A linguagem proibida:** um estudo sobre a linguagem erótica. São Paulo: Queiróz, 1984.

RIBEIRO, D. **As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

\_\_\_\_\_. **Os brasileiros: teoria do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

\_\_\_\_\_. **Maíra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. **O mulo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

\_\_\_\_\_. **Maíra.** Tradução de Goodland & Colchie. Londres: Pan Books, 1985.

\_\_\_\_\_. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAGER, J. In search of a foundation: towards a theory of the term. **Terminology**, v. 5, p. 41-57, 1998.

SINCLAIR, J. **Corpus, concordance and collocation**. Oxford: Oxford University Press, 1991.

TOURY, G. The nature and role of norms in literary translation. In: HOLMES, J.; LAMBERT, J; VAN DEN BROECK, R. (Eds.). **Literature and translation**. Leuven: ACCO, 1978. p. 83-100. [Versão revisada em VENUTI, L. (Ed.). **The translation studies reader**. London/New York: Routledge, 2000. p. 198-211].

THE FREE DICTIONARY. Disponível em: <[www.thefreedictionary.com](http://www.thefreedictionary.com)>. Acesso em: 24 set. 2014.

TYMOCZKO, M. Computerized Corpora and the Future of Translation Studies. **Meta**, Montreal, v.43, n.4, p. 652-659, 1998.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

XATARA, C. M. A linguagem erótico-obscena: interface francês-português. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 32, p. 480-486, 2004.

XATARA, C. M.; RIVA, H. C.; RIOS, T. H. C. As dificuldades na tradução de idiomatismos. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, NUT, v. 8, p. 183-194, 2002.

## ÍNDICE DE ASSUNTOS

Adjunto adnominal, p. 110  
Base acústica, p. 142  
Base articulatória, p. 142  
Caosmose, p. 30  
Complemento nominal, p. 110  
Compreensão textual, p. 101  
Corpora, p. 110  
Darcy Ribeiro, p. 168  
Enunciação, p. 30  
Epitáfio, p. 30  
Estudos de Tradução baseados em Corpus, p. 65  
Expectativa do Gênero Textual, p. 101  
Geração de Inferências, p. 101  
Leitorado brasileiro, p. 10  
Leitura, p. 101  
Léxico erótico-obseno, p. 169  
Língua em uso, p. 110  
Linguística de corpus, p. 169  
Memória, p. 51  
Política linguística, p. 10  
Português língua estrangeira, p. 10  
Pós-modificador, p. 110  
Primitivos da percepção da fala, p. 142  
Redes sociais, p. 30  
Retórica, p. 51  
*Self*, p. 30  
Tabu, p. 169  
Teoria motora da percepção da fala, p. 142  
Teoria do realismo direto da percepção da fala, p. 142

## SUBJECT INDEX

- Acoustic basis*, p. 165  
*Adjunct*, p. 140  
*Articulatory basis*, p. 165  
*Brazilian language-spread policy*, p. 28  
*Chaosmosis*, p. 48  
*Complement*, p. 140  
*Corpora*, p. 140  
*Corpus-Based Translation Studies*, p. 203  
*Corpus Linguistics*, p. 203  
*Darcy Ribeiro*, p. 203  
*Direct Realism Theory of Speech Perception*, p. 165  
*Enunciation*, p. 48  
*Epitaph*, p. 70  
*Erotic-obscene lexicon*, p. 203  
*Genre expectation*, p. 73  
*Inference generatoin*, p. 73  
*Lecturership*, p. 28  
*Memory*, p. 70  
*Motor Theory of Speech Perception*, p. 165  
*Portuguese as a foreign language*, p. 28  
*Post-modifier*, p. 140  
*Reading*, p. 73  
*Rhetoric*, p. 70  
*Self*, p. 48  
*Social networks*, p. 48  
*Speech perception primitives*, p. 165  
*Taboo*, p. 203  
*Text comprehension*, p. 73  
*Usage-based*, p. 140

## ÍNDICE DE AUTORES / AUTHORS INDEX

- AMARAL, Eronildes Teixeira, p. 51  
ARAÚJO, Júlio, p. 30  
CAMARGO, Diva Cardoso de, p. 168  
CAMPOS, Anya Karina, p. 110  
COSTA, Sayonara Melo, p. 30  
FERREIRA, Laura Márcia Luiza, p. 10  
MOREIRA, Marcello, p. 51  
NISHIDA, Gustavo, p. 142  
ROSCIOLI, Deise Caldart, p. 73  
SABINO, Marilei Tadeu, p. 168  
SERPA, Talita, p. 168  
TENUTA, Adriana Maria, p. 110  
TOMITCH, Lêda Maria Braga, p. 73